



DISCURSO(S)

IDENTIDADE(S)

ENSINO

Organizadores

Francisco Vieira da Silva
Leonardo Mendes Álvares
Lucas Andrade de Morais



Pedro & João
editores

**Francisco Vieira da Silva
Leonardo Mendes Álvares
Lucas Andrade de Moraes
(Organizadores)**

DISCURSO(S), IDENTIDADE(S) E ENSINO

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Francisco Vieira da Silva; Leonardo Mendes Álvares; Lucas Andrade de Moraes (Organizadores)

Discurso(s), identidade(s) e ensino. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 183p.

ISBN: 978-65-87645-72-8

1. Estudos da linguagem. 2. Estudos do discurso. 3. Linguagem e ensino. 4. Autores. I. Título.

CDD – 410

Arte da Capa: Felipe Roberto I Argila,

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil)



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

SUMÁRIO

Apresentação	5
1. Da proposta de uma gramática-“padrão” da língua portuguesa à elaboração da gramática da língua portuguesa “padrão” no Brasil <i>Agnaldo Almeida de Jesus</i>	7
2. Atos de fala em discursos jurídicos pró e contra a cultura da vaquejada <i>Lucas Andrade de Moraes</i> <i>José Moacir Soares da Costa Filho</i>	27
3. Crianças subversivas: efeitos da memória na Comissão Nacional da Verdade/Brasil <i>Camila Praxedes de Brito</i> <i>Francisco Paulo da Silva</i> <i>Francisco Vieira da Silva</i>	52
4. A polêmica em torno de uma pandemia no Brasil: entre a vida e a economia <i>Ananias Agostinho da Silva</i>	75
5. Linguagem, direito e ideologia: o discurso contra a cultura da vaquejada sob as vozes bakhtinianas <i>Lucas Andrade de Moraes</i> <i>Erika de Sá Marinho Albuquerque</i>	97
6. Pelo tempo, no espaço e com a língua: Toponímia, Identidade e ensino de História para/sobre o Alto Oeste Potiguar <i>Anderson Dantas da Silva Brito</i>	114

7. **Um lugar chamado Cachimbo Eterno: identidades e argumentos em discursos e memórias de moradoras de Luís Gomes/RN** 130
Wilca Maria de Oliveira
Leonardo Mendes Álvares
Gilton Sampaio de Souza
8. **Ocultos naqueles quintais, cultos, rezas, rituais: as identidades quase secretas dos terreiros de Umbanda de Pau dos Ferros/RN** 154
Leonardo Mendes Álvares
- Sobre os autores** 180

APRESENTAÇÃO

Discurso(s), Identidade(s) e Ensino é um *e-book* que reúne, para além de autoria coletiva, um construto plural, sob os aspectos temáticos e também das ancoragens teóricas e das abordagens metodológicas implicadas nas pesquisas das quais resultam os seus capítulos. Constitui-se, assim, um “espaço” para diálogos, mediados por seus autores, entre teóricos de variadas vertentes nos eixos temáticos já referidos no título, quais sejam o(s) discurso(s), a(s) identidade(s) no ensino.

Os oito capítulos são entrelaçados ora por congruência temática, ora por filiação a um mesmo arcabouço teórico/metodológico adotado para as análises expostas, ora pela afinidade de olhares – ou de lugares de fala – de seus autores, o que lhes confere, simultaneamente, a autonomia esperada de artigos científicos e a conexão desejada a textos reunidos num mesmo livro.

A menção ao artigo científico deve-se ao fato de que fora este o gênero adotado como referência quando da provocação feita às/aos colegas, no convite para a escrita conjunta deste e-book. Uma vez que apresenta breves notícias de resultados de pesquisas acadêmicas, concluídas ou em andamento, realizadas ou orientadas por cada um(a) das/dos autor(a/e)s, e que o produto final destina-se, especialmente, ao compartilhamento destes resultados com outr(a/o)s pesquisador(a/e)s, a fluência e concisão habituais nos artigos científicos era a inspiração buscada.

Os diálogos aqui estabelecidos abrangem aspectos normativos da gramática da língua portuguesa, noções como a de variante e jargão técnico; exploram conceitos operacionais do trabalho com discursos, como dos atos de fala, argumentação, polémica ideologia, toponímia; expõem relações profícuas para a formação de *corpora* em pesquisas no campo interseccional estabelecido entres discursos, identidades e ensino por via de memórias

(individuais, de um grupo, de um lugar *etc*), de entrevistas, de documentos...

Em resumo, este e-book com que agora você se defronta enseja um esforço coletivo de partilha de pedaços dos frutos colhidos por cada autor(a) em suas trajetórias de formação/atuação acadêmica. Dados o contexto e o propósito da produção, os pedaços aqui ofertados não são fartos, prestam-se bem a uma degustação, portanto não conseguirão saciar a fome por conhecimentos mais densos, por análises mais profundas. Ainda assim a partilha é generosa, já que, para além de apresentar os frutos, indica onde e como foram encontrados, como foram colhidos e algumas maneiras possíveis de sorvê-los.

Os organizadores

1

Da proposta de uma *gramática “padrão” da língua portuguesa à elaboração da gramática da língua portuguesa “padrão” no Brasil*¹

Agnaldo Almeida de Jesus

Introdução

A gramatização de uma língua é definida por Auroux como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (2009, p. 65). Em diferentes temporalidades, sujeitos como gramáticos, filólogos e linguistas, objetivando a descrição da estrutura de uma língua “nacional”, “padrão”, “cultura” etc., constroem para ela uma representação (imaginária), estabelecendo-lhe uma unidade, igualmente imaginária, a ser usada por uma ou mais nações e, em geral, ensinada na Escola. Além de instrumentos linguísticos, esses textos (dicionários, gramáticas, manuais de redação etc.) são objetos discursivos que trazem em si as marcas do político, do histórico, do ideológico: modos específicos de produzir conhecimento em determinadas conjunturas sócio-históricas e ideológicas (ORLANDI, 2000, 2009, 2013).

Pautando-se em fatos e acontecimentos políticos, institucionais, culturais e linguísticos, Guimarães (1996, 2004) propõe a divisão dos estudos sobre a linguagem no Brasil em quatro momentos, que acompanham, a seu modo, os movimentos

¹ O presente texto é um recorte da discussão empreendida em nossa tese de doutoramento *Autoria e movimentos de sentidos nas gramáticas brasileiras contemporâneas do português* defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais.

dos estudos de linguagem no mundo e “respondem a questões específicas das condições brasileiras e de sua realidade linguística” (GUIMARÃES, 2004, p. 42). Do período de colonização (político-linguística) aos dias atuais, a constituição da história das ideias linguísticas do/no Brasil é marcada por movimentos de tensões, contradições, repetições... de dizeres e sentidos *da* e *sobre* a língua aqui falada, a *língua brasileira*.

Circunscrevendo-se teórico-metodologicamente à área de História das Ideias Linguísticas (HIL), trabalhada pela perspectiva da Análise de Discurso (AD) de filiação aos trabalhos de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi, este trabalho tem como objetivo analisar e compreender o percurso de dizeres e de sentidos formulados nos textos que, na década de 1980, propuseram a elaboração de uma gramática-padrão/oficial da língua portuguesa. Como observatório analítico temos, então, os textos: *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*, tese de doutorado defendida por Amini Boainain Haüy em 1981, na qual a autora propôs, como o título aponta, a elaboração de uma gramática-padrão; indo além dos espaços acadêmicos, a referida proposta circulou em textos da mídia nacional, como na entrevista “Gramática massacra ensino: pesquisadora defende a necessidade de um ensino padronizado” concedida por Haüy à *Folha de São Paulo*, em 1982, e tornou-se objeto dos Projetos de Lei 6.524 e 4.350 apresentado à Câmara dos deputados, nos anos de 1982 e 1984, respectivamente; e os textos introdutórios da *Gramática da língua portuguesa padrão*, escrita e publicada por Haüy no ano de 2014.²

Pela elaboração de uma gramática-padrão da língua portuguesa

Por meio de um estudo comparativo de gramáticas normativas anteriores e posteriores à implementação, em 1959, da

² Publicada no ano de 2014 pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), a primeira edição da GLPP é reimpressa em 2015, sem alterações, revisão ou atualização. As citações neste texto fazem referência ao ano de 2015.

Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)³, Haüy (1983) realizou um levantamento do que nomeia de “falsas definições”, de “má exemplificação” e de “diversidade de conceituação e multiplicidade de análise” presentes na teoria gramatical tradicional. De acordo com a pesquisadora, essas *falhas* (“incoerências”, “contradições”, “falta de uniformidade de critérios teórico-analíticos” etc) e *faltas* (dos gramáticos e do Estado) estariam prejudicando o ensino de gramática e, mais enfaticamente, os estudantes, por não lhes permitir um “conhecimento profundo e objetivo da estrutura e do funcionamento da língua”.

Diante disso, ela estabeleceu como objetivos de seu trabalho: (1) “demonstrar, com farta exemplificação, o estado caótico em que se encontram as nossas gramáticas normativas”, que seriam, em sua maioria, “cópias malfeitas de gramáticas antigas” (HAUY, 1983, p. 5); e (2) propor uma “revisão crítica” da teoria gramatical tradicional e a elaboração de uma gramática-padrão da língua portuguesa, para fins didáticos, que seria instituída e oficializada pelo Estado. Estava a ser feito, em suas palavras, “o livro texto” para o “produtivo ensino da língua pátria” (HAUY, 1983, p. 26).

Em linhas gerais, sobre as “falsas definições”, a autora (1983) considera que elas “não só contrariam princípios fundamentais do conceito de definição como também certos princípios lógicos do pensamento, além de estabelecerem completa inadequação entre a teoria e prática”. São citados como tipos de falhas nas definições encontradas “nas melhores gramáticas normativas vigentes” (HAUY, 1983, p. 7): a descrição em círculo e a redundância; a indicação deficiente ou excessiva dos traços essenciais dos fatos linguísticos; a repetição de formulações antigas; etc. Quanto à “má exemplificação”, Haüy aponta exemplos “errados, divergentes e

³ É importante pontuar que a NGB propõe a “uniformização” e a “simplificação” da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Elaborada por uma comissão de gramáticos e filólogos, o texto funciona como um “esqueleto” das gramáticas brasileiras publicadas durante a segunda metade do século XX e no atual, sobretudo pelas “modernas” gramáticas de orientação normativa.

contraditórios, além das explicações tantas vezes confusas que os precedem” (HAUY, 1983, p. 26) que, em sua perspectiva, mais confundem do que exemplificam, e comprometem a clareza e a propriedade de expressão. Por sua vez, a “diversidade de conceituação e multiplicidade de análise” refere-se, para ela, às divergências entre autores na análise de um mesmo fato linguístico, assim como às contradições de um autor em uma mesma obra ou em obras diferentes. Tudo isso, em decorrência da “diversidade de critérios adotados, da falta de uma revisão rigorosa nesses estudos e do amadorismo que hoje prolifera na publicação dos compêndios gramaticais” (HAUY, 1983, p. 219).

Hauy (1983) formula, desse modo, uma crítica às gramáticas normativas e aos gramáticos modernos (da época), que apenas compilariam autores do passado, sem estabelecer com essa rede de filiações uma preocupação, uma revisão crítica da teoria gramatical; e uma crítica ao papel do Estado pelo “endosso das autoridades da Educação” (HAUY, 1983, p. 3) e pela “ausência de uma fiscalização rigorosa na publicação dessas obras e o comprometimento dessa omissão em face do aprendizado gramatical da língua portuguesa” (HAUY, 1983, p. 26). Visando à padronização do ensino de língua portuguesa no Brasil, ela defende a necessidade de uma “sistematização crítica, coerente e uniforme, alicerçada numa atitude científica de análise dos fatos gramaticais, sem a qual o ensino da nossa gramática continuará sendo deficiente e improdutivo” (HAUY, 1983, p. 4).

A autora não propõe, pois, um novo modo de descrição linguística ou “uma técnica nova de descrição”, baseada nas teorias linguísticas modernas, como o Funcionalismo ou o Gerativismo, perspectivas teórico-metodológicas fortemente trabalhadas no espaço universitário da época. Hauy, inclusive, não se filia, explícita e exclusivamente, a uma ou outra teoria para apontar e tecer críticas às falhas apontadas. O processo de revisão e sistematização da teoria gramatical tradicional proposto inscreve-se no espaço do já-dito, do já-estabilizado pela tradição. Dentre as formulações já existentes (definições, classificações,

exemplificações etc.) dos diferentes gramáticos, seria selecionada uma delas como legítima, como oficial. Haveria, assim, a estabilização do dizer sobre a língua e, conseqüentemente, de sentidos para eles (para a língua e para o saber sobre ela).

É importante analisar as relações da proposição de uma gramática-padrão com a NGB. Indo além da institucionalização das partes da gramática e nomenclaturas “recomendadas” pela NGB, a gramática-padrão teria também como objetivo a institucionalização e a legitimação de um mesmo e único sentido para os fatos linguísticos. De acordo com Baldini (1999, p. 45), “a NGB, ao excluir qualquer definição ou conceituação dos termos que apresenta, conseqüentemente, não se filia a qualquer posição doutrinária”, pois a questão das definições varia de acordo com as posições que seus autores assumem. Logo, é um campo de conflito evitado pela comissão e pelo Estado.

A elaboração da gramática é significada com uma solução à criticada falta de uma doutrina da NGB seguida sistematicamente pelos gramáticos. Se, de um lado, a NGB padronizou a terminologia, por outro, deixou em aberto o espaço da conceituação, da exemplificação, da análise dos fatos linguísticos, lugares onde a diversidade, a multiplicidade e a heterogeneidade se produzem. Era preciso, então, conter esses dizeres e sentidos no espaço da gramática. Para Haüy (1983), tal empreendimento não teria a pretensão de reduzir “a Gramática a definições perfeitas e com elas explicar todas as estruturas linguísticas; seria, sem dúvida, uma atitude demasiada ‘simplista’ em face da complexidade do fato gramatical” (HAUY, 1983, p. 9).

Em 1982, a proposta de elaboração de uma gramática-padrão passa a circular na imprensa brasileira e na Câmara dos Deputados, espaços outros do dizer. À *Folha de São Paulo*, Haüy concede a entrevista intitulada “Gramática massacra ensino: pesquisadora defende a necessidade de um ensino padronizado”, assinada por Irede Cardoso. “É preciso, é imprescindível mesmo que se crie uma gramática-padrão” para facilitar o “extremamente difícil” ensino da língua portuguesa, sustenta a entrevistada. No texto, Haüy

defende a criação de uma comissão que seria responsável por elaborar uma “gramática científica, coerente”, reforçando que “a criação dessa gramática não irá ‘bitolar’ o ensino, como muitos afirmam, mas será o único instrumento capaz de ser utilizado para fins didáticos, orientando o aluno, de forma coerente, a escrever, falar e ler de modo correto” (HAUY, 1982, p. 29).

No mesmo ano, é apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.524, de Francisco Libardoni, que “determina a elaboração e publicação de uma gramática-padrão da língua portuguesa a cargo do MEC, e dá outras providências” (BRASIL, 1982, p. 6.710). Despachado às comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura, o referido projeto previa:

Art. 1.º O Ministério da Educação e Cultura elaborará e publicará, dentro do prazo máximo de 3 (três) anos a contar da data desta lei, mediante a convocação de técnicos incontestadamente qualificados, uma gramática-padrão da língua portuguesa falada no Brasil.

Art. 2.º A partir da publicação da gramática-padrão a que se refere o artigo anterior, todos os livros de orientação gramatical, destinados à utilização em cursos escolares, terão que basear-se nela, sob pena de apreensão.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1982, p. 6.710).

Das formulações acima, sublinhamos dois pontos:

1. O projeto refere-se à elaboração de uma “gramática-padrão da língua portuguesa falada no Brasil”. Relacionado à tese de doutoramento de Haury, ao projeto de lei e às condições de produção desses textos, o enunciado “Língua portuguesa falada no Brasil” pode ser parafraseado por “português”. Mais especificamente, por “português escrito”. Ademais, não se busca estabelecer um rompimento do imaginário de unidade linguística lusófona (Brasil-Portugal) com a escrita de uma gramática do português brasileiro. Perguntamos: seriam excluídos do *corpus* de exemplos da gramática-padrão textos de escritores portugueses? A

resposta parece-nos negativa, como nos mostram o exemplário da *Gramática da língua portuguesa padrão*, como veremos à frente.

2. Analisemos, agora, os efeitos da formulação “técnicos incontrastadamente qualificados”. Evita-se, com ela, definir se são, exclusivamente ou em conjunto, os sujeitos gramáticos, linguistas ou filólogos que comporiam a referida comissão. Essas posições-sujeito, na época, já se configuravam com certas diferenças entre elas e, como sabemos, disputavam o poder-dizer relativo ao saber sobre a língua. Quem seriam, pois, esses técnicos? Os linguistas, responsáveis pelo estudo da estrutura e do funcionamento da língua, ou os gramáticos que sempre tiveram uma relação privilegiada com o espaço escolar, ao qual essa gramática se destinaria? Um dos efeitos do termo “técnicos” é o de evitar, o quanto possível, o conflito que a designação gramático, linguista ou filólogo geraria entre essas posições-sujeito e dessas posições com o próprio Estado.

Voltemos à tramitação do projeto. Da Comissão de Constituição e Justiça, única a emitir um parecer do relator Luiz Leal, obteve-se o seguinte voto: “O projeto sob análise faz jus a nosso total apoio. Encontra-se largamente fundamentada sua procedência na entrevista mencionada, e nos fatos ocorrentes a respeito” (BRASIL, 1982). Porém, para o êxito do projeto propõe-se uma reformulação dos artigos do projeto inicial, de modo que lhe seja conferido um parecer favorável no que tange à “constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa”, para o seguinte texto:

Art. 1.º – É o Poder Executivo autorizado, através do Ministério da Educação e Cultura, a elaborar e publicar, pelo preço do custo, uma gramática-padrão da língua portuguesa falada no Brasil, cujo uso será obrigatório em todo o território nacional.

Art. 2.º – A presente Lei entrará em vigor à data de sua publicação (BRASIL, 1982).

Sem ser reformulado nos termos do Substitutivo, o Projeto de Lei é reapresentado à Câmara pelo deputado João Cunha, sob o número 4.350, em 1984, com o mesmo teor: “determina a elaboração e publicação de uma gramática-padrão da língua portuguesa a cargo do MEC, e dá outras providências” (BRASIL, 1984). Mais uma vez, o referido Projeto foi despachado a duas comissões: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Educação e Cultura. Pela primeira, em 1984, houve a aprovação unânime pela “constitucionalidade, juridicidade, e técnica legislativa” da proposta, sem objeções e sem a determinação de alterações, como fora feito em 1982. Da Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária datada de 14 de agosto de 1985, obteve-se o parecer favorável do relator Oly Fachin, também aprovado por unanimidade, mesmo que em seu relatório conste a seguinte constatação:

A elaboração de uma gramática-padrão terá, evidentemente, o inconveniente de tolher as diferentes manifestações de pensamento que se verificam em torno dos fatos da linguagem, mas, por outro lado, tal cerceamento poderá ser plenamente recompensado pela simplificação da aprendizagem da língua e maior facilidade de aferição de conhecimentos (BRASIL, 1984).

Após a aprovação, no mesmo mês, o projeto foi encaminhado à Coordenação de Comissões Permanentes. É o último registro observado no *Boletim de ação legislativa* da Câmara dos Deputados. O projeto teve sua tramitação interrompida. Foi engavetado, segundo Haury (2014), por dois motivos: o fato de naquele ano (1985) terem se iniciado os trabalhos na *Constituição Federal* de 1988, com o término da ditadura militar; o fato de Austregésilo de Athayde, então presidente da Academia Brasileira de Letras, ter sugerido ao presidente em exercício, José Sarney, a convocação dos representantes dos países de língua portuguesa para estudar uma

padronização, que seria apresentada pelo filólogo e lexicógrafo Antônio Houaiss⁴.

Neste ponto do texto, questionamo-nos sobre as relações estabelecidas entre a proposta de uma *gramática-padrão da língua portuguesa* e a *Gramática da língua portuguesa padrão*, publicada 30 anos depois. O que o deslocamento do significante “padrão” produz em termos de efeitos de sentido? O trabalho de revisão e sistematização da teoria gramatical tradicional que deveria ser realizado por uma comissão foi levado a cabo por um único gramático? Mesmo sem a legitimação do Estado, pode-se dizer que essa gramática funciona como a gramática-padrão da língua portuguesa?

A publicação da *gramática da língua portuguesa padrão*

Sem o aval do Estado, a elaboração de uma gramática-padrão não foi, até o momento atual, possível. No entanto, um trabalho dentro desses moldes é realizado pela própria Haury sobre um fato específico da língua portuguesa: as vozes verbais. Em *Vozes verbais: sistematização e exemplário*, retomando a discussão de sua tese, Haury (1992) argumenta que o estudo comparativo de gramáticas normativas modernas e antigas do português e de gramáticas de outras línguas atesta a “complexidade do problema das vozes verbais, decorrente, como acontece com a maioria dos assuntos gramaticais de uma diversidade de conceituação, determinada pela diversidade de critérios adotados” (HAURY, 1992, p. 5).

Decorrente da necessária “revisão rigorosa de nossa teoria gramatical”, a autora objetivou sistematizar e exemplificar as vozes verbais “a partir de um esquema tanto quanto possível coerente com a conceituação adotada (critério formal [em detrimento do semântico]), na tentativa de auxiliar professores e alunos no estudo de tão complexa estrutura gramatical” e de “subsidiar a futura

⁴ Em 2 de novembro de 1989, em São Luís/MA, ocorreu o Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, que deu luz ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa e, dali em diante, organizou todos os trabalhos para a elaboração do Acordo ortográfico de língua portuguesa de 1990.

elaboração de uma gramática-padrão da língua portuguesa” (HAUY, 1992, p. 6).

Premiada na 57ª edição do Prêmio Jabuti (2015), na categoria Teoria/Crítica Literária, Dicionários e Gramáticas, e dedicada aos filhos da autora, à memória do professor Segismundo Spina, do qual ela foi professora assistente na Universidade de São Paulo, e “àqueles no exercício da cidadania, [que] buscam aprimorar seu desempenho linguístico no estudo da vertente ‘padrão’ do idioma” (HAUY, 2015, p. 9), a *Gramática da língua portuguesa padrão* (GLPP) foi publicada em 2014.

Já nas primeiras páginas do referido instrumento linguístico é possível observar um conjunto de injunções da autoria gramatical aos discursos do Estado e do mercado editorial, à normatividade institucional. Na esteira das gramáticas escolares (de orientação normativa), na folha de rosto da GLPP tem-se, abaixo do nome da autora, a sua titulação de doutoramento: “Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (USP)”, e, na mesma página, de modo centralizado, vertical e horizontalmente, são dispostos o título da gramática e dois subtítulos: o primeiro, “com comentários e exemplários”, cujo funcionamento discutiremos adiante; o segundo, “redigida conforme o novo Acordo Ortográfico”, mesmo que a contragosto da autora. Para Hauy, a reforma ortográfica de 1990 é “completamente mal formulada”, “trazendo uma série de incoerências até mesmo na definição das alterações, que contradizem a própria gramática. Mais do que isso, falta clareza, concisão e coerência” (HAUY, 2013, p. 1).

Hauy (2015, p. 33) caracteriza a GLPP como uma gramática “descritiva, normativa e crítica, resultado de décadas de pesquisa, elaboração e experiência de magistério”. O texto seria resultado do entrecruzamento do trabalho de diferentes posições assumidas por ela: a de professora, a de pesquisadora e a de autora de gramática, essa última determinada pelas duas anteriores, como podemos apreender no dizer da autora. Em outras palavras, para Hauy, o trabalho pedagógico-escolar e o estudo (crítico-comparativo) de gramáticas vigentes de diferentes autores são, nessa relação, determinantes para a assunção da posição-sujeito de gramático e a

realização do trabalho de descrever a língua “padrão/culta”, de orientação normativa, com fins didáticos, semelhante ao que propõe Evanildo Bechara em sua *Moderna gramática portuguesa* (1961-2015), por exemplo.

Voltada ao ensino escolar e superior, a GLPP tem como efeito-leitor alunos dos cursos médio e universitário, além dos que, “no exercício da cidadania, buscam aprimorar seu desempenho linguístico no estudo da vertente ‘padrão’ do idioma” (HAUY, 2015, p. 9), como já apontamos. É uma gramática escolar, mas não é, nas condições de produção do ensino brasileiro atual, um manual didático a ser utilizado em sala de aula, como as gramáticas brasileiras publicadas no século XIX e boa parte do século XX, cujas lições eram estudadas e trabalhadas pelos alunos na escola. Não há na GLPP, por exemplo, a proposição de exercícios.

Hauy (2015) centra-se na “tentativa de sistematização da tradicional teoria gramatical do português acadêmico”, objetivando uma “reflexão crítica sobre o estado atual da língua portuguesa no que ela tem de sistemático, de gramatical, e, sobretudo, sobre a importância da norma padrão no livro didático, em sua função sociocultural” (HAUY, 2015, p. 33).

Essa obra segue a linha de pensamento da necessidade de uma gramática padrão da língua portuguesa. Talvez, possa acordar o projeto de lei que dorme na Câmara dos Deputados, sobre trabalho meu, que tem o mesmo objetivo de padronizar a teoria gramatical do português. É lógico que padronizar não significa colocar uma camisa de força, porque a língua é dinâmica, mutante. Mas para fins didáticos, é necessário [sic] uma padronização.

Das duas formulações acima, destacamos o deslocamento da palavra “padrão” entre o primeiro e o segundo enunciados. Neste, refere-se ao produto que seria gerado: uma gramática oficial com o objetivo de ser tomada como modelo pelos gramáticos, usada pelos professores de língua portuguesa em todo o Brasil, oficializada e reconhecida pelo Estado; naquele, ao objeto de descrição: a língua

portuguesa considerada padrão, tomando-se como base textos escritos, sobretudo aqueles dos “bons escritores”. Teríamos, assim, a escrita de uma *gramática-padrão/oficial da língua portuguesa padrão/oficial*. Como a produção de um instrumento normativo dessa natureza demanda a chancela do Estado (não obtida pela autora), o título da gramática não é formulado como “gramática-padrão”, mesmo que Haüy busque alcançar esse efeito de sentido. No prefácio, é enfatizada a relação entre sua tese, o projeto de lei e a GLPP:

Assim, amplamente enriquecida com comentários, observações, exemplários e exercícios resolvidos, além de valiosas citações de consagrados especialistas, a *Gramática da Língua Portuguesa Padrão* segue a linha de pensamento da obra *Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa*, expresso no Projeto nº 4350/84, unanimemente aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal em 14 de agosto de 1985 e, por ato da Câmara, arquivado, em função da Constituinte (HAUY, 2015, p. 33).

Norteou o seu desenvolvimento a mesma tomada de posição doutrinária: a necessidade de elaboração, *por consenso de renomados especialistas*, a exemplo de países desenvolvidos, de uma gramática-padrão da língua portuguesa, obviamente para *fins didáticos* e reconhecidamente como *expressão da nacionalidade* e fator de relativa unificação linguística em toda comunidade lusófona (HAUY, 2015, p. 34, grifos do original).

Sem o aval do Estado para a formulação e a instituição de uma gramática oficial para o ensino do português, como era previsto pelo Projeto de Lei nº 4.350, Haüy toma para si a tarefa solitária de elaborá-la. Na introdução, a autora argumenta que mesmo com o desenvolvimento da Linguística descritiva, depois de Saussure, e suas múltiplas técnicas de descrição linguística, a elaboração de gramáticas “descritivo-normativas para fins didáticos” do português estaria deixando muito a desejar. A autora, mais uma vez, assume a posição de que a escrita e adoção de uma gramática-padrão “nada tem a ver com imposição de normas da língua culta

às mais variadas camadas linguísticas, como uma camisa de força” e “nada tem a ver também com a incontestável importância das variações regionais, da Sociolinguística e dos níveis de fala, como muitos possam inadvertidamente interpretar”. A seu ver, a proposta é a de “que se acabe com a libertinagem de cátedra e com suas consequências danosas para o ensino” (HAUY, 2015, p. 37).

Esses indícios já são bastante significativos para compreendermos que a autora se filia às discursividades da Gramática tradicional. A divisão do texto, o *corpus* de exemplos e a relação da GLPP com a NGB evidenciam essas relações.

A GLPP é organizada em 27 capítulos, elencados no quadro 6, a seguir, fora o prefácio, a introdução, a bibliografia, distribuída em três seções (obras didáticas, obras literárias e textos oficiais), e quatro anexos: o Formulário ortográfico de 1943, com o qual a autora concorda; a portaria e o texto da Nomenclatura Gramatical Brasileira; a Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971, que “aprova alterações na ortografia da língua portuguesa”; e o Acordo ortográfico de 1990.

Quadro 1: Síntese do sumário da GLPP.

Partes	Capítulos
	1. Origem e formação da língua portuguesa; 2. Língua escrita e língua falada; 3. Gramática: conceitos e divisão; 4. Fonética; 5. Ortoépia; 6. Prosódia; 7. Ortografia; 8. Estrutura das palavras.
Morfossintaxe das classes de palavras	9. Artigo; 10. Substantivo; 11. Adjetivo; 12. Numeral; 13. Pronome; 14. Preposição; 15. Crase; 16. Conjunção; 17. Verbo; 18. Advérbio; 19. Palavras e locuções denotativas; 20. Interjeição; 21. Morfossintaxe do <i>que</i> ; 22. Morfossintaxe do <i>se</i> ; 23. Frase – oração – proposição; 24. Os componentes da oração; 25. Período; 26. Sintaxe de regência; 27. Sintaxe de concordância.

Fonte: Elaboração nossa.

Comum às gramáticas de orientação normativa, a GLPP busca cobrir a descrição dos níveis fonético, morfológico e sintático da língua portuguesa, produzindo um efeito de completude de descrição da língua. O primeiro capítulo trata da origem e da formação da língua portuguesa, como fazem outros gramáticos, a exemplo de Celso Cunha em sua *Gramática da língua portuguesa* (1972), e de Evanildo Bechara, a partir da 37ª edição da *Moderna gramática portuguesa* (1999). A autora segue o que podemos chamar de ordenação canônica das gramáticas normativas: parte do estudo dos sons ao das palavras, agrupadas em classes e estudadas em capítulos isolados, para chegar ao das estruturas sintáticas.

O conjunto de exemplos é oriundo de textos da língua escrita literária e de textos normativos. Para o gramático(-tradicional), posição à qual ambos os autores se filiam fortemente, a língua escrita, em especial a literária, é mais “pura” e mais “correta” do que qualquer outra forma, escrita ou falada. É dever do gramático “preservar” essa forma da língua da “corrupção”. Citemos a autora:

O *corpus* linguístico da obra privilegia as vertentes ‘literária’ e ‘normativa’; na exemplificação das lições, entre os textos literários de várias épocas, transcritos, porém, no rigor da atual norma ‘cultiva’, destaca-se, com muita evidência, a *Obra Poética* de Fernando Pessoa, por representar, sem dúvida, o maior repositório de recursos sintático-semânticos da língua portuguesa; e, entre os normativos, privilegiam-se os textos extraídos de documentos oficiais, como a Constituição de 1988, o Código Civil e o Código Penal, justamente por expressarem o padrão ideal da língua escrita no Brasil (HAUY, 2015, p. 33, grifos do original).

Nesse excerto, Hauy afirma refletir sobre o “estágio atual da língua portuguesa”. Pelo menos dois fatos são instigantes para nossa análise. Primeiro, o projeto de lei referia-se à elaboração de uma gramática da “língua portuguesa falada no Brasil”, isto é, do português escrito(-padrão) do Brasil, como discutimos no capítulo anterior. A GLPP traz como *corpus* de exemplos textos de

brasileiros e de portugueses, reafirmando a unidade linguística Brasil-Portugal. Mais do que isso, privilegia a obra de um português, Fernando Pessoa, que viveu em Lisboa de 1888 a 1935, por ele ter “construções e estruturas que nenhuma gramática prevê” (HAUY, 2013, p. 1). Isso nos leva ao segundo fato, formulado em forma de questão: qual é o estágio atual da língua portuguesa? A bibliografia mostra-nos que são utilizados textos de autores do Romantismo ao Modernismo, de brasileiros, como José de Alencar, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Machado de Assis etc., e de portugueses, como Alexandre Herculano, Eça de Queiroz, Mário de Sá Carneiro. É possível considerar a existência de uma homogeneidade espaço-temporal capaz de ser significada como o “estágio atual” da língua portuguesa, tendo como base textos de autores tão diversos?

Sobre a sua relação com a NGB, a autora afirma seguir “tanto quanto possível” a nomenclatura oficial, sem desconsiderar a “valiosa contribuição da linguística no que se refere aos estudos fonológicos” (HAUY, 2015, p. 71). Hany diz que anteriormente à adoção da NGB a teoria gramatical do português encontrava-se em “estado caótico”. Em suas palavras, “a multiplicidade de subdivisões na classificação dos fatos da língua implicava multiplicidade da nomenclatura gramatical, o que tornava árduas e contraproducentes as lições dos grandes mestres” (p. 61). No entanto, ela afirma que a adoção de uma terminologia não foi suficiente para evitar a “multiplicidade de conceituação e diversidade de análises dos fatos gramaticais”, tendo em vista que “a publicação incontrolada de dezenas de obras gramaticais”, imediatamente à implementação da NGB, “num livre e desenfreado comércio editorial, resultou numa bibliografia gramatical díspar, que contrariava frontalmente os critérios propostos pelas referidas Normas” (p. 63).

Do trabalho de (revisão e) *sistematização* da teoria gramatical tradicional e os mecanismos de sua produção, com o objetivo de *padronização* do ensino de língua portuguesa, empreendido pela autora, destacamos os seguintes aspectos:

1. O volume de páginas da GLPP. Em relação a outras gramáticas normativas, ela é mais robusta, com 1343 páginas. A título comparativo, a 52ª edição da *Gramática normativa da língua portuguesa* (2014), de Rocha Lima, tem 655, e a 38ª edição da *Moderna gramática portuguesa* (2015), de Evanildo Bechara, 689 páginas.

2. O procedimento adotado pela autora para a “sistematização da tradicional teoria gramatical do português acadêmico” (HAUY, 2015, p. 33): o de não baralhar, tanto quanto possível, as noções e a nomenclatura comumente utilizadas na gramática tradicional com aquelas advindas da Linguística moderna. É o caso da noção de sintagma, que não é trabalhada pela autora. Desse modo, continuam sendo de suma importância as noções de palavra, frase, oração e proposição, mesmo que elas tenham diferentes e controversas conceituações como efeitos da polissemia.

3. O funcionamento dos comentários e das observações como o lugar de sistematização das controvérsias, divergências e contradições encontradas nas gramáticas brasileiras de orientação normativa. Vejamos:

Os Comentários e Observações, que se desenvolvem à margem da exposição teórica, evidenciam a multiplicidade de conceituação e de análise de alguns aspectos da sintaxe, sugerem reflexão sobre as incoerências e contradições de certas lições que se repetem nos compêndios didáticos (HAUY, 2015, p. 33).

Quando a autora trata do emprego das letras maiúsculas e minúsculas, um comentário é formulado para mostrar que “divergem os gramáticos quanto ao emprego inicial de maiúscula ou minúscula nos nomes comuns que acompanham os nomes próprios geográficos” (p. 261). Na sequência, Hauy apresenta as diferentes posições dos gramáticos tradicionais, como Evanildo Bechara, Celso P. Luft, Domingo P. Cegalla e Adriano da Gama Kury. A sistematização da teoria gramatical pretendida pela autora, sem o aval do Estado para estabelecer um sentido oficial,

não permite que ela decida, de uma vez por todas, sobre os fatos considerados não pacíficos pelos gramáticos. Sistematizar significa, em muitos momentos, apresentar as diferentes e conflituosas posições dos gramáticos, sem tomar uma posição em favor de um ou outro gramático.

O grande número de “comentários”, de “observações” ou mesmo de “notas explicativas ou de rodapé” é um forte traço das gramáticas escolares/normativas, sejam elas para elencar as (muitas!) exceções às regras formuladas pelos gramáticos, sejam elas para mostrar as múltiplas análises para um mesmo fato linguístico, ou ainda para estabelecer uma relação de concordância ou de discordância com discursos como o da NGB.

4. Por fim, o ensino de norma culta, isto é, da gramática tradicional/normativa, como componente fundamental para a ascensão social e para a assunção da cidadania.

Evidentemente o conhecimento e emprego da norma culta possibilitam aos usuários **ascensão sociocultural e profissional**.

A norma culta, principal fator de **unificação linguística**, é explicitada pela gramática normativa e deve ser adotada sobretudo nos códigos escritos, nos documentos oficiais, na linguagem científica, artística e jornalística, enfim, nos mais diversos meios culturais da sociedade elitizada: nesse contexto sociocultural é que o desvio da norma culta constitui erro; erro é, então, desvio da norma culta apenas em situações que a exigem (2015, p. 60-61, grifos nossos).

É a língua escrita, em sua variedade “padrão/culta”, aquela que deve ser objeto (privilegiado) de descrição do gramático, pois ela seria um dos componentes fundamentais à ascensão social. A variedade padrão/culta é entendida, nessa perspectiva, como aquela que representaria a nacionalidade, sendo relativamente estável e impondo-se sobre as demais variedades; aquela que manteria uma unidade linguística, em meio à diversidade e à efetividade da comunicação.

O conjunto desses procedimentos teóricos (filiação a gramáticos tradicionais antigos e contemporâneos ao seu tempo),

estruturais (partes da gramática) e analíticos apontam, por conseguinte, para o trabalho de revisão e de sistematização da teoria gramatical tradicional, mesmo que a autora não possa decidir sobre a unidade dos dizeres e dos sentidos *da* e *sobre* a língua.

Considerações finais

Foi objetivo deste trabalho compreender o trajeto de dizeres e sentidos produzidos no Brasil sobre a formulação e a publicação de uma gramática-padrão, uma gramática oficial do português brasileiro a ser utilizada nas instituições escolares. Sem o aval do Estado, até o momento não há um instrumento linguístico que possa ser significado como tal estatuto. No entanto, Haury buscou realizar a revisão e a sistematização da teoria gramatical tradicional com a publicação da *Gramática da língua portuguesa padrão*.

Como pudemos observar, os gestos de interpretação de Haury (2015), assim como os de outros gramáticos normativos, como Evanildo Bechara, Rocha Lima, inscrevem-se fortemente nas discursividades da Gramática tradicional e, conseqüentemente, na esteira das gramáticas brasileiras escolares/normativas. Mesmo que traga, nas páginas de sua obra, alguns dizeres e saberes da Linguística moderna, a autora tem como objetivo descrever/representar a língua padrão/culta. Para isso, tomam como *corpus* de exemplos textos escritos, sobretudo os literários. Além disso, o ensino de norma culta, isto é, da gramática tradicional/normativa, é significado como um componente fundamental para a ascensão social e para a assunção da cidadania dos brasileiros.

Portanto, desde a proposição da elaboração de uma gramática-padrão da língua portuguesa, no início da década de 1980, ao conjunto de textos introdutórios assinados por Haury na GLPP, de 2014, é possível depreender a representação do autor-gramático como o sujeito responsável pela *revisão* (crítica) e, principalmente, pela *sistematização* (“crítica”, “científica” e “objetiva”, nos termos da

autora) da teoria gramatical tradicional, tendo em vista o ensino da língua (codificada e sistematizada) na escola.

Referências

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BALDINI, L. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 6524, de 1982 (do Sr. Francisco Libardoni). Determina a elaboração e publicação de uma gramática padrão da língua portuguesa a cargo do MEC, e dá outras providências*". Centro gráfico do Senado Federal, Brasília, 1982.

_____. *Projeto de Lei nº 4350, de 1984 (do Sr. João Cunha). Determina a elaboração e publicação de uma gramática padrão da língua portuguesa a cargo do MEC, e dá outras providências*". Centro gráfico do Senado Federal, Brasília, 1984.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: _____; ORLANDI, E. P. (orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. p. 127-138.

_____. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

HAUY, A. B. Gramática massacra ensino. [1 de agosto, 1982]. São Paulo: *Folha de São Paulo*. Entrevista concedida a Irede Cardoso. p. 29.

_____. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Vozes verbais: sistematização e exemplário*. São Paulo: Ática, 1992.

_____. Uma aula de conhecimento. [17 de abril, 2013]. Ribeirão Preto: *Revide*. Entrevista concedida a Vicente Golfeto. Disponível em: <<https://www.revide.com.br/editorias/gerais/uma-aula-de-conhecimento/>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

_____. Amini Haury, a professora e os hereges. [22 de junho, 2014]. Ribeirão Preto: *Acidade ON*. Entrevista concedida a Sidinei Quartier. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/lazerecultura/NOT,2,2,963630,Amini+Haury+a+professora+e+os+hereges.aspx>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

_____. *Gramática da língua portuguesa padrão*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

ORLANDI, E. P. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. *Língua e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 4/5, p. 19-34, 2000.

_____. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 2009.

_____. (2002). *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

2

Atos de fala em discursos jurídicos pró e contra a cultura da vaquejada

Lucas Andrade de Moraes
José Moacir Soares da Costa Filho

Introdução

A língua(gem) se constitui como a mais complexa e perfeita tecnologia humana por ter possibilitado a comunicação e o desenvolvimento de civilizações. De explicação místico-religiosa até objeto de estudo das ciências sociais, exatas e biológicas, a linguagem tornou-se um campo fértil para o desenvolvimento de teorias sobre/para/da construção do uso linguístico nos mais diversos campos institucionais.

A pragmática linguística, área do estudo do uso linguístico, defende a não centralidade da língua em relação à fala, de modo que seu campo de estudos tem como fenômenos centrais a pressuposição, as implicaturas e os atos de fala. As teorias pragmáticas ganharam novos contornos com o episódio denominado de “virada linguística ou giro linguístico (*linguistic turn*)” (SCHURIG, 2019), em que a filosofia wittgensteiniana, a partir do *Tractatus* e das observações sobre os jogos de linguagem idealizaram uma ruptura sobre o modelo referencial de significado da tradição ocidental de filosofia e ofereceram uma abordagem pragmática ao significado.

Nesse cenário, o filósofo da linguagem britânico John L. Austin desenvolveu a Teoria do Atos de Fala, ao entender que determinados enunciados são em verdade ações, defendida em um conjunto de palestras que foram publicadas postumamente em sua obra *How To Do Things With Words* (Quando dizer é fazer: palavras

e ação), sendo posteriormente retomada e aperfeiçoada pelo filósofo analítico e escritor norte-americano John R. Searle em *Speech Acts: an essay in the philosophy of language* (Atos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem) e *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts* (Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos da fala).

Diante da Teoria dos Atos de Fala e sua aplicabilidade nos inúmeros campos de produção discursiva, elegeu-se neste artigo os discursos provenientes das atividades jurídicas, por apresentar toda a sua constituição centrada no uso da linguagem (escrita e/ou falada), orientado por regras e procedimentos e interações dialógicas entre seus atores (juiz, advogados, promotores, réus, testemunhas etc.) que agem por meio de falas e de atos de discursos, materializados em diversos gêneros textuais.

Deste modo, eleger o discurso jurídico como subsídio para o artigo decorreu de suas funções pragmáticas (de diretivas) jurídicas. Reúne textos que manifestam poder por meio de sua linguagem específica (*juridiquês*) e que não apenas identificam a comunicação dos profissionais da área, mas acabam por excluírem das cenas enunciativas de que emergem boa parcela da população (leigos) que não consegue compreender os sentidos neles estabelecidos. Esse esgarçamento do processo de comunicação, o faz contraposto a uma das características basilares esperadas de um texto produzido no âmbito do Direito, que é a regulamentação da vida social, dependente de ampla e irrestrita compreensão do dito.

Por isso, abordagem qualitativa do artigo, centra seu *corpus* no “Acórdão”, gênero textual decisão judicial, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.983, tratando da constitucionalidade da Lei Estadual nº 15.299/2013 (Ceará) que regulamentava a atividade da vaquejada, na qual foi decidido, no ano 2016, pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o conflito normativo constitucional entre o direito fundamental ao meio ambiente – proteção a flora e a fauna – (art. 225) e o exercício dos direitos culturais (art. 215). O alcance dessa decisão judicial extrapolou o cenário do discurso jurídico, os tribunais, e produziu

uma repercussão no âmbito das plataformas digitais (*instagram facebook, twitter* etc), do congresso nacional (audiências públicas, produção de leis etc) e de organizações e movimentos sociais (OAB, Conselhos de Classes etc.) resultando em produções discursivas favoráveis e contrárias à prática das vaquejadas.

O objetivo geral é analisar os atos performativos encontrados nos Votos dos Ministros do STF na ADI nº 4.983, que trata sobre a proibição da prática da vaquejada, segundo as teorias de Austin (1990) e Searle (1994, 1995). Para tanto, necessitou-se fazer uma breve discussão sobre a relação entre a língua(gem) e os estudos linguístico-filosóficos e pragmáticos; apresentar a função performativa nas postulações teóricas dos atos de fala em Austin e Searle; e averiguar os atos de fala nos discursos jurídicos, criando inferências sobre os atos mais usuais (preferidos) dos usuários da área jurídica no *corpus* analisado.

Linguagem, estudos linguístico-filosóficos e a pragmática

Nos estudos sobre a linguagem é uníssona a incerteza quanto à sua origem, as teorias acabam se confundindo ou usando como ponto de partida a história da humanidade ou o surgimento das sociedades para datar o aparecimento da linguagem. Algumas teorias, de diversos campos do conhecimento, têm sido utilizadas para dar explicação sobre a origem da linguagem. As religiões cristãs, por exemplo, explicam o surgimento da linguagem por meio da figura de Adão, a quem teria sido entregue a função de nomear as coisas, e como tal "[...] o mundo inteiro falava a mesma língua, com as mesmas palavras" (Gn 11,1), condição que, segundo essa crença, teria se modificado no episódio da "Torre de Babel", a partir do qual as pessoas teriam passado a falar várias línguas e não se entenderem, em decorrência de um castigo divino. (HARRUB, THOMPSON & MILLER, 2003).

Essa primeira ideia do surgimento da língua(gem), embora mítica e focada na fé, é o pontapé inicial para justificativas que ao longo do tempo passaram a responder a questão: "Qual a origem

da linguagem?”. Esse questionamento perdurou (e ainda é possível encontrar estudos sobre o tema) nas pesquisas acadêmicas de diversas áreas do conhecimento (a filosofia, a antropologia, a linguística, a biologia molecular e a neurociência).

A filosofia da linguagem progride no século XX com o desenvolvimento científico de outras ciências que investigaram a estrutura, aprendizagem e uso da linguagem, dando um suporte para novos questionamentos filosóficos, superando o questionamento anterior sobre como surgiu a língua(gem), passando agora a se questionar como funciona a linguagem na relação com a mente e o mundo.

A relação linguagem-mente-mundo continua a ser uma preocupação dos filósofos contemporâneos, mas de uma forma muito mais sofisticada, rigorosa e sistemática. Os filósofos preocupam-se agora, por exemplo, com as condições de verdade correctas de usos particulares de frases, com os estados de coisas reais ou possíveis que confeririam verdade ou falsidade às frases usadas, e com o valor cognitivo de distintos tipos de frases. (MARQUES & GARCÍA-CARPINTERO, 2012, p. 285).

O novo cenário de questionamento da filosofia sobre a linguagem ocorreu com a chamada “Virada linguística da filosofia”, momento em que se coloca a linguagem na centralidade reflexiva da filosofia e deixa-se de lado a preocupação com a nomeação das coisas ou a transmissão de pensamentos. O principal representante desse momento foi o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951), que em sua primeira obra, *“Tractatus Logico-Philosophicus”* (1921), quis definir os limites da linguagem e conseqüentemente de todo o pensamento, de modo que as suas observações e proposições, como aceitar que: “5.6 Os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 111), acabaram colocando-o em um novo patamar dentro da tradição filosófica dos estudos da linguagem.

Nesse primeiro momento Wittgenstein (1968) procurou compreender a linguagem como um modo geral de se relacionar com o mundo, ou seja, supera o entendimento de que a linguagem seria uma maneira apenas de nomear, de modo isolado, coisas e fatos. As coisas e fatos só teriam sentido quando estão relacionados com o contexto de outras coisas (no mundo),

4 O pensamento é a proposição significativa.

4.001 A totalidade das proposições é a linguagem.

4.002 O homem possui a capacidade de construir linguagens nas quais cada sentido se deixa exprimir, sem contudo pressentir como e o que cada palavra denota. — Assim se fala sem saber como os sons singulares são produzidos. A linguagem corrente forma parte do organismo humano e não é menos complicada do que èle. É humanamente impossível de imediato apreender dela a lógica da linguagem. A linguagem veda o pensamento; do mesmo modo, não é possível concluir, da forma exterior da veste, a forma do pensamento vestido por ela, porquanto a forma exterior da veste não foi feita com o intuito de deixar conhecer a forma do corpo. Os acôrdos silenciosos para entender a linguagem corrente são enormemente complicados. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 70).

A conexão entre palavras e objetos, segundo Wittgenstein (1968), estaria relacionada ao mundo, ao pensamento e à linguagem, a partir de diferentes contextos de regras e usos das palavras, chamados de acordos silenciosos, sendo estabelecida a comunicação. Pelas características da linguagem, enquanto instrumento vivo, por estar sempre em (trans) formação, pois cada um é usuário e inventor da língua, sempre contextualizada em uma *práxis* de comunicação, o autor passou a denominar essa situação de jogos de linguagem (SOUZA FILHO, 2006).

As ideias filosóficas de Wittgenstein (1958) foram confrontadas por ele mesmo ao concluir o *Tractatus*, e com a obra “Investigações Filosóficas” (1953) que segue uma linha de pensamento bem oposta à primeira obra. Por isso, é com Wittgenstein que a pragmática ganha força, por ser entendida

como anterior à semântica, uma vez que o uso da linguagem ocorre em contextos prévios ao significado que é estabelecido e as palavras e enunciados só produzem sentidos de acordo com o uso que se faz em contextos pragmáticos (SOUZA FILHO, 2006). Assim, estabeleceu-se a filosofia da linguagem comum, em que se tem uma preocupação com o uso prático das palavras em nosso cotidiano, passando a se pensar no uso da palavra do ponto de vista metafísico para o cotidiano. A linguagem é pensada, portanto, não mais como um fenômeno natural, mas um resultado da interação social na qual os indivíduos estão inseridos em determinado período histórico.

É nessa perspectiva que o pensamento e o jogo de linguagem de Wittgenstein influenciaram outros filósofos sobre a linguagem, pois segundo a teoria wittgensteiniana, dentro desse jogo o sentido de determinada proposição pode alterar-se, havendo também uma possibilidade de oposição entre o que se fala e o agir. Partindo da teoria pragmática sobre a possibilidade de agir por meio das palavras, que é desenvolvida a teoria dos filósofos da linguagem John Langshaw Austin e John Rogers Searle sobre os atos de fala (atos de discurso ou atos de linguagem), em que o dizer é fazer, ou seja, determinados enunciados/sentenças/proposições são em verdade ações.

Os atos de fala, objeto de estudo do presente trabalho, são melhor discutidos a seguir.

Os atos de fala e a função performativa: (re)conhecendo as postulações teóricas de Austin e Searle

A teoria dos atos de fala surgiu no campo da filosofia, sendo elaborada inicialmente por John L. Austin, partindo de suas conferências que deram origem a sua obra “Quando dizer é fazer: Palavras e ação”¹, publicada em 1962. Partindo das teorias pragmáticas, o estudioso reconhecia que o uso das palavras, nos

¹ *How to Do Things with Words*

mais diversos tipos de interações linguísticas, era que determinava o sentido, mas que os usos dos enunciados vão além da representação do sentido de mundo, reconhecendo a existência de enunciados em que os falantes realizam ações. Para Austin (1990), “todo dizer é um fazer”, pois quando proferimos um enunciado (falamos), de alguma forma, estamos objetivando realizar ações (SOUZA FILHO, 2006).

Essa concepção inicial da Teoria dos Atos de Fala por Austin foi retomada e aperfeiçoada por John R. Searle com as suas obras: “Atos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem”² de 1969 e “Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos da fala”³ de 1979, nas quais, especialmente, aprofundou o tratamento dos atos de fala.

Os atos de fala surgiram dentro dos estudos da Filosofia da Linguagem, e posteriormente foram absorvidos pelo campo da Linguística Pragmática, com o interesse e a preocupação de compreender como os indivíduos faziam uso da linguagem comum (do cotidiano), buscando superar o entendimento da produção de proposições/enunciados, em condições de veracidade ou falsidade, para se descrever/traduzir o mundo, entendendo assim o Ato de fala (*speech act*) como:

Ato de fala (*speech act*) – uma tentativa de fazer alguma coisa simplesmente falando. Há uma quantidade de coisas que podemos fazer, ou tentar fazer, apenas falando. Podemos fazer uma promessa ou uma pergunta, ordenar ou exigir que alguém faça alguma coisa, fazer uma ameaça, dar nome a um navio, declarar duas pessoas marido e mulher, e assim por diante. Cada uma dessas coisas é um *ato de fala* específico (TRASK, 2004, p. 42)

Foi então com base no questionamento da possibilidade de outras formas de ações que poderiam ser realizadas quando se fazia o uso da linguagem, que surge a Teoria dos Atos de Fala, que

² *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*

³ *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*

entendeu que determinados enunciados são, em verdade, ações, pois ao dizer algo, em determinados casos, o sujeito está simultaneamente realizando uma ação. Na estruturação dos atos de fala, Austin (1990) distinguiu e definiu dois grupos de enunciados “declarativos”: os constatativos (ou constativos) e os performativos, conforme Quadro 01, que segue.

Quadro 01 – Atos performativos e constatativos

	Constatativos	Performativos
Conceito	São atos de fala que tem como função descrever a realidade do mundo (real ou não), sendo possível formular ou questionar a sua verdade ou falsidade.	São os atos de fala em que há uma performance, ou seja, ao passo que é pronunciado está se realizando uma ação.
Enunciado	(1) O bandido escapou do presídio.	(2) Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. (quando proferido pelo padre ao jogar água na criança)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Austin (1990).

Os enunciados constatativos passam por uma avaliação de verdadeiro ou falso, quando proferidos, o que não é possível fazer nos enunciados performativos, pois estes não têm como função descrever uma realidade. No ato performativo (2), para que tal enunciado produza efeitos religiosos (direito canônico) para a criança, é necessário que seja pronunciado por uma pessoa investida de autoridade (p. ex. padre) para ter sucesso, ou seja, para que produza efeito, é necessário que seja pronunciado por pessoa com autoridade para prática do ato. Por isso, Austin (1990) apresenta algumas regras específicas para avaliar as condições de felicidade (sucesso) e fracasso no enunciado performativo.

Quadro 02 – Condições de felicidade

CONDIÇÕES (REGRAS)		VIOLAÇÃO	
A.1	Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que	“Falha”	“Ato malogrado”
A.2	as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.		
B.1	O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e		
B.2	completo.		
Γ.1	Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,	“Abuso”	
Γ.2	devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente.		

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Austin (1990, p. 30).

Segundo o pensamento de Austin (1990), para que um enunciado obtenha sucesso (seja feliz) é necessário que todas as condições sejam seguidas, a transgressão (violação) de uma das seis regras tornará o ato performativo malgrado (fracasso/infelicidade). O ato malgrado pode se dar pela “falha” ou pelo “abuso”. O ato performativo será “falho” quando houver violação de uma das regras do tipo A ou B, já o “abuso” será caracterizado quando ocorrer violações (atos malgradados) de algum dos tipos da letra grega (*I*).

Os atos performativos ainda são classificados por Austin (1990) em dois tipos: explícitos e implícitos. Nesses dois tipos existe uma realização de ação, a distinção reside no plano da forma linguística em que os atos são apresentados.

Nos atos performativos explícitos, os enunciados se apresentam nos verbos nos casos em que fazer o uso é realizar o ato (prometo, aposto, etc.), por exemplo: (3) Eu prometo que amanhã entregarei o seu relógio, sendo, portanto “[...] verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa (...) [e] começando com ‘eu x que...’, ‘eu x a...’, ‘eu x...’ – podem ser ‘reduzidos’ a esta forma e convertidos no que chamaríamos de performativos explícitos” (AUSTIN, 1990, p. 66-67), aliados também a alguns recursos como o modo imperativo (Feche-a = Ordeno-lhe que a feche), advérbios e expressões adverbiais, partículas conectivas, elementos (gestos ou atos cerimoniais não-verbais), circunstância e tom de voz, cadência, ênfase em que acompanha o proferimento do enunciado.

Os atos performativos implícitos (ou primários) seriam os enunciados proferidos que realizam uma ação ao serem proferidos, porém não se encaixam nas características dos performativos explícitos (AUSTIN, 1990), por exemplo: (4) Entregarei o relógio amanhã.

Austin (1990) defende que sempre que dizemos algo estamos realizando uma ação, e que no proferimento de um enunciado é possível visualizar, simultaneamente, três níveis em quaisquer atos

de fala, quais sejam: locucionários, ilocucionários e os perlocucionários.

Na visão de Austin (1990) e Searle (1994) os atos locucionários são caracterizados pelo ato de dizer algo, ou seja, a produção de um enunciado (significado), grosso modo, seria “[...] proferir determinada sentença com determinado sentido e referência” (AUSTIN, 1990, p. 95). Já os atos ilocucionários representam a manifestação da compreensão momentânea das palavras emitidas, ou seja, a intenção (informar, ordenar, prevenir, avisar, etc.) pela qual o enunciador produz o enunciado. Por fim, os atos perlocucionários representam os efeitos ou consequências, para o enunciador ou enunciatário, que a produção do enunciado ocasiona (persuadir, impedir, surpreender, confundir etc.).

Os dois autores se dedicam ao aprofundamento dos atos performativos ilocucionários, que também ganha destaque na análise empreendida nesta investigação. Austin (1990) distinguiu cinco classes gerais pela força ilocucionária: “(1) Veriditivos (2) Exercitivos (3) Comissivos (4) Comportamentais [e] (5) Expositivos” (AUSTIN, 1990, p. 123). Contudo, embora reconheçamos a importância das contribuições de Austin, para esta investigação utilizaremos a taxonomia adotada por Searle (1995), uma vez que consideramos um aperfeiçoamento a reordenação por ele proposta para a teoria e classificação dos atos de fala da visão austiniana, (re)classificando os atos ilocucionários em: Assertivos, Diretivos, Compromissivos, Expressivos e Declarativos, sintetizados no Quadro 03.

Quadro 03 – Taxonomia de Searle

CATEGORIA OU TIPOS	CONCEITO	EXEMPLOS
Assertivos <i>(Assertives)</i>	São os atos que comprometem o enunciador quanto ao que é proferido (dito), sendo um enunciado avaliado em verdadeiro ou falso.	Concluo que o réu entendeu todo os termos da sua sentença.
Diretivos <i>(Directives)</i>	São os atos que têm como propósito a tentativa de orientação ou direção do enunciatário para realizar uma ação.	Ajude o senhor idoso de cadeira de rodas.
Compromissivos <i>(Commissives)</i>	São aqueles atos ilocucionários cujo objetivo é comprometer o falante (novamente em graus variados) com o enunciado apresentado. É um comprometimento com uma ação que ainda não ocorreu (futura).	Juro ser fiel na saúde e na doença, na riqueza e na pobreza (...)
Expressivos <i>(Expressives)</i>	São os atos que visam a expressar o estado psicológico (agradecer, parabenizar, desculpar-se, deplorar e dar boas-vindas) especificado na condição de sinceridade sobre um estado de coisas indicado no conteúdo proposicional.	Eu parabenizo você por ganhar a corrida (parabéns por vencer a corrida).
Declarativos <i>(Declarations)</i>	São aqueles atos ilocucionários que necessitam de uma relação entre o enunciado, enunciatário e o mundo (realidade), pois para	Você está demitido! (Para que esse enunciado tenha sucesso é preciso que seja falado pelo

serem bem sucedidos é necessário um envolvimento comunicativo entre os falantes e que o enunciador tenha condições (<i>status</i>) para que o ato dito produza efeitos e sentido (sucesso).	patrão (ou responsável superior, que tenha autoridade) ao empregado (subordinado em uma relação comunicacional).
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Searle (1995, p. 15-20).

Entendendo que os enunciados no discurso jurídico são materiais com boas possibilidades de visualização prática dos atos de fala, na próxima sessão far-se-á uma análise do “Acórdão”, gênero textual decisão judicial, sobre a proibição da prática da vaquejada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.983 do Supremo Tribunal Federal (STF, 2016).

A pragmática-linguística do/no discurso jurídico: implicações dos atos de fala em decisões pró e contra a cultura da vaquejada

Os gêneros textuais são conjuntos de “[...] textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MARCUSHI, 2003, p. 3). No domínio do discurso jurídico ou “nos tribunais” (DIJK, 2015, p. 67) há interações dialógicas entre juiz, promotor, advogados, assistentes, defesa e réu, que fazem (ou não) o uso da linguagem específica (*juridiquês*) recorrente em gêneros textuais que possuem características que tornam, segundo Tullio (2009), as peças e os discursos preciosos, empolado, correto, culto, conservador, ritualizado, autoritário, denotativo, formalista e hermético, constituindo, assim, práticas discursivas que particularizam os gêneros que às vezes lhe são próprios (em certos casos, exclusivos) do domínio dos discursos jurídicos ou nos tribunais (forense).

Na instância discursiva dos tribunais é possível encontrar inúmeros gêneros textuais jurídicos, classificados em atos processuais das partes (art. 200 e ss do CPC), pronunciamentos do juiz (art. 203 e ss, CPC) e atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria (art. 206 e ss, CPC), dos quais os principais são: petição inicial, contestação e sentenças.

Segundo Tullio (2012), a petição inicial e contestação apresentam no corpo textual uma sequência de tipologias semelhantes, pois são gêneros utilizados pelas partes autora e ré de uma ação judicial. Nos atos de pronunciamento do juiz são destacados os seguintes gêneros textuais “[...] sentenças, decisões interlocutórias e despachos” (art. 203, CPC) e o “Acórdão [que] é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais” (art. 204, CPC).

Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos são gêneros textuais jurídicos em que o enunciador (juiz, desembargador ou ministro), integrante do Poder Judiciário que compõe e representa a figura do Estado, procede a uma decisão/sentença sobre um determinado assunto/fato/problema/lide levado aos tribunais, em que ao final proferirá uma resolução com base no discurso e argumentação das partes apresentado na petição inicial e/ou na contestação (ou de suas respectivas peças adequadas para cada instância), já:

[...] o acórdão se enquadra no âmbito dos atos normativos (ou deliberativo-normativos), ou seja, aqueles oriundos de deliberações de órgãos da administração pública (geralmente colegiados), que trazem regras e normas de cumprimento. Observa-se ainda, no acórdão, a preponderância do valor administrativo sobre o histórico, pois tem como função precípua manifestar uma determinada prestação jurisdicional em uma determinada lide [...]. (GUIMARÃES 2004, p. 34).

Os Acórdãos, *corpus* desse estudo, configuram um gênero textual pertinente à fase decisória de processos. São textos por meio dos quais são comunicadas as decisões tomadas pelo coletivo de juízes (desembargadores ou ministros) de uma instância superior,

o quais devem conter elementos (art. 489, CPC) como o relatório (resumo dos pedidos e da contestação), dispositivos e fundamentos. Neles os Ministros (juízes) produzirão discursos e argumentos que darão fim à fase cognitiva ou de execução do processo e terão efeitos constitutivos, condenatórios ou meramente declaratórios (THEODORO JÚNIOR, 2019).

O Supremo Tribunal Federal é a suprema corte do poder judiciário brasileiro, composta por 11 (onze) ministros “escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (...) nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal” (Art. 101, CF/88). Essa corte é encarregada de julgar “ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal” (Art. 102, a, CF/88), cuja decisão judicial é proferida pelo “Acórdão”.

Nesta pesquisa, foi utilizado o “Acórdão” (ADI nº 4.983) produzido pelo STF (2016), que decidiu sobre a proibição da Vaquejada. Os enunciados produzidos pelos Ministros desse tribunal atendem às condições de felicidade dos atos performativos, uma vez que são pronunciados por pessoas investidas de poderes e competências para enunciar tais atos de fala.

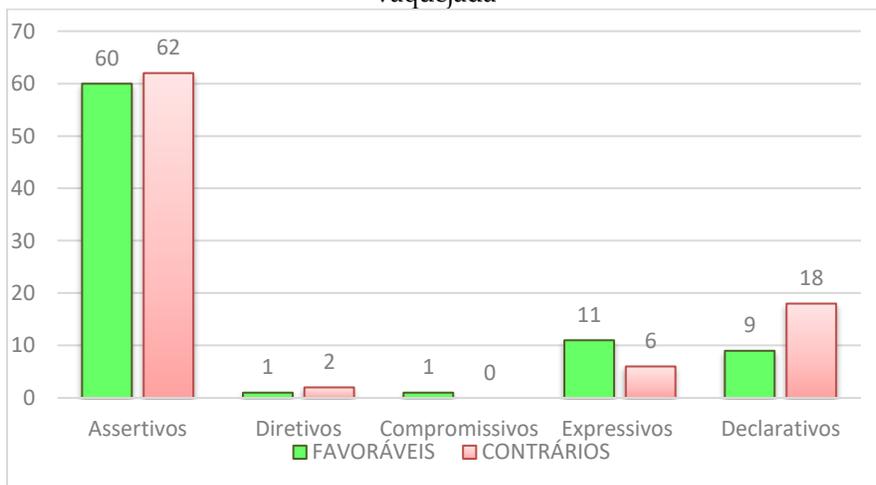
A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983 debatia a constitucionalidade da Lei Estadual nº 15.299/2013 (Ceará) que regulamentava a atividade da vaquejada, estando em conflito dois dispositivos da constituição: o direito fundamental à proteção à flora e à fauna (art. 225) e o exercício dos direitos culturais (art. 215). O Acórdão, composto por 11 (onze) decisões judiciais relativas aos votos de cada ministro, decidiu por seis votos contrários (Ministros Marcos Aurélio, Roberto Barroso, Rosa Weber, Celso de Mello, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski) e cinco favoráveis à vaquejada (Ministros Teori Zavascki, Luiz Fux, Edson Fachin, Gilmar Mendes e Dias Toffoli), que o direito à proteção ambiental

(fauna e flora) se sobrepõe aos direitos e valores culturais representados na prática da vaquejada.

A proposta neste trabalho é analisar os atos performativos encontrados nos Votos dos Ministros do STF na ADI nº 4.983, que trata sobre a proibição da prática da vaquejada, segundo as teorias de Austin (1990) e Searle (1994, 1995).

De forma mais específica, o segundo objetivo dessa investigação foi constatar os atos de fala em discursos jurídicos e observar quais os atos mais usuais (preferidos) dos usuários da área jurídica (no caso os Ministros do Supremo). Assim, no Gráfico 01 estão representados os números de atos de fala encontrados no gênero decisão judicial (Acórdão da ADI nº 4983), de modo que foram destacados todos os verbos e locuções verbais em cada Voto dos Ministros.

Gráfico 01 - Atos de fala em discursos favoráveis e contrários à vaquejada



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Nos discursos favoráveis e contrários à vaquejada é perceptível a predominância de atos do tipo *assertivos* (122 enunciados no total), sendo 62 nos discursos contrários e 60 nos discursos favoráveis. Esses atos de fala têm como finalidade a

representação do estado das coisas no mundo, comprometendo o enunciador em seu “dito” em termos de avaliação da proposição (verdadeiro ou falso). É possível visualizar exemplo nos enunciados seguintes (STF, 2016):

votei, asseverando não se cuidar “de uma manifestação cultural que mereça o agasalho da Carta da República”, mas de crueldade ímpar, onde pessoas buscam, a todo custo, “o próprio sacrifício do animal”, ensejando a aplicação do inciso VII do artigo 225 (p. 11);

Reconheço que a vaquejada é uma atividade esportiva e cultural com importante repercussão econômica em muitos Estados, sobretudo os da região Nordeste do país (p. 55).

concluo eu, o Estado não incentiva, nem garante manifestações culturais em que adotadas práticas cruéis contra os animais (p. 64).

vou fazer uma opção por aqueles que propugnaram pela possibilidade de exploração dessa atividade cultural, com essas ponderações legislativas que afastam a crueldade da vaquejada, levando-se ainda em consideração que, com toda essa humanização, não há nada mais cruel do que o meio através do qual o povo se alimenta, com o abate do boi (p. 77-78);

vi informações, por exemplo, ressaltando que a cauda que se utiliza agora passa a ser uma cauda artificial, exatamente para não produzir esse efeito tão bem narrado pelo Ministro Barroso (p. 101);

saliento que, na “farra do boi”, não há técnica, não há doma e não se exige habilidade e treinamento específicos, diferentemente do caso dos vaqueiros, que são profissionais habilitados, inclusive, por determinação legal (Lei nº 12.870/13) (p. 119);

Faço uma interpretação biocêntrica do artigo 225 da Constituição Federal, em contraposição a uma visão antropocêntrica, que consideram os animais como “coisa”, desprovidos de direitos ou sentimentos (p. 123);

A inferência é de que a razão para ser esse o tipo de ato de fala de maior incidência nos discursos analisados se deva ao fato de os enunciadores (“Ministros”) possuírem criticidade, informação e necessidade de se expressarem de formas assertivas, precisas e convictas, valendo-se de estudos, pesquisas e dados teórico-científicos, assim como dos instrumentos principiológicos do Direito para fundamentar suas ideias e argumentos nos discursos.

Em seguida, encontram-se os atos *declarativos*, com um total de 27 enunciados, sendo 18 nos discursos contrários e nove nos discursos favoráveis. O tipo declarativo tem a finalidade de promover mudanças no estado das coisas do mundo, por isso a relação entre o que se fala (enunciado), quem recebe a fala (enunciatário) e o mundo (realidade), produz fatos institucionais, como se vê nos enunciados (STF, 2016):

voto que proponho ao colegiado (p. 14);

indico aqui nessa proposição de voto entre a chamada farra da festa do boi e a rinha de galos, estou, com a devida vênua do eminente Relator, Senhor Presidente e ilustre Pares (p. 15);

julgo improcedente a ação (p. 122);

julgo procedente o pedido formulado na inicial para declarar inconstitucional a Lei nº 15.299, de 8 de janeiro de 2013, do Estado do Ceará (p. 13).

Rejeito, de início, as preliminares de inépcia da inicial arguidas (p. 30)

acompanho o relator, julgando o pedido formulado na presente ação direta de inconstitucionalidade procedente, de acordo com os fundamentos aqui expostos (p. 56).

Peço vênua, Senhor Presidente, para, acompanhando o voto do eminente Relator (p. 81);

É notada a presença do tipo de ato de fala declarativo em virtude do gênero textual analisado, pois é necessário, nas decisões judiciais (Acórdão), os enunciadores (juízes), tendo condições (*status*), proferirem enunciados (atos de fala) declarativos, produzindo efeito e sentido, porque, no caso em análise, os Ministros estão usando do poder que o cargo lhes confere para fazer a ação com os verbos “voto”, “indico”, “julgo”, “rejeito”, “acompanho” e “peço vênia”.

Outro tipo de ato de fala que aparece nos discursos dos Ministros é expressivo, com 17 enunciados encontrados, sendo 11 dos discursos favoráveis e seis dos discursos contrários. Quando se faz a comparação entre os discursos favoráveis e contrários à vaquejada, existe uma predominância de atos de fala expressivos nos discursos favoráveis à lei que regulamenta a prática da vaquejada (15 atos de fala). Os atos do tipo expressivo estão ligados às condições de sentimentos e estados psicológicos, podendo ser ilustrados nos seguintes enunciados dos ministros (STF, 2016):

Confesso, mais uma vez, não poder silenciar a respeito, tendo em conta o texto da Carta da República (p. 8).

preocupa-me bastante que nós, a partir de referenciais um tanto quanto abstratos, comecemos a tentar quebrar práticas que remontam a tempos às vezes imemoriais (p. 18).

Lembro-me que temos uma série de considerações a propósito desse tema (p. 18).

começo louvando o belíssimo voto do Ministro Marco Aurélio (p. 64);

Peço licença ao eminente Ministro DIAS TOFFOLI (p. 81);

me parece que, ao invés de censurar essa lei, o que é diferente da discussão sobre a farra do boi ou até mesmo da rinha de galos - precedentes que estão estabelecidos -, nós deveríamos, se fosse possível, até fazer algum tipo de recomendação no sentido de que se adensem práticas com o intuito de proteção (p. 103);

A utilização de ponto ilocucionário expressivo, no caso em análise, deve estar associado à utilização de um discurso com argumentos sentimentalistas, especialmente a decisão do Ministro Gilmar Mendes, ao apresentar um discurso com 14 atos de falas do tipo expressivo, posto que seus votos têm um caráter mais personalista, com relatos das vivências pessoais favoráveis à vaquejada.

Foi percebida também a presença, ainda que em menor quantidade (três enunciados), de atos de fala do tipo *diretivo*, de modo a orientar o enunciatário para uma ação, como: “abrir um tópico para reflexão acerca das proíficas discussões que têm-se desenvolvido no âmbito da ética animal (STF, 2016, p. 34)”; “declarar inconstitucional a Lei nº 15.299/13 do Estado do Ceará, julgando procedente o pedido desta ação direta (STF, 2016, p. 74)”; e “peço licença para acompanhar a divergência, porque me parece que se deve fazer uma distinção fundamental entre a vaquejada e a lei do Estado do Ceará, que veio para regulamentar a vaquejada no referido Estado (STF, 2016, p. 59)”. E apenas um ato do tipo *compromissivo* no discurso favorável à vaquejada, comprometendo o enunciador a prática de uma ação futura, como: “farei juntar voto escrito (STF, 2016, p. 105)”.

Por se tratarem de dois tipos de atos de fala que necessitariam levar o interlocutor e o locutor a praticar uma ação, é possível inferir que no gênero textual jurídico de decisão judicial procura-se muito mais a solução do problema (conflitos de direitos fundamentais constitucionais), do que propriamente requisitar às partes a realização de ações.

Considerando o contexto de produção, os tribunais superiores, características do gênero textual jurídico, os atos predominantes encontrados no Acórdão da ADI nº 4.983 (STF, 2016), segundo a tipologia de Searle (1995), são os assertivos, os declarativos e os expressivos. A presença desses atos de fala pode ser explicada pelos estudos de Posner (2008), ao compreender que em discursos proferidos por juízes, principalmente de instâncias superiores (*appellate judges*), como é o caso do STF, os Ministros (juízes) atuam

com maior poder discricionário (*discretion*) e liberdade argumentativa nas decisões de casos de cunho social e cultural, afastando-se do direito objetivo (posto) e atuando como legisladores ocasionais (*occasional legislators*).

Com isso, conclui-se a análise da discussão sobre os atos de fala, em que se procurou apresentar um breve cenário da discussão teórica, dados numéricos e os atos de fala mais recorrentes no gênero textual jurídico “Acórdão”.

Considerações finais

A linguagem não é utilizada apenas como instrumento descritivo do mundo, mas é um recurso utilizado no conjunto das atividades humanas para os mais diversificados tipos de atividades e estruturas comunicacionais. A linguagem nos propiciou o desenvolvimento e (r)evolução social.

É de se destacar que a teoria dos atos de fala representa um avanço teórico no campo da pragmática da linguagem quando faz a distinção de diferentes tipos de atos (locucionários, ilocucionários e perlocucionários) presentes em um enunciado. O dizer (proferimento de um enunciado linguístico) revela muito além do simples “dizer”, tem uma força ilocucionária (carga de intencionalidade) por trás da manifestação da fala, devendo observar o contexto do ambiente de comunicação, para que sejam produzidos argumentos eficazes (performativos felizes).

No campo jurídico, dependendo do contexto de produção, existe uma tendência para a preferência de algum tipo de atos de fala em detrimento do outro. O gênero textual analisado centra-se na decisão judicial produzida no âmbito discursivo dos tribunais de instâncias superiores, ou seja, no Supremo Tribunal Federal, que por se tratar de um órgão colegiado profere o gênero “Acórdão”.

As decisões judiciais de tribunais superiores envolvem problemas que geram clamor social e midiático, já que os casos decididos geralmente são normas de direitos fundamentais de

aplicação indistinta. É o caso da ADI nº 4.983 ao versar sobre a prática “cultural” presente em um território do país: a vaquejada.

Foi visto que os atos de fala propostos por Austin e Searle, apresentados sob diferentes olhares, não possuem antagonismo, mas acabam se complementando no modo de como compreender no dizer e fazer discursivo.

No Acórdão sobre a vaquejada incidiram três tipos de atos de fala performativos (SEARLE, 1995): *assertivos*, *declarativos* e *expressivos*, que pelo contexto de produção dos enunciados e da competência do enunciador, atenderam às condições de felicidade (sucesso). As possíveis motivações para uma maior presença desses três tipos de atos ilocucionários são a formação dos enunciadores (juízes), maior poder discricionário e liberdade argumentativa para proferir decisões no âmbito de casos levados à suprema corte (última instância).

Por fim, é importante ressaltar que os estudos sobre os atos de fala não se restringem aos discursos jurídicos, podendo ser feitos com textos/discursos de qualquer domínio discursivos, como em quadrinhos (SILVA, 2008), textos bíblicos (CAMINITTI, 2012), reportagens (RODRIGUES, 2012), livro didático (ANDRADE, 2013), *posts* e *memes* (RIBEIRO, 2015), portarias (LUPIA, 2017), imagens (KOSLOWSKI, 2019), entre outros gêneros textuais.

Referências

ANDRADE, P. Atos de fala e cultura no livro didático de português como língua estrangeira. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 42 (2): p. 798-809, maio-ago 2013.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BRASIL. CPC. *Código de Processo Civil*. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 16 nov. 2019.

CAMINITTI, M. I. A linguagem e a realidade: a ação praticada por meio das palavras. Análise do primeiro capítulo do livro *Gênesis. Linguagem Acadêmica*, Batatais, v. 2, n. 1, p. 33-55, jan./jun. 2012

DIJK, T. A. V. *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GUIMARÃES, J. *Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teórico metodológicos*. Brasília: Editora UnB, 2004.

HARRUB, B.; THOMPSON, B.; MILLER, D. *The origin of language and communication*. TJ 17(3) 2003. Disponível em: <https://apptoblogly.files.wordpress.com/2011/05/harrub-brad-adn-et-al-22the-origin-of-language-and-communication22.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

KOSLOWSKI, A. A linguagem religiosa, atos de fala e imagem. *PROMETHEUS*. N. 29, January - April 2019.

LUPIA, M. O. Atos de fala na administração pública: uma análise pragmática das portarias. *Revista Desempenho*, n.27, v.1, 2017.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Angela Paiva (org.) *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003

MARQUES, T.; GARCÍA-CARPINTERO, M. Filosofia da Linguagem. In: Pedro Galvão (ed.). *Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas*. Edições 70, 2012. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/MARFDL-2>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

POSNER, R. *How judges think*. Cambridge, Massachusetts, London: Havard University Press, 2008.

RIBEIRO, C. B. *Gêneros discursivos e atos de fala no facebook: uma análise de posts e memes relacionados às eleições para a presidência do brasil em 2014*. 2015. 132 F. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

RODRIGUES, P. C. C. *Atos de fala e ideologia – a violência linguística no discurso da revista Veja sobre as favelas*. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2012.

SCHURIG, A. C. S. A filosofia não analítica da linguagem, a virada linguística e a virada pragmática. *Periagoge*. UCB. v. 2, n. 1, 2019.

SEARLE, J. R. *Actos de Habla: ensayo de filosofia del lenguaje*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1994.

SEARLE, J. R. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, L. A. Relações entre a Teoria dos Atos de Fala e quadrinhos humorísticos. *Temporis(ação)*. UEG, v. 01, p. 132-144, 2008.

SOUZA FILHO, D. M. A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem. *Filosofia Unisinos*, 7(3):217-230, set/dez 2006.

STF. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.983 CEARÁ. Relator: Marcos Aurélio. DJ: 06/10/2016. *Portal STF*, 2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12798874>. Acesso em: 14 nov. 2019.

THEODORO JÚNIOR, H. *Curso de Direito Processual Civil – vol. I: Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, processo comum*. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. Revisão Técnica de Ingedore Villaça Koch e Thaís Cristófaros Silva. São Paulo: Contexto, 2004.

TULLIO, C. M. *Gêneros Textuais Jurídicos Petição Inicial, Contestação e Sentença: Um olhar sobre o léxico forense*. 2012. Volume I - 185 f. Volume II - 498 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina - Londrina, 2012.

TULLIO, C. M. *Um olhar sobre o gênero textual jurídico*. In: VI congresso Internacional da ABRALIN, 2009, João Pessoa. Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN. São Paulo: Editora Contexto, 2009. v. I. p. 530-540.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*, Oxford: Blackwell, 1958.

3

Crianças subversivas: efeitos da memória na Comissão Nacional da Verdade/Brasil

*Camila Praxedes de Brito
Francisco Paulo da Silva
Francisco Vieira da Silva*

Introdução

Em vinte e um anos de ditadura no Brasil, deixou-se de ouvir os clamores daqueles que lutaram contra o regime e contra a violência dos agentes da repressão. Ao longo dos anos, foram muitos os relatos de sujeitos que sofreram, e ainda sofrem, os efeitos das graves violações dos direitos humanos praticadas pelos agentes do Estado, que deveriam estar nas ruas para proteger a população, mas, que, pelo contrário, espalhavam o medo e o terror, principalmente, entre aqueles que não permaneceram calados diante da situação de repressão e censura. Como consequência de seus atos a favor da liberdade e da democracia, esses sujeitos foram presos, torturados (das formas mais inimagináveis), exilados, mortos, ou simplesmente desapareceram e nunca mais foram vistos, pelo menos, não com vida.

O que se sabe é que as práticas violentas impostas pelos governos militares, através de seus agentes, não atingiram apenas aqueles que, por motivos ideológicos, não se dobraram ao sistema. Falamos sob este ângulo, pois os testemunhos que doravante trazemos para efetiva análise pertencem a sujeitos, que na época em que estava instaurada a ditadura, tinham de zero a doze anos de idade, portanto, eram crianças e tiveram sua infância roubada pelo regime.

Assim, propomo-nos a analisar os testemunhos de Ângela, Priscila, Adilson, Kátia, Eduardo, Tessa, Marília, Ernesto e Roberta, que aqui representam as dezenas de crianças que foram violentadas, torturadas, exiladas e tiradas do convívio familiar, e que tiveram ou não a oportunidade de falar de suas memórias, de trazê-las ao presente como meio de promoção de uma reconciliação com o Estado e com a sociedade, que, por muitos anos, desconheceu a verdade sobre o regime. Todos estes que agora fazem parte do estudo tiveram a oportunidade de contribuir com seus testemunhos para a recontação de suas histórias, das histórias de seus pais, familiares e amigos que, como eles, também tiveram suas vidas atreladas às violências da ditadura, dando seus testemunhos orais – que posteriormente foram transcritos da oralidade – à Comissão Nacional da Verdade/Brasil, doravante CNV/Brasil.

A CNV/Brasil foi criada durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff em 2012, e entregou seu relatório final em 2014 à governante. Desse relatório, extraímos as informações necessárias à constituição do nosso *corpus* de análise, composto por testemunhos de sujeitos que sofreram violações de direitos durante a Ditadura. Em seu relatório, a CNV/Brasil apresentou à sociedade considerações acerca dos crimes cometidos pelos militares durante a ditadura, dentre as principais conclusões podemos destacar a constatação da ocorrência – incontestável – de infrações praticadas pelo governo ditatorial, e o fato de que essas violências afetarem aqueles que a sofrem até o presente.

A Comissão proporcionou às vítimas o reconhecimento de suas histórias pelo Estado e pela sociedade em geral, através dos testemunhos de suas experiências. Dessa forma, as vítimas tiveram voz, depois de mais de trinta anos do final da ditadura, e puderam falar como essas experiências do passado interferiram no seu presente e futuro, através da oralidade, que se constitui em uma forma mais espontânea de se proferir os discursos. Então, percebemos que a memória e a história trabalham para a produção

da subjetividade e das verdades desses sujeitos, considerando aspectos que ultrapassam o “dito” e/ou “escrito”.

Quando essas crianças foram abruptamente arrebatadas de suas mães, como incidiu com o emprego deliberado dos *Destacamentos de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna* (DOI-CODI), elas perderam irremediavelmente a oportunidade de crescerem rodeadas de carinho, amor e afeto, além dos cuidados mínimos de saúde e alimentação que toda criança deve ter nessa fase da vida. Essa carência pode ter influenciado profundamente na construção de suas identidades. Trazemos a seguir, uma amostra dos enunciados extraídos dos testemunhos que aqui nos propomos a analisar, para demonstrar o que os testemunhos nos trazem acerca do tratamento dispensado às crianças, filhas de militantes políticos presos pelos agentes do Estado, no período da Ditadura Militar, como forma, também, de contribuir para uma justificativa de escolhermos este *corpus* de pesquisa. Observemos:

O Estado trata as crianças, alguns mais, outros menos, da mesma forma de um preso político. Bom, saiu aí agora, acho que você está até com uma cópia da revista que mostra: nos meus arquivos tem lá, tenho ficha de subversivo, elemento menor, subversivo, sob terrorismo e na saída quando o Lamarca resgata a gente, o Médici emite decreto presidencial banindo 44, não 40 presos políticos, que aí eles tentam sempre amenizar as atrocidades que fizeram. Então, nós quatro perdemos a cidadania, fomos banidos por decreto presidencial. Está o nosso nome lá na lista como preso político. Dizem que as crianças não perdem o direito: não tem isso, nós perdemos, está documentado, existe de fato. Fora a maneira como nos trataram todo esse período (ERNESTO CARLOS DIAS, CNV/BRASIL, 2014).

Por mais de trinta anos, as vozes dessas crianças permaneceram silenciadas, e não havia registros oficiais de que elas tivessem sido presas e/ou passado pelas mais cruéis formas de violência, sendo até mesmo fichadas nos órgãos da repressão como terroristas, criminosas e subversivas. A CNV/Brasil permitiu que elas falassem e pudessem inscrever suas histórias no presente, para

que as novas gerações soubessem de tudo o que passaram em suas infâncias.

Para podermos aprofundar nossos conhecimentos acerca desses fatos e em como eles interferem na produção desses sujeitos, vítimas da ditadura e, também, de suas verdades, é que optamos por analisar esses testemunhos sob os preceitos de Michel Foucault para a descrição/interpretação de enunciados. Por seguirmos a perspectiva interdisciplinar que caracteriza os estudos no campo da Análise do Discurso (AD), também utilizamos, para as nossas discussões autores com Ricoeur (2007), Le Goff (1990) e Nora (1993) que dissertam sobre a memória, a história e suas relações.

Nesse sentido, podemos entender como os sentidos ou efeitos de sentido são produzidos nas relações sociais dos sujeitos, como essas relações constituem as posições que os sujeitos ocupam na sociedade e que fatores contribuíram para essa constituição. Nesta pesquisa, as relações que os sujeitos vítimas das violências da ditadura, quando crianças, estabelecem com suas memórias, inscritas no presente, por meio de seus testemunhos concedidos à CNV/Brasil, apresentam-se como condição para a construção de suas identidades, conforme pudemos verificar, baseando-nos na interpretação dos enunciados. Compreendemos que, “para entender uma parte (uma frase, um enunciado ou um ato específico), o investigador deve entender o todo (o complexo de intenções, crenças e desejos ou o texto, o contexto institucional, a prática, a forma de vida, o jogo de linguagem, etc.) e vice-versa” (SCHWANDT, 2006, p. 197), e, nesta pesquisa, almejamos conhecer esse “todo”, por considerarmos que a AD possui um caráter interpretativo e interdisciplinar que nos possibilita esse conhecimento.

As crianças e a Ditadura: uma história escondida pela História

Um das circunstâncias menos divulgadas da face violenta da ditadura deixa-se revelar em testemunhos de crianças que sofreram violações de direitos nesse período. Elas tiveram sua liberdade

tomada. Muitas cresceram dentro de prisões ou iam com frequência a estas em visita aos pais. Viviam com medo, tiveram suas identidades roubadas, pois eram, em muitos casos, obrigadas pela clandestinidade a mudarem de nome, de cidade. Não criavam vínculos físicos nem afetivos com ninguém, fato que alguns levaram para a vida inteira.

Foram crianças marcadas pelo silêncio, pois seus pais ou familiares que estiveram nos centros de tortura não tinham condições de falar abertamente sobre o assunto. Os abusos foram tantos, a ponto de crianças receberem em suas documentações de exilamento o carimbo com a palavra “terrorista” escrita, sendo ainda fichadas nos órgãos de repressão como “criminosas subversivas”, acusadas de cometer crime contra a nação. As crianças foram vítimas de sequestros, torturas e exílio, além de também padecerem nos centros clandestinos da repressão, e, em instituições para menores infratores e orfanatos, para onde eram levadas, quando seus pais eram presos.

Além de permanecerem em regime de privação de liberdade, encerradas nessas instituições, as crianças também eram retiradas da coabitação familiar, perdendo o contato com suas raízes imediatas, pois, tratadas como criminosas, subversivas, eram indignas de uma vida em sociedade, por causa da relação de seus pais com órgãos da militância contra o Governo. Muitas crianças foram exiladas em países como Cuba, sendo assim “expatriadas” pelo Regime Militar.

Em muitos casos, quando as crianças não eram pegas pelos órgãos de repressão, eram forçadas a ficarem longe de seus pais, por estarem foragidos, presos, “desaparecidos” ou até mesmo mortos. Sem os pais, as crianças eram obrigadas a mudarem de nome, a viverem com parentes, algumas vezes distantes, que sequer as conheciam, para preservar-lhes as identidades, perante vizinhos e comunidades em geral, pois o Governo mantinha pessoas como espãs em muitas localidades, para que pudessem entregar o paradeiro das pessoas procuradas por cometerem “crimes”. Então, esta era uma forma de as crianças e de

“subversivos”, em geral, esconderem seus próprios nomes e de seus familiares, já que, quando eram encontrados pelos órgãos, eram levadas ao cárcere para presenciarem seus pais em situação de degradação, nus, machucados, muitas vezes irreconhecíveis aos olhos dos filhos, devido a sessões de espancamento e torturas dos mais variados tipos.

Algumas crianças começaram a sofrer torturas já nos ventres de suas mães. Umas nasceram dentro das prisões, dessa forma, já nasceram subversivas aos olhos dos militares, outras eram levadas junto às mães para os cárceres, quando estas eram capturadas pelos agentes da repressão, outras eram levadas à presença dos pais, já presos, como moeda de troca para a obtenção de informações, que os militares almejavam extrair dos prisioneiros. Houve criança que presenciou, por obra do Regime, o assassinato de seus pais, outras nem sequer os conheceram ou puderam visitar seus túmulos nos cemitérios, dado que os corpos jamais foram encontrados.

Apesar de algumas crianças não terem tido contato direto (físico) com os agentes da repressão, as marcas psicológicas deixadas pelo infortúnio de seus pais ou parentes não foram mais amenas: o medo, a dor, o sentimento advindo da perda de entes queridos, vítimas das mais diversas violações de direitos. O Regime Ditatorial não preservou as crianças, muito pelo contrário, as usou como meio de atingir, além de a elas próprias, a seus pais, que sofriam duplamente ao saberem que seus filhos também se encontravam presos.

Diante das tristes marcas deixadas por essas experiências traumáticas e do quanto elas influenciaram na construção dos sujeitos e de suas verdades no presente, levando em consideração o direito à memória e à verdade, é que se faz importante a revelação e a análise dessas memórias para a reconstrução da história do Brasil. Isso porque, a historiografia escondeu a presença de crianças e dos tratamentos a elas dispensados nos órgãos de repressão ditatoriais.

De acordo com Nora (1993), a história consiste na representação do passado, um retrato fidedigno dos fatos que

ocorreram ao homem, durante a sua trajetória evolutiva. Le Goff (1990) afirma que a dialética da história se reafirma em um diálogo entre o passado e o presente ou vice-versa, pois esta se apresenta como a história dos homens na sociedade. Para o autor, a história não é feita a partir do que é constatável, como a biologia, por exemplo, ela é construída por meio do testemunho, realizado através da memória coletiva. Pois as memórias individuais precisam ter condições de verificação, como no enunciado extraído do testemunho que se segue:

[...] menos de um ano após meu nascimento, meu pai teve de abandonar a família, a honrada profissão e a casa onde vivíamos, para não ser preso e morto por motivos ideológicos. Nunca mais tivemos paz e nem direito a uma infância respeitada. Nunca mais voltamos àquela casa, abandonamos o lar de nossa família, o quarto e o quintal de nossa infância, nossos brinquedos e nossa referência de vida, fomos afastados do convívio de nosso pai [...] (MARÍLIA BENEVENUTO CHIDICHIMO, CNV/BRASIL, 2014)

Os fatos relatados por Marília Benevenuto Chidichimo neste enunciado podem ser considerados verificáveis, porque outros sujeitos podem confirmar seus relatos, ou seja, outros rastros de memória podem ser encontrados a partir das informações dadas por ela, pois a mesma cita fatos que com certeza foram relevantes para a vida de todos em sua família. Além do que o abandono familiar mencionado também pode ser confirmado por outros que compartilham dessa memória, tais como familiares e vizinhos de sua antiga casa, que também podem atestar a deserção da casa da família.

Percebemos no enunciado também a sua relação afetiva com os objetos de sua infância, objetos que, para ela, enquanto criança, faziam parte de sua constituição enquanto sujeito, quando esta descreve o seu antigo lar, rememorando também os brinquedos e o lugar onde costumava brincar. O que há é uma demonstração da desconstrução da família, portanto, da base afetiva e social das pessoas e uma modificação de seu modo de ver e estar no mundo, assim como as relações com os demais membros da família e da

sociedade. Daí a importância do testemunho e toda a sua carga de afetos para a recontação da história. Os testemunhantes também reconhecem essa importância, o que podemos constatar nestes enunciados:

E, isso, para mim, pessoalmente tem sido muito importante, eu acho que o testemunho, ele funciona também como uma espécie, obviamente, de servir para um resgate da memória e da história, num campo mais social, mas no campo pessoal também, de você olhar e se ressignificar também. Para mim, pessoalmente, isso tem feito muito bem. Então, eu acho que é um ponto, assim, porque tem a discussão do coletivo e a discussão do pessoal [...] o testemunho é uma outra narrativa da história, que às vezes não está no documento, está no testemunho mesmo. E, eu acho que isso também, de alguma maneira, possibilita com que você coloque para fora e vai... Então, por isso que eu acho que, assim, quando se pergunta: “Ah, o que você acha que o Estado...” Eu acho que um passo é colher o testemunho, o outro é fazer... Porque isso é importante também, eu acho que é esse processo de reconstrução de memória e de... E de pedido de desculpas, não é? E, de ações objetivas. Eu acho isso (PRISICLA ALMEIDA CUNHA ARANTES, CNV/BRASIL, 2014).

De acordo com Le Goff (1990, p.9), “A história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘Eu vi, eu senti’. Este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica”. Então, o papel principal dos testemunhos dessas “crianças”, aqui analisados é trazer para o presente o passado desse determinado grupo social, mantendo viva a memória dos fatos traumáticos para os atores sociais, a sua história. No contexto em estudo, a própria Comissão, juntamente às vítimas testemunhantes, promove um apelo à nossa sociedade para a preservação dessas memórias no presente, e a forma de mantê-las vivas é preservando vestígios e trilhas, conforme infere Arévalo (2004).

O homem sente, constantemente, a necessidade de preservar suas impressões de fatos que vivencia, e uma das formas

encontradas para este fim é a transformação das suas memórias individuais em memórias coletivas, quando transforma seu testemunho em documento, que por sua vez, constitui parte da história do homem, que o inscreve como sujeito do social. Nos testemunhos analisados neste estudo, notamos que os sujeitos entrevistados sentem-se bem por estarem contribuindo com suas memórias individuais para a construção da história, como também apresentam relatos de como os fatos vivenciados por elas as constituem enquanto sujeitos éticos.

[...] eu queria agradecer o convite e me sinto bastante honrada de poder participar desse processo de resgate da história, de parcela significativa da história do Brasil, eu acho que... Depois eu vou falar de como eu ressignifiquei a minha história, mas acho essa ação de extrema importância, e me sinto honrada de poder participar com a minha história e da minha família, dessa história, que é uma história de todos os brasileiros, é a história do nosso país (PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES, CNV/BRASIL, 2014).

Então, venho aqui com prazer de dar esse testemunho (ROBERTA FERNANDES PARREIRA, CNV/BRASIL, 2014).

É, eu acho que talvez uma das coisas importantes que possa fazer essa Comissão é que algum dia a gente pelo menos saiba qual o destino que deram ao nosso pai (ADILSON OLIVEIRA LUCENA, CNV/BRASIL, 2014).

Observamos nestes enunciados que os testemunhantes ressaltam a importância de se resgatar a sua história, a história da ditadura, do País, como também a importância de utilizá-la como exemplo a não ser seguido, ou seja, para a não repetição das graves violações aos direitos humanos que eles e suas famílias sofreram, no período da ditadura militar brasileira. Notamos, no testemunho de Adilson, que ele sente o vazio em suas relações familiares e sociais, quando relata sentir a falta de um lugar para visitar o pai ausente, já que este foi morto e seus restos mortais não foram

entregues à família para o devido sepultamento, e que, portanto, os rituais para o velório e o sepultamento, instituídos pela religião e pela sociedade, ao longo do tempo, não foram realizados, estabelecendo um sentimento de angústia no testemunhante. Assim sendo, cada uma dessas pessoas que testemunharam e vivenciaram os fatos que relatam, tornam-se sujeitos de suas memórias, e esses sujeitos, conforme disse Ricoeur (2007) constituiu-se de forma heterogênea, portanto, coletiva.

Podemos verificar que não há um sujeito individual pura e simples, o que nos leva ao fato de não haver também memória completamente individual e, por conseguinte, não há sentimentos ou emoções que não sejam construídos no/pelo social, portanto, os sujeitos cujos testemunhos analisamos não são sujeitos formados apenas por suas memórias, mas também, pela memória do outro, haja vista a presença da memória de um na memória do outro. Enquanto sujeitos de suas memórias, os testemunhantes demonstram também as marcas da afetividade. Fator encontrado também na fala de Roberta, ao afirmar ser “um prazer” poder contribuir com seu testemunho. Esse “sentir prazer”, constitui uma prática de si, conforme as fórmulas foucaultianas do cuidado de si.

Os Direitos Humanos e as Comissões da Verdade: memória e biopoder

A busca pela memória e pela verdade nas comissões da verdade ultrapassam os limites impetrados pela lei, para penetrar numa perspectiva da história e, também, dos direitos humanos. Em 10 de setembro de 1948, três anos após o término da segunda grande guerra, ainda com as memórias das atrocidades da guerra em evidência no mundo inteiro, representantes dos diversos países que compõem as Organizações das Nações Unidas (ONU) reuniram-se em uma assembleia na França com a finalidade de proclamar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Hoje, passados quase 70 anos deste feito histórico, a declaração ainda se encontra em vigência, e é a Lei que protege os homens

contra os crimes de lesa-humanidade, além de ter servido de inspiração para o estabelecimento dos direitos fundamentais em diversos países, cujas democracias foram ou não instituídas recentemente.

Se todos os homens têm o direito à liberdade e a justiça para a promoção da paz, podemos dizer que a memória também constitui um direito fundamental humano, pois esta, em casos como os das Comissões de Verdade, pode promover a justiça e a reconciliação da população com o Estado, promovendo uma harmonia social, que é o que prega a DUDH, e que podemos inferir pelo seguinte enunciado, presente na Declaração (2012, p. 12), no artigo XXII:

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Dessa forma, por se tratar de um aspecto que contribui para a construção dos sujeitos sociais e suas identidades, a memória é tratada, neste estudo, como um direito fundamental do homem, haja vista que os fatos do passado constroem o sujeito do presente, por meio da memória. Nessa perspectiva, a memória constitui parte significativa dos direitos humanos, tanto no aspecto civil quanto no político, isto porque os estudos da memória perpassam os limites do material, adentrando por questões imateriais como a ética e a moral de gerações passadas, atuais e futuras.

Desse modo, a memória dos atos violentos ocorridos na ditadura deve ser trazida para o presente, e a lembrança deles nos dias de hoje pode contribuir para que as novas gerações estejam cientes da história daqueles que os antecederam, portanto, de sua própria história. Então, o conhecimento do passado é fundamental para que se construam seus próprios preceitos sobre os fatos ocorridos. Para Leal (2012, p.9) as “estratégias que promovem a compreensão dos fatos ocorridos no passado, e, quiçá presente, suas consequências e soluções estão

associadas ao trabalho de memória coletiva e fortalecimento comunitário”. É nessa perspectiva que o dever da memória adentra ao campo do que Foucault (2005; 2008) denomina “biopoder”, pois, a memória passa a ser tratada pelo governo como uma política pública, portanto, uma política governamental que visa o bem-estar da população. Para seguirmos com as nossas discussões acerca dos testemunhos aqui analisados e suas relações com os direitos humanos, algumas considerações sobre biopoder e direitos humanos se fazem necessárias.

Foucault (1999; 2008) estabelece o conceito de biopoder. Levando em consideração a etimologia da palavra formulada pelo autor, “bio” significa vida, portanto, biopoder pode ser considerado o poder que se estabelece em relação à vida, por, ou o poder sobre a vida. Foucault (1999, p. 285/286) afirma que o biopoder constitui “a tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico”, ou seja, nessa tecnologia de poder há uma apropriação dos aspectos biológicos do homem, da espécie humana em si.

No entanto, essa nova tecnologia de poder abrange, segundo Foucault (1999) fatores que vão além do poder disciplinar, embora dele dependa, abordado pelo autor em *Vigiar e Punir* (1975), por exemplo. Esta não é uma técnica de poder por meio da dominação, mas, sim, pela regulamentação. Entretanto, ambas as técnicas existem simultaneamente, posto que a regulamentação integra de maneira modificadora a disciplinar e, funcionam sob perspectivas completamente diferentes, haja vista que as técnicas disciplinares dizem respeito ao “homem-corpo”, ou seja, à vida do homem propriamente dita, e as técnicas regulamentadoras dissertam acerca do homem enquanto ser vivo. Segundo Foucault (1999, 288/289), “a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos”, a disciplinarização dos corpos ou “corpos dóceis”.

A experiência, os testemunhos e o direito à verdade pela memória

Segundo Sarlo (2007, p.26), a experiência é “o que pode ser posto em relato, algo vivido que não só se sofre, mas se transmite”, ou seja, para a autora, somente se constitui uma experiência perante fatos vividos se estes forem relatados por meio do testemunho, quando a vítima passa a testemunhar através da narrativa o que viveu.

Com relação à experiência, os estudos foucaultianos nos remetem à formulação desse conceito, quando afirmam que consiste na “correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”. (FOUCAULT, 1984, p.10), ou seja, as relações de saber e poder e a subjetividade constituem as experiências dos sujeitos. Dessa forma, esta experiência é construída historicamente por meio do discurso, enfim, das práticas sociais que constroem os sujeitos, ou as posições-sujeito existentes na sociedade. Para Foucault (1984), a experiência não deve ser percebida de modo genérico, mas sim, de forma concreta, pois se situa na cultura e na história de uma sociedade, e formula também as particularidades de uma experiência específica, contribuindo para a criação do sujeito de forma peculiar, ou seja, formando uma subjetividade, por meio também dos jogos de verdade instaurados historicamente.

Com isso, podemos dizer que o saber, o poder e a subjetividade constituem a experiência em Foucault e que esta somente é concebida socialmente, por meio das memórias, materializadas nos discursos.

Desse modo, as experiências vivenciadas por aqueles que foram vítimas da repressão política no regime militar deixaram marcas que, apesar de todo o tempo transcorrido, continuam presentes na atualidade, posto que elas estão evidentes em suas subjetividades, portanto, em sua vida presente. Se essas memórias não foram esquecidas pelos adultos, também não o foram pelas crianças. Por mais que a historiografia oficial da época omitisse, crianças sofreram torturas físicas e psicológicas, foram surradas,

internadas em orfanatos e abrigos para menores, sem a menor higiene ou condições estruturais adequadas a uma criança. Foram presas, exiladas e fichadas nos órgãos de repressão como “subversivas”, ou seja, como criminosas, pessoas que tinham cometido algum tipo de delito, quando, na verdade, estavam passando por aquelas experiências para servirem de meio para a tortura de seus pais e/ou familiares. As crianças eram tratadas como adultas pelos agentes da repressão, como podemos ver nos carimbos das imagens a seguir:

Figura 1: Crianças no DOPS



Fonte: Arquivo Nacional (2017)

Estas são imagens retiradas dos arquivos do DOPS. As fichas dessas crianças (a mais velha não tinha mais de 7 anos e o mais novo tinha apenas 2 anos de idade) foram carimbadas e protocoladas como fichas criminais de adultos. Os registros mostram que elas foram acusadas de praticarem crimes contra a “pátria”. Por essa razão, foram presas, torturadas e exiladas, o que lhes rendeu memórias de traumas que jamais foram esquecidos.

Em relação às memórias dos fatos traumáticos, Leal (2012) afirma que elas devem ser vistas sob duas perspectivas diferentes e que se complementam: uma responsável por narrar os fatos, o que realmente aconteceu; e a outra voltada para o campo da moral, que visa identificar os motivos que levaram ao acontecimento dos fatos.

Os testemunhos das vítimas de violência na infância inserem-se como um efeito de verdade, que pode ser confirmado, em razão

da importância do fato apresentado, para sociedade em geral, por meio da reescrita da história, e para um determinado grupo social, no caso, as vítimas da ditadura e seus familiares, para a constituição ética de suas verdades, pois, parte do pressuposto do “eu estava lá”, portanto, foi sujeito ativo no fato, e que estes pertencem a um período de transição de um regime ditatorial para um democrático. O referido período é denominado de Justiça Transicional, e tem por objetivo o reconhecimento das vítimas e a promoção da reconciliação para a instauração da democracia.

Em períodos pós-ditadura ou pós-guerra, existe a necessidade da revelação da verdade sobre os fatos ocorridos durante o período, principalmente quando envolve violações graves aos direitos humanos, como é o caso do período ditatorial brasileiro. No período de transição de um sistema ditatorial para um democrático ocorre a chamada Justiça de Transição ou Transicional. De acordo com Santos (2010, p.130),

O termo *transitional justice* (justiça de transição) foi cunhado pela professora de direito Ruti Teitel em 1991, referindo-se aos processos de transformação política e jurídica nos contextos de transições para as “novas democracias” na América Latina e na Europa do Leste.

Dessa maneira, podemos afirmar que a Justiça de Transição consiste numa dedicação à promoção da paz depois de um período de conflito ou estado de exceção, nos quais há, efetivamente, a prática de graves violações dos direitos humanos, como ocorreu no Brasil durante os governos militares que sucederam o golpe de 1964. Além de contribuir para a instauração da paz e para a apuração de crimes cometidos, a Justiça de Transição também objetiva, segundo Zyl (2011, p. 47),

[...] processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação. O que foi mencionado anteriormente exige um conjunto inclusivo de estratégias formuladas para enfrentar o

passado assim como para olhar o futuro a fim de evitar o reaparecimento do conflito e das violações.

Portanto, a Justiça Transicional tem ainda como função evitar a repetição de fatos traumáticos do passado no presente e no futuro, e, para tanto, estabelece um conjunto de estratégias que abrangem, além da constituição da paz, métodos que atendam às ânsias e clamores das vítimas, e que viabilizem a reconciliação, e restaurem as estatais ao ponto de reordenarem o Estado de Direito.

Como afirma Ricoeur (2007, p.101), “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança” e este dever não está somente em se guardar o “rastros material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros”. Dessa maneira, em uma situação testemunhal como a que apresentamos nesta pesquisa – CNV/Brasil – a relação de quem testemunha como os outros constitui-se como uma relação ética na qual busca-se, uma reparação para as vítimas, como ocorre com a Comissão da Verdade, já que, neste caso, o dever de memória, compete justamente a busca pela justiça, por fatos que ocorreram às vítimas de crimes de lesa-humanidade durante a ditadura. Visto isso, o dever de memória atrela-se ao dever de justiça, desenvolvidos por meio da memória, como observamos no enunciado que se segue:

Olha, há muito tempo atrás a gente ainda sentia um certo pessimismo em relação a todo esse episódio de que se algum dia essas pessoas seriam julgadas. Mas eu acho que o simples fato de existir essa Comissão, de certa forma nos deu alento, né? Porque pelo menos a história está sendo resgatada, está sendo contada, é importante que os jovens conheçam essa história dramática do país e que isso não caia no esquecimento. Serão julgados? Eu acho que não, talvez a própria história nos surpreenda. A história tem essas... nos surpreenda. Mas pelo menos eu acho que eles recebam uma condenação moral, né? Porque eu acho que ainda os resquícios da ditadura estão aí, eles estão presentes, são muito fortes [...] Mas eu acho que é importante por isso que nós decidimos que era importante o nosso depoimento para a Comissão da Verdade porque

consideramos que esse é o momento em que agora a nossa versão vai ser escutada, porque até então nós tínhamos a versão oficial dos meios da ditadura que ocultaram durante tanto tempo essa nossa versão. (ADILSON OLIVEIRA LUCENA, CNV/BRASIL, 2014)

Neste enunciado, Adilson fala de sua angústia em saber que as pessoas responsáveis por seus traumas nunca receberão uma punição, que a justiça não será feita, pois esses torturadores não poderão ser presos pelos crimes cometidos. No entanto, demonstra satisfação no fato de a Comissão da Verdade ter buscado resgatar as histórias para as novas gerações, para evitar que caia no esquecimento e para que, por mais que os culpados não possam responder judicialmente, possam responder “moralmente” pelo que praticaram. Como também fala sobre a importância da recontação da história, pois ele, através de seu testemunho, pode dar voz a toda uma geração de crianças que sofreram com a tortura, com a ausência da família e com a infância roubada. Isso para que nunca mais se repitam os atos de violência do passado, como vemos neste enunciado:

Eu acho que precisa contar a história [...] porque precisa deixar palatável para que as pessoas conheçam história, as pessoas precisam conhecer. Eu ouço muita barbaridade hoje em dia das pessoas falando assim: “Não, porque a época dos militares era melhor, e porque não sei o quê, porque precisa voltar, porque está uma baderna, porque isso, porque aquilo, porque aquilo outro, lá lá lá, isso e aquilo.” Não é esse... Me preocupa porque são pessoas que desconhecem a história. Elas viveram protegidas e sem grandes problemas, então para elas aquilo seja só história mesmo. Mas para quem viveu é muito forte. Então precisava ser recontada, eu acho que a história do Brasil inteira precisa ser recontada, não só esse período, mas toda ela (KÁTIA ELISA PINTO, CNV/BRASIL, 2014).

Percebemos, por meio desse testemunho, que há um resgate no valor que tem a memória, tanto para Kátia, enquanto sujeito, quanto para a sociedade e a historiografia, porque nesse caso, a

vítima quer reivindicar uma “reconstrução” da história, que também pode ser devido ao sentimento de “vergonha” da história considerada oficial, até o momento da criação da CNV/Brasil. Nesses dois últimos enunciados apresentados, é importante destacar também a questão da memória manipulada, quando Adilson diz que por muito tempo a única história veiculada foi aquela que a ditadura permitiu que se soubesse. A manipulação da memória consiste em um abuso de memória, segundo Ricoeur (2007), que ocorre de forma mais ou menos sutil, mas também ligada às relações de poder estabelecidas por meio do discurso.

A memória funciona também como um meio de conscientização da sociedade em relação aos conflitos decorrentes da violência vivida pelas vítimas, fazendo com que estas possam se sentir parte de um todo, e que o seu ato testemunhal possa fornecer elementos para a construção pública de um modo de evitar o acontecimento de novas violências. Por esse e outros fatores é que podemos dizer que testemunhar é um ato político, pois constitui uma ação que trará consequências para a coletividade, ou pelo menos, almeja trazer. Verifiquemos essa preocupação com a coletividade e com a sociedade nos testemunhos que se seguem:

Quero ajudar muito a Comissão. A gente realmente vai dar todas as nossas informações possíveis, porque é algo muito importante para a nossa nação a gente ter essa referência. Quando a gente entende, quando a gente passa um pouco por isso, eu vejo a nossa sociedade na atualidade, e vejo encaçada essa deseducação ditatorial que teve, ainda enraizando na nossa sociedade. As atitudes, as posturas das pessoas, as violências contra as crianças, contra o jovem, são a maneira como a polícia age contra o cidadão. O tempo todo eu vejo isso. Se a nação não recupera seu histórico, ela não consegue evoluir, ela não consegue crescer. É muito importante para o povo brasileiro saber o que aconteceu, para usar como referência e poder começar a evoluir como cidadãos, como família, como sociedade. Acho isso de extrema importância e estamos aqui (ERNESTO CARLOS DIAS, CNV/BRASIL, 2014)

No testemunho acima, vemos a preocupação do testemunhante em relação à importância de se recuperar a história, por meio da memória, como um ato de estima pela sociedade, para que essas novas gerações conheçam sua história e possa evitar que a violência se repita, seja em uma ditadura ou não, já que a cultura da segurança nacional, implementada na ditadura, ainda permanece muito forte na nossa sociedade. Essa “herança” somente se dissipará com a ampla divulgação do que era de fato esse modelo de segurança e as marcas deixadas por ele em uma parcela da sociedade, que lutou a favor da democracia em nosso país. Nesses termos, os filhos cujos testemunhos analisamos aqui podem demonstrar seu respeito e reverência àqueles que doaram suas identidades e muitas vezes sua própria vida em nome dos ideais de liberdade e democracia. Dessa maneira, testemunhar, também consiste em uma forma de “resistência”.

As memórias são tidas, nessa perspectiva, como uma necessidade social e, como tal, devem ser tratadas. Pensando dessa forma, para que as memórias exerçam seu papel, enquanto política pública, ou seja, enquanto direito fundamental do homem, é necessário que seja compartilhada, que as gerações presentes e futuras possam conhecer a história daqueles que as antecederam, criando assim, condições para a não repetição do passado e para a defesa dos direitos do homem, evitando também possíveis desvios de interpretação dos fatos.

As experiências marcam os sujeitos de modo que estes sentem a ação daquelas, como cicatrizes ou mesmo feridas abertas que demonstram os traumas pelos quais o sujeito passou, e, essas marcas são materializadas por meio do discurso advindo da memória das vítimas, portanto, as regras de formulação das identidades desses sujeitos são feitas no discurso e não no plano da consciência, conforme corrobora Foucault (2007, p.85), quando afirma que “não é para se desviar do discurso e apelar para o trabalho mudo do pensamento”.

Nessa perspectiva, as memórias são uma produção do passado no presente, que contribuem para o modo como determinados grupos sociais, no nosso caso em específico, das pessoas que foram

vítimas de violações de direitos pelos agentes do regime militar, enquanto crianças, compreendem o presente, de forma a contribuir para a produção de suas identidades, e, também, para que sejam reconhecidos socialmente. Assim sendo, a ativação ou retomada da memória acontece quando há uma busca pelo controle, tanto do passado quanto do presente.

Considerações finais

O raiar do século XXI trouxe um desejo, na sociedade brasileira, pelo resgate de sua história, através da memória, como meio de instaurar a verdade acerca dos fatos ocorridos durante a ditadura militar no Brasil. Para Padrós (2012), isto ocorreu, em certo ponto, pelas rememorações de fatos relevantes sobre a ditadura, tais como, os 40 anos do golpe militar de 1964, em 2004, e os 30 anos da implementação da Lei de Anistia, em 2009. Estas datas fizeram com que houvesse um aumento nas mobilizações que visavam a uma reavaliação dos fatos ocorridos durante a ditadura. Inicialmente, essas mobilizações eram organizadas por organizações compostas por familiares de mortos e/ou desaparecidos durante o Regime, em decorrência ou não de suas lutas atuais no campo da política.

No ano de 2010, o Brasil foi condenado, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, pela sua omissão em relação à apuração dos crimes cometidos por agentes do Estado durante a ditadura, o que elevou a busca pela memória e a verdade, a uma questão também, de busca por justiça a todos aqueles que sofreram no passado e, ainda sofrem no presente, os efeitos das atrocidades às quais foram expostos pela ditadura brasileira. Ainda segundo Padrós (2012, p.68), devemos destacar “a dimensão histórica da luta pela Verdade e pela Justiça, implícita na produção de conhecimento sobre os eventos do processo histórico das ditaduras de segurança nacional”, pois, há que se constatar a gravidade das ações praticadas, para que a justiça possa se pronunciar, de forma a tratar como repulsivos, os atos que atentem contra a integridade da pessoa humana. Esse posicionamento da justiça, como também a socialização

desses fatos, contribui para a formulação, por parte da população, do conhecimento dos fatos e, também, da elaboração de um senso crítico a respeito dos acontecimentos do passado recente do país.

Padrós (2012, p. 69) ainda afirma que a dimensão política acerca do problema também deve ser considerada, pois se deve “analisar as estruturas políticas surgidas ou alteradas para assumir outros roles que aqueles originários”, ou seja, para que se possa perceber como funcionava a política da segurança nacional, proposta pela ditadura, na qual, pessoas que deveriam proteger a população, acabaram por feri-la, física, social e psicologicamente.

Assim, a dimensão política proporciona questionamentos acerca dos conceitos de democracia e ditadura, como também problematiza os papéis das instituições públicas perante a sociedade. O autor consegue ainda diagnosticar uma dimensão pedagógica para essa retomada da memória, quando menciona que um encontro de gerações é proporcionado pelas políticas da memória, cujas pretensões são a superação de eventos sociais traumáticos. Segundo Padrós (2012, p. 70), muitas vezes, além de o governo não propor a execução de políticas da memória, ainda promove políticas do esquecimento, tais como:

Sonegação de informação; difusão de informações ambíguas; imprecisão conceitual; relativização da violência irradiada contra a população; apagamento das responsabilidades dos crimes estatais; e a reafirmação de justificativas como a *teoria dos dois demônios*, ou da tese da *ditabranda*.

Segundo o autor, esses aspectos contribuem para que o passado recente do país caia no esquecimento, deixando aqueles que não viveram durante a ditadura na ignorância de seu passado, das experiências as quais seus pais ou avós tiveram, ficando, portanto, alheios à própria história, à própria identidade.

A maioria dos sujeitos cujos testemunhos nos serviram de análise nesta pesquisa sofreram consequências advindas do exílio, pois foram extraditados para outros países e perderam as suas

raízes com seu país de nascimento, o Brasil. Outros países, como Cuba, acolheram diversos presos políticos exilados no período da ditadura, dentre eles, as crianças, filhas de presos políticos. Mudar-se de seu país em tenra idade fez com que esses pequenos brasileiros, na época, se sentissem expatriados, sentindo que não pertenciam a um lugar, a uma sociedade. Dessa forma, as mudanças constituíram fatores importantes para a subjetivação desses sujeitos, principalmente, quando do retorno à pátria.

Assim, quando há a abertura institucional para o cumprimento do dever de memória, muitas outras formas de desrespeito aos direitos humanos que ficaram à sombra da história por muitos anos, escondidas nas memórias das vítimas. Dessa maneira, quando o Governo brasileiro resolveu promover a recuperação da memória, através da CNV/Brasil, deu voz às memórias silenciadas pela ditadura militar, e essas vozes tornaram-se muito importantes para a construção da história do Brasil.

Referências

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. *Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*. In. Anais do I Encontro Memorial do Instituto de Ciências humanas e Sociais – Mariana / MG, 2004.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Hermentina Galvão. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1999b. Coleção Tópicos, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luíz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: curso no Colege de France (1982-1983)* Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HUMANOS, Declaração Universal Dos Direitos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo*: www.direitoshumanos.usp.br, 2012.

LEAL, R. G. A memória como direito fundamental civil e político: qual o caminho brasileiro. In. *Verdade, memória e justiça: um debate necessário*. LEAL, R. G. (org.) Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In. *Projeto história*. São Paulo: PUC-SP, nº 10, p. 12, 1993.

PADRÓS, E. S. Ditadura brasileira: verdade, memória...e justiça? In. *Historiae*. Rio Grande/RS: 2012, p. 65-84.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SANTOS, Cecília Mac Dowell. Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. In. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol. 88, p. 127-154, Mar, 2010.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VAN ZYL, Paul. PROMOVENDO A JUSTIÇA TRANSICIONAL EM SOCIEDADES PÓS-CONFLITO. In. *Justiça de transição: manual para a América Latina*. Coordenação de Félix Reátegui. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

4

A polêmica em torno de uma pandemia no Brasil: entre a vida e a economia

Ananias Agostinho da Silva

Introdução

O mês de março de 2020 ficará marcado no cenário mundial pelo estado de pandemia decretado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em função da assustadora disseminação da *covid-19*, uma doença infecciosa causada por um vírus (*Sars-Cov-2*) que prejudica principalmente o sistema respiratório e imunológico dos seres humanos. Descoberto inicialmente em Wuhan, na China, em dezembro de 2019¹, o vírus alastrou-se por países de vários continentes e a doença tornou-se uma pandemia cujos efeitos projeta-se assemelhar-se aos da gripe espanhola. Até o dia 14 de julho de 2020, já se contabilizavam aproximadamente 573.288 mil mortos, segundo monitoramento realizado pela Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos². No Brasil, neste mesmo dia, contabilizaram-se 72.833 mortes e registrados quase 1.884.967 casos de pessoas infectadas.

Essa realidade demandou mudanças profundas e emergenciais na vida das pessoas em todo o país, como medida de

¹ Embora entendamos esse período como marco inicial oficial do surgimento do vírus, alguns relatos afirmam que o vírus já apresentava circulação antes da pandemia, conforme se pode verificar em reportagem da BBC americana: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52143119>. Acessado em 14 de julho de 2020.

² Disponível em: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acessado em 14 de julho de 2020.

contenção da disseminação e do contágio do vírus. A exemplo do que ocorreu em diversos outros países e conforme orientações da OMS e do Ministério da Saúde brasileiro, o isolamento social foi uma das medidas mais enérgicas adotadas no Brasil. Todavia, como efeito, o risco de um colapso na economia do país tornou-se iminente, especialmente considerando o histórico de crises políticas e econômicas vividas que fragilizaram o sistema econômico do país. Alega-se, portanto, que manter a medida de isolamento social, o que implica em retirar as pessoas do mercado de trabalho, pode não ser a solução mais adequada para o enfrentamento da pandemia no país.

Gerou-se, pois, uma polêmica no país a partir desse impasse. Entidades públicas da área da saúde e da educação, especialmente, agentes da saúde, alguns grupos políticos de esquerda, jornalistas, artistas, dentre outros, protagonizaram uma campanha pelo isolamento social, argumentando a partir de um lugar que assenta a vida no ápice de uma hierarquia de valores. Na contramão desta medida, representantes de empresários, caminhoneiros, alguns grupos políticos da direita e, principalmente, da extrema direita, dentre outros simpatizantes, sobretudo estimulados pelo posicionamento oficial do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, defendem que o isolamento não é a medida mais sensata e que seus efeitos na economia serão irreversíveis. Frente ao conflito instaurado, a população sofre com as especulações e com as notícias falsas aceleradamente difundidas nas mídias e nos meios de comunicação.

A polarização instaurada agravou-se ainda mais com a politização da polêmica. De fato, a adesão dos partidos políticos de esquerda à medida do isolamento social e, por outro lado, a incitação do governo de direita, sobretudo do Presidente, à volta dos trabalhadores ao mercado de trabalho energizou ainda mais a polêmica envolvendo a pandemia da *covid-19* no Brasil, ao ponto de se fazerem generalizações de que somente esquerdistas defendem o isolamento ou de que todos os direitistas estão resistindo e mantendo-se em seus postos de empregos. Some-se a

isto o acirramento político-ideológico que já existe no país, que não apenas divide a população entre os dois polos políticos, mas também atiza e aviva o debate em torno de quaisquer temas de interesse público.

Se a polêmica pode ser metaforicamente comparada a uma guerra, a mídia é a principal arena onde ela se instaura e se desenrola. Na verdade, conforme já observou Amossy (2017, p. 08), “as mídias não cessam de orquestrar e de difundir polêmicas sobre uma multiplicidade de assuntos ditos de interesse público”. Os jornais, por exemplo, em toda a sua variedade, têm se especializado como suportes de gestão de conflitos, seja por meio da cobertura de eventos que envolvem a produção de discursos polêmicos ou até mesmo porque estimulam a fabricação de polêmicas com os discursos produzidos em seus mais diversos gêneros de texto. Ora, a polêmica é um fenômeno sociodiscursivo e, enquanto tal, sempre se origina, se realiza e se atualiza em discursos e textos, e a mídia é o suporte fundamental de produção e circulação.

No caso da polêmica gerada em volta da *Covid-19* no Brasil, a mídia tem constantemente atualizado o conflito e atizado o dissenso com a publicação de textos e de discursos produzidos por políticos, juristas, artistas, jornalistas, especialistas, entre outros sujeitos considerados como autorizados a entrarem no debate. Nessa conjuntura, analisar a performance desses discursos e textos é de importância relevada para compreender o próprio funcionamento da polêmica sobre a *covid-19*. Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho é analisar textos que circularam na mídia brasileira acerca da polêmica da *Covid-19*, buscando observar como eles contribuem para a atualização desta polêmica. Para tanto, focalizamos categorias de análise textual, sobretudo a intertextualidade e a referenciação.

Como *corpus*, selecionamos o texto do primeiro pronunciamento oficial do Presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre a pandemia da *covid-19* no Brasil, transmitido em toda rede nacional de comunicação, no dia 24 de março de 2020. Ademais, também analisamos as reações públicas ao pronunciamento

presidencial, sobretudo de outros políticos, juristas, artistas, dentre outros, com a finalidade de demonstrar como, a partir da construção de uma rede intertextual, a polêmica atualiza-se nas mídias. A análise empreendida encontra respaldo no quadro teórico da Linguística Textual, especialmente, numa interface com a Análise do Discurso para entender a polêmica como uma modalidade argumentativa. Assim, primeiramente, recuperamos alguns conceitos (polêmica, intertextualidade e referenciação) e, em seguida, analisamos os dados.

A noção de polêmica

A noção de polêmica não é recentíssima na literatura da Análise do Discurso, como pensam alguns equivocadamente. Por exemplo, no escopo da Análise Dialógica do Discurso do Círculo de Bakhtin, mesmo que a noção de polêmica não apareça como categoria privilegiada de seu aparato teórico-metodológico, ao pensar as relações dialógicas do discurso como espaços de tensão, divergência, desacordo, embate, abre-se espaço para uma discussão acerca do funcionamento do discurso polêmico. No entanto, geralmente, o termo polêmica aparece nos estudos do discurso associado ao trabalho de Dominique Maingueneau, que, no quadro da Análise do Discurso Francesa, entende a polêmica a partir da ideia de interincompreensão, ou seja, a rede de interação semântica estabelecida entre as formações discursivas pode instaurar um processo de interincompreensão generalizada, um desentendimento recíproco necessário à sobrevivência de um discurso.

Todavia, foi a partir dos trabalhos de Ruth Amossy que o conceito de polêmica tem se popularizado nos estudos do discurso, sobretudo. Numa interface com a Retórica e num grande esforço de compreensão do fenômeno, a autora explica a polêmica como sendo uma modalidade argumentativa. Ela empreende um deslocamento para tomar a argumentação numa concepção mais alargada, em sua extensão máxima, como sendo a tentativa de

modificar, de reorientar, ou mesmo, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte dos interlocutores (AMOSSY, 2011). Neste contorno, a argumentação seria propriedade constitutiva de todos os discursos e não apenas daqueles de finalidade persuasiva, que defendem explicitamente uma tese, porque todo discurso, de alguma maneira, até mesmo pela sua seleção lexical, isto é, pela cadeia referencial, consegue orientar modos de pensar, de perceber e de sentir o mundo.

Como tal, a argumentação integra os diversos gêneros do discurso, mas de forma distinta para atender às necessidades de comunicação dos sujeitos em situações diversas de interação. Na verdade, não há uma única maneira pela qual se argumenta e essas distinções não podem ser ignoradas: o grau de argumentatividade dos discursos pode variar bastante em detrimento da implicação da situação e do dispositivo da enunciação na verbalização de um ponto de vista no discurso. Uma carta de intenções, por exemplo, parece ser muito mais argumentativamente orientada do que uma autobiografia, mesmo que, nos dois gêneros, enfatize-se a construção do *ethos* do sujeito locutor. É que esses dois gêneros atendem a propósitos comunicativos muito distintos e, por isso, comportam-se muito diferentemente no que diz respeito à argumentatividade. Daí a necessidade de se pensar a argumentação numa abordagem modular, considerando as diferentes modalidades argumentativas existentes.

Amossy (2008) distingue algumas dessas modalidades. Reconhece, por exemplo, uma modalidade demonstrativa, encontrada em textos de gêneros como o artigo de opinião, o artigo acadêmico ou mesmo a redação do Exame Nacional do Ensino Médio. Nesses textos, o locutor apresenta uma tese visando alcançar a adesão do seu auditório por meio de uma demonstração razoável de um raciocínio apoiado em provas. Diferentemente disso, na modalidade polêmica ocorre um choque de duas teses opostas a respeito de uma questão social impossível de alguma conciliação. Os discursos polêmicos não visam ao convencimento ou à persuasão (AMOSSY, 2008). A intenção é muito mais

demarcar, assinalar e realçar a diferença, a dissensão, como forma de administrar o conflito pela confrontação radical das duas posições antagônicas.

Em sociedades pluralistas e democráticas, como no Brasil, por exemplo, as polêmicas se desenvolvem de maneira consistente em espaços públicos (sejam eles físicos, como a rua, ou virtuais, como nas redes sociais) a partir do debate instaurado em torno de tema de interesse social naquela determinada cultura. Por isso, notamos que uma polêmica é sempre demarcada cultural e temporalmente, o que significa dizer que certo acontecimento pode desencadear forte embate de opiniões numa dada sociedade, mas, por outro lado, passar despercebido numa outra ou mesmo ser indiferente para seus membros. De igual maneira, uma polêmica atualizada no espaço público consegue ser altamente inflamada quando do seu surgimento, porquanto se desenvolve em torno de uma questão da atualidade, porém, quando passa, pode acabar facilmente no esquecimento, porque sua duração, como acontecimento, é efêmera.

Neste enquadre de ancoragem no conflituoso, Amossy (2017) explica a polêmica a partir de três traços definitórios: a dicotomização de discursos, a polarização social e a desqualificação do adversário. De ordem conceitual, a dicotomização busca exacerbar as oposições, acentuar o antagonismo entre dois pontos de vistas que, mutuamente, se excluem. É o que ocorre em dicotomias como direita-esquerda, conservador-revolucionário, tolerância-intolerância, justiça-injustiça, ou seja, posições que se anulam discursivamente uma a outra, apesar de circularem simultaneamente no espaço público. Como efeito da dicotomização, a polarização, fenômeno de ordem social, consiste na assunção de papéis sociais adversos pelos sujeitos participantes da polêmica agrupados por identificação com a posição defendida, de um lado, e com a execração da tese oposta, de outro. Por último, para abalizar a dicotomização, os lados polarizados recorrem a manobras de desqualificação do outro, de descrédito do adversário, como forma de atingir a ele a sua argumentação.

Como se percebe, a polêmica encontra-se no interior de uma retórica do dissenso, isto é, o discurso polêmico conjectura o emprego de várias estratégias argumentativas, e não para conduzir a um acordo de posições, mas para marcar um ponto de vista e marcar o descrédito ante o adversário e o seu discurso. Por causa disso, sobretudo nas sociedades democráticas, ela preenche funções sociais de relevada importância: a coexistência do desacordo, a possibilidade do confronto de opiniões. A polêmica é a forma mais pura de exercício do direito à liberdade de expressão (AMOSSY, 2017). Como argumentaram Silva, Brito e Farias (2020), é a polêmica que consente a formação de comunidades de protesto e de ação pública necessárias ao funcionamento pleno da democracia.

Linguística Textual: intertextualidade e referência

Pensada nesses contornos, tem sido estabelecido um produtivo diálogo entre os estudos acerca da polêmica, no quadro da Análise do Discurso, e da Linguística Textual. Na verdade, no quadro desta última disciplina, Cavalcante (2016) propôs que a argumentação é um fenômeno inerente não apenas ao discurso, conforme defendeu Amossy (2012), mas também aos textos. De um ponto de vista pragmático ou configuracional, todos os textos possuem uma dimensão argumentativa que lhes é constitutiva, ou seja, todo texto é argumentativamente orientado. Na década de noventa, essa observação já havia sido realizada por Adam (1990), que compreendia a argumentação a partir de dois vieses: a argumentação como constitutiva da linguagem e como uma unidade composicional (a sequência argumentativa). No primeiro sentido, a argumentação revela-se não apenas no discurso, mas também na organização da textualidade, considerando as escolhas textuais mobilizadas pelos sujeitos para alcançar seus objetivos (ADAM, 1990).

É por isso que Cavalcante (2016) entende a existência de uma dimensão argumentativa constitutiva de todo texto. Essa dimensão

pode ser observada no nível textual, pois, é no texto, observando as escolhas textuais, que o sujeito encontra maneiras de alcançar seu interlocutor, de influenciá-lo, de alguma maneira, no tratamento de uma questão social. Em vista disso, mesmo quando os textos não sustentam a defesa explícita de uma tese, ou seja, quando não possuem uma visada argumentativa que busca conquistar a adesão dos interlocutores a uma tese, ainda assim, apresentam uma dimensão argumentativa, pois influenciam seu interlocutor. Isso significa que os textos que tratam de polêmicas, mesmo que não visem ao convencimento necessariamente, já que reforçam a dicotomia entre pontos de vista, são constitutivamente argumentativos, porque orientam formas de pensar sobre um tema.

Ora, se a argumentação é constitutiva dos textos, isso significa que ela constitui tema de interesse da própria Linguística Textual, ainda que, evidentemente, não se trata de seu objeto de investigação. Na verdade, quando consideramos a dimensão argumentativa dos textos, isto é, que a argumentação também se revela no nível da textualidade, estamos querendo dizer que os aspectos argumentativos podem ser analisados a partir de critérios textuais. Assim, categorias de análise textual podem ser produtivamente úteis para se buscar compreender o funcionamento da argumentatividade inscrita nos textos. Cavalcante (2016) menciona várias dessas categorias que viabilizam o estudo do funcionamento da argumentação nos textos: o gênero do discurso, as sequências textuais, a organização tópica, a intertextualidade, a heterogeneidade enunciativa e o gerenciamento de vozes, a referenciação, a polidez linguística e as formas de metadiscurso. Aqui, vamos tratar de duas delas: a intertextualidade e a referenciação.

Mesmo que não se trate de um conceito abordado exclusivamente no horizonte teórico da Linguística Textual, a intertextualidade é um princípio de textualidade, isto é, trata-se de um fator determinante para que um texto possa ser considerado como tal. Nesse caso, todo texto é, em algum nível, intertextual, ou

seja, todo texto sempre dialoga com outros textos. Com efeito, sempre que escrevemos ou fazemos a leitura de um texto, em diferentes graus, conscientemente ou não, estabelecemos relação com outros textos que já lemos noutros momentos. Por isso, todo texto seria uma espécie de mosaico de citações resultantes de textos anteriores, como observou Kristeva (1974). Todavia, essa perspectiva é por demais frouxa, de modo que não permite, numa análise textual, identificar regularidades relativas ao funcionamento desse fenômeno, ou seja, não possibilite se reconhecer nos textos marcas prototípicas da intertextualidade.

Sob o escopo da Linguística Textual, Cavalcante, Faria e Carvalho (2017) pleiteiam que a intertextualidade seja constitucionalmente dividida em duas formas distintas, embora também não excludentes. A *intertextualidade estrita* é marcada pela copresença (inserção efetiva de um texto noutro por: citação com ou sem referência, parafraseamento de conteúdos ou alusão) ou pela transformação ou derivação de um texto específico ou de partes dele noutro texto (paródia, transposições, metatextos). No caso de *intertextualidade ampla* não ocorre marca explícita de copresença de um texto noutro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível, porque é muito mais difusa no texto e relativa a conjuntos de textos. Portanto, se, quando estrita, a intertextualidade é reconhecível porque acontece um diálogo entre textos individuais, quando é ampla, essa ligação acontece por mecanismos de alusão a traços de composição de gênero, de estilo, de autor ou de tema dos textos, segundo explicam as autoras, ou seja, um diálogo tangível entre um texto e um conjunto de outros textos.

Funcionalmente, além do aspecto lúdico ou satírico que marca o recurso intertextual em relação ao texto-fonte, como observam diversas análises, Cavalcante, Faria e Carvalho (2017) reconhecem, para a intertextualidade, uma função argumentativa. Ora, os arranjos elaborados pelo autor de um texto no que diz respeito à relação com outros textos têm a ver, em certo grau, com a intencionalidade, ou seja, com a tentativa do autor de influenciar o

seu interlocutor. Além disso, o próprio caráter lúdico-satírico de alguns recursos intertextuais também pode ser indício da influência que o autor do texto exerce sobre o seu interlocutor, direcionando perspectivas de apreciação de algum tema ou de alguma questão – até mesma relativa ao texto-fonte. Então, em última instância, a intertextualidade, nas suas mais diversas categorias de realização, influencia determinantemente na construção da orientação argumentativa do texto.

Assim como a intertextualidade, a referenciação também é uma categoria operacional da Linguística Textual. Trata-se do processo pelo qual referentes são introduzidos e retomados no texto, estabelecendo a manutenção e a progressão temáticas necessárias ao funcionamento do texto. De acordo com Cavalcante (2013), os processos referencias podem ser caracterizados a partir de três características distintivas: uma atividade discursiva de elaboração da realidade; uma negociação permanente de sentidos entre os interlocutores; um trabalho sociocognitivo (nossas experiências e nossos conhecimentos de mundo respingam nos processos referenciais). Os referentes são, pois, reelaborações da realidade e se constroem durante os processos comunicativos que se desenvolvem na escrita, na fala ou na linguagem multimodal, com a colaboração de locutores e interlocutores.

Ainda de acordo com Cavalcante *et alii* (2017), cada locutor escolhe diferentes maneiras de introduzir e de retomar os referentes no texto que está produzindo e, dessa forma, vai orientando o interlocutor sobre como espera que ele interprete os objetos de discurso. Todavia, os “falantes não são completamente livres para produzir seu discurso, pois são orientados pelas relações sociais que estabelecem, em certa medida, como as coisas são ditas e como se deve interpretar o que é dito” (CIULLA, 2008, p. 13). Assim, as estratégias referenciais estão matizadas pelas coerções, exigências e normatizações de diversas ordens a que os sujeitos estão submetidos na construção dos seus dizeres e no estabelecimento de chaves interpretativas. É claro que nem sempre o interlocutor irá interpretar, necessariamente, os referentes

conforme a orientação sugerida (a partir das pistas deixadas) ou mesmo pretendida pelo locutor.

A própria escolha lexical dos referentes, de alguma maneira, já estabelece a orientação argumentativa do texto, porque evidencia uma posição acerca de determinado assunto, sugere uma visão de mundo. Nesse sentido, a categoria analítica da referenciação pode ser fortemente produtiva para a compreensão do funcionamento da argumentação no texto, da mesma maneira que a intertextualidade. Como essas duas categorias atuam na construção da polêmica pública, orientando a forma como duas teses antagônicas são materializadas num texto, reforça dois posicionamentos (do oponente e do proponente), enfim, exacerbando a polêmica, será tratado a seguir.

O Brasil entre a vida e a economia: como categorias textuais acentuam uma polêmica

Como contextualizamos na introdução deste capítulo, tratamos aqui acerca da polêmica gerada em torno da pandemia da *Covid-19* no Brasil, doença causada pelo *Sars-Cov-2*. Depois que a Organização Mundial de Saúde decretou estado de pandemia, foram indicadas algumas medidas emergenciais de prevenção e de contenção do vírus. Dentre essas medidas propostas, o isolamento social foi considerado como a mais eficiente pelos médicos, mas, por outro lado, a mais polêmica, considerada, sobretudo por parte do mercado de trabalho, como extremamente radical. No Brasil, mesmo que o Ministério da Saúde tenha recomendado incisivamente que a população deveria manter o isolamento social como medida preventiva emergencial, diversos setores do governo, inclusive o próprio Presidente da República, criticou o exagero da medida, sob pena de se prejudicar irreversivelmente a economia. Em pronunciamento oficial, Bolsonaro argumentou pela necessidade de o país voltar à normalidade para que a economia não se torne absolutamente comprometida.

Em reação ao pronunciamento presidencial, vários discursos e textos foram produzidos e publicados na mídia, principalmente assinados por autoridades políticas, jurídicas, médicos e outros profissionais da saúde, artistas ou mesmo cidadãos anônimos, engajados com a defesa de um ponto de vista favorável ou contrário ao posicionamento do presidente. De fato, acontece que se instaurou uma polêmica pública em torno das medidas preventivas, principalmente sobre o isolamento social, adotadas no Brasil contra à *Covid-19*, que dividiu a população entre aqueles que se encontram representados pela postura do presidente, ou seja, de que o isolamento social pode ser uma medida radical que afetará a economia do país, provocando efeitos mais adversos do que a própria doença, e aqueles que concordam com as orientações da Organização Mundial do Saúde, do Ministério da Saúde e de outras entidades de saúde pública que recomendam como medida de contenção do vírus o isolamento social.

Na verdade, esse estado revela a situação de polarização social que perdura no Brasil desde o início da última campanha eleitoral presidencial, em 2018 (dois mil e dezoito), quando a população brasileira encontrou-se dividida entre dois projetos políticos: um deles de esquerda, representado pelo candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), e o outro de extrema-direita, liderado pelo candidato Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). O resultado das eleições, ao contrário de representar um acordo pacífico, intensificou a polarização, transposta para quaisquer temas que envolvam, de alguma maneira, esses grupos políticos, seus representantes e simpatizantes. De modo que, talvez, se possa falar de uma politização, no sentido partidário do termo, de todo tema de ordem social, como tem acontecido, por exemplo, com a pandemia da *Covid-19* no país e as medidas de proteção.

A argumentação que fundamenta os posicionamentos relativos à medida do isolamento social parte de lugares diferentes. Os lugares argumentativos (ou lugares-comuns) remontam à Retórica Aristotélica e correspondem a premissas de ordem

bastante genérica utilizadas pelo orador para estabelecer acordos com o auditório e, conseqüentemente, assegurar a adesão a determinados valores. Assim, os defensores da medida de isolamento social argumentam de um lugar da *pessoa*, isto é, afirmam a superioridade das pessoas em detrimento das coisas: primeiro as pessoas, depois as coisas (ABREU, 2006).

Por outro lado, os críticos à medida argumentam sempre de um lugar da *quantidade*. Esse lugar parte do princípio de que um bem útil a um número elevado de pessoas ou fins tem mais valor do que um bem que serve apenas a um pequeno número. A noção de superioridade presente nesse axioma aplica-se tanto aos valores positivos como aos negativos, “no sentido de que um mal duradouro é um mal maior do que um mal passageiro” (PERELMAN & TYTECA, 1996, p. 97). Ora, parece ser justamente esse o raciocínio lógico que fundamenta a crítica contra a medida de isolamento social: o prejuízo à economia (mal duradouro) pode ser bem pior do que os efeitos da doença (mal passageiro).

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar, empregos devem ser mantidos, o sustento das famílias deve ser preservado, devemos, sim, voltar à normalidade.

(Presidente Jair Bolsonaro – 24 de março de 2020)

Bolsonaro acaba de fazer um pronunciamento sem apresentar nenhuma nova medida e culpando a imprensa pelo coronavírus. O Brasil é governado por um homem perturbado com teorias da conspiração, mas que agora ameaça criminosamente a vida de milhões de pessoas.

(Guilherme Boulos – 24 de março de 2020, no *Twitter*)

Bolsonaro apostou milhares de vidas e a própria presidência nesse pronunciamento. Qualquer que seja o desfecho, vai custar caro ao país.

(Fernando Haddad – 24 de março de 2020, no *Twitter*)

Como se percebe, se, na construção de sua argumentação, os que discordam do isolamento social como medida de proteção argumentam de um lugar que coloca a economia no topo de uma espécie de hierarquia de valores (empregos devem ser mantidos, o sustento das famílias deve ser preservado, *grifo nosso*), a argumentação daqueles que são favoráveis à medida funda-se numa hierarquia que toma a vida como o valor mais superior (ameaça criminosamente a vida, apostou milhares de vidas).

Portanto, como efeito disto, a polêmica relacionada ao isolamento social desdobra-se para uma polarização envolvendo a vida *versus* economia. Especialmente os textos produzidos a partir do pronunciamento presidencial constroem essa polêmica pública na mídia. E, nesse contorno, as categorias textuais da intertextualidade e de referência, como se verá, contribuem sobremaneira para acionar e atualizar a polêmica.

Demarcar o início de uma polêmica não é sempre tranquilo, principalmente em razão do dialogismo intrínseco à linguagem. Todavia, no recorte realizado para esse capítulo, toma-se, primeiramente, o texto do pronunciamento presidencial e, a partir dele, outros textos que a ele reagem. Conforme Cavalcante (2017), uma das formas pelas quais se atualiza uma polêmica é quando um texto já é, em si, uma questão polêmica, quando trata a respeito de um assunto ou de um tópico polêmico, e funciona, pois, como uma espécie de gatilho para acionar a polêmica. É o que parece ocorrer com o texto do pronunciamento do presidente: diversos elementos desse texto acionam e atualizam a polêmica relativa à medida de isolamento social para prevenção da *Covid-19*. A referência pode ser um aspecto revelador dessa dimensão polêmica do texto:

[...] o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa.

Espalharam exatamente a sensação de pavor [...]. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhe-se pelo nosso país.

É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós.

Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos.

Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus.

(Presidente Jair Bolsonaro – 24 de março de 2020)

Se a seleção lexical mobilizada pelo locutor revela o seu posicionamento e a orientação argumentativa do texto, por outro lado, instaura uma oposição, especialmente à mídia, no que refere à apologia ao isolamento social. As nominalizações e relações anafóricas mobilizadas no texto acusam a mídia brasileira de construir uma sensação de histeria e de pânico na população sobre a *Covid-19*, de maneira intencional, a fim de desestabilizar o governo. Com o cuidado de não parecer leviano (traçar estratégias para salvar vidas), o presidente menciona a atuação do então ministro da saúde, mas duvida da gravidade da doença e da sua capacidade de disseminação ou contaminação, conforme anunciado pela mídia. A modalização (possíveis vítimas) e anáfora por nominalização (um cenário perfeito) sugerem que a mídia tem encenado uma pandemia do vírus com finalidades duvidosas. Frente a isto, o presidente coloca o seu posicionamento como sendo a opção mais acertada para a população. Se a mídia é histérica e desequilibrada, ele seria o equilíbrio e a verdade.

Além disso, o locutor já consegue estabelecer uma dicotomia entre o isolamento social e o desemprego em massa. De acordo com ele, o confinamento da população provocará efeito econômico severo para o país, o que pode comprometer a qualidade de vida dos brasileiros brevemente. E a nossa vida tem que continuar, isto é, os empregos devem ser mantidos. O paralelismo sintático construído associa a continuidade da vida à manutenção dos empregos, ou seja, primeiramente e fundamentalmente deve-se se preocupar com a economia, porque dela depende a continuidade da vida. Portanto, como se percebe, no próprio texto, se constrói

uma dicotomização entre dois pontos de vista relativos à polêmica: o isolamento social como a medida mais adequada para a contenção do vírus *versus* a manutenção da economia (o que implica na povoação do mercado) como necessidade básica de sobrevivência. E por isso dizemos que o texto atualiza já a polêmica desde os processos referenciais.

Se a referenciação revela a orientação argumentativa do texto e aponta a dicotomização em torno de uma polêmica, a intertextualidade é constitutiva da polêmica. Conforme explicam Brito e Barros (2019), a modalidade polêmica nasce a partir das relações intertextuais e também se confirma no diálogo entre textos. No caso do texto do pronunciamento do presidente acerca da pandemia da *Covid-19*, conseguimos mapear relações intertextuais que parecem contribuir para a constituição da polêmica.

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão.

Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso.

O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite.

(Presidente Jair Bolsonaro – 24 de março de 2020)

No primeiro parágrafo do trecho acima reproduzido, o presidente ironiza a exacerbada preocupação, sobretudo da mídia, com a doença e estabelece uma relação intertextual a partir de gatilhos que fazem alusão a um vídeo gravado e publicado nas

redes sociais de *internet* pelo médico Dráuzio Varella, nacionalmente conhecido pelas atividades de popularização da ciência em programas televisivos, especialmente da rede Globo de televisão, e na *internet*. No dia 31 (trinta e um) de janeiro de 2020 (dois mil e vinte), quando havia casos confirmados apenas na China e na Itália, o médico gravou um vídeo informando que, naquele momento, não encontrava razões para pânico e que a vida devia seguir com normalidade. O presidente faz alusão ao vídeo do médico, mas, o que poderia ser feito como um argumento de autoridade, dada a condição de profissional, é realizado de maneira irônica, a fim de acusar de incoerência a emissora da rede Globo, fortemente engajada na conscientização da população brasileira sobre a importância do isolamento social na contenção da pandemia. A ironia é reforçada pelo emprego dos referentes gripezinha e resfriadinho no diminutivo, que insinuam um absoluto desprezo velado que mitiga a gravidade da doença.

A seguir, para acusar a mídia brasileira pelo sensacionalismo construído na divulgação dos casos de pacientes de *Covid-19*, principalmente da Itália, o locutor menciona as notícias a respeito divulgadas nos meios de comunicação. Mesmo que não cite uma notícia ou um suporte em específico de circulação, ele encapsula todas essas notícias que trataram de divulgar casos da doença no mundo num rótulo depreciativo (sensação de pavor).

Por outro lado, no terceiro parágrafo acima reproduzido, o presidente refere às notícias positivas recebidas de entidades por ele creditadas, como Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, e a *Food and Drug Administration*, nos Estados Unidos, sobre a eficácia do medicamento cloroquina no tratamento e na profilaxia da *Covid-19*. Mesmo que não ocorra referência direta a um texto em específico, a relação de comentário permite configurar estas situações como um caso de metatextualidade. Esse fenômeno é tomado por Cavalcante, Faria e Carvalho (2017) como um caso específico de intertextualidade que, inclusive, pode se dar também com finalidades humorísticas e/ou crítico-apreciativas, como se verifica nos comentários do presidente.

Segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2012, p. 15), “todo texto é, portanto, um objeto heterogêneo, que revela uma relação de seu interior com seu exterior. Dele fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, a que alude ou aos quais se opõe”. De fato, além desses textos que precederam o texto do pronunciamento do presidente e tantos outros com os quais ele dialoga, outros textos posteriormente produzidos reagiram de forma partidária ou desfavorável ao posicionamento de Bolsonaro. Por isso dizemos que o texto atualiza a polêmica, porque não apenas dicotomiza duas teses, dois pontos de vista referentes à medida preventiva de isolamento social, mas também estimula a polarização da população. Nas redes sociais, os comentários reativos ao pronunciamento presidencial proliferaram-se de forma estrondosa. No primeiro dia seguinte ao pronunciamento, 25 (vinte e cinco) de março de 2020 (dois mil e vinte), as *hashtags* #FiqueEmCasa e #OBrasilNaoPodeParar alcançaram o topo dos assuntos mais comentados no *Twitter*.

Que pronunciamento macabro foi esse? Eu não estou acreditando no que acabei de assistir... #ForaBolsonaro.

(Patrícia Pillar – 25 de março de 2020, no *Twitter*)

Não só irresponsável, como também criminoso o discurso do Bolsonaro. Essa fala é delirante e descontrolada, porém totalmente planejada. Que triste pelo país e pelas pessoas mais pobres no Brasil. #ForaBolsonaro.

(Raull Santiago – 25 de março de 2020, no *Twitter*)

Nosso povo é essencialmente bom, trabalhador e honesto. É muito triste que, num momento tão difícil como esse, tenhamos como presidente da república um ser tão incompetente e irresponsável como Bolsonaro. É triste e a história não o perdoará. #ForaBolsonaro #pronunciamento.

(João Paulo Gadêlha – 24 de março de 2020, no *Twitter*)

Parabéns Presidente @jairbolsonaro pelo pronunciamento responsável, sensato e verdadeiro.

(Flávio Bolsonaro – 24 de março de 2020, no *Twitter*)

Perfeito o pronunciamento do PR @bolsonaro.

(Bia Kicis – 24 de março de 2020, no *Twitter*)

De forma negativa ou positiva, esses *posts* reagem ao pronunciamento do presidente e são construídos a partir de relações intertextuais com aquele texto. Em todos os casos, a partir do recurso da metatextualidade, numa relação de comentário-crítica-avaliação, os *posts* avaliam o pronunciamento do presidente, a fim de acentuar ainda mais a polêmica em cena. Assim, por exemplo, nos três primeiros *posts*, há uma avaliação negativa do pronunciamento do presidente, segundo se verifica pela escolha lexical dos adjetivos empregados no processo de referenciação: macabro, irresponsável e criminoso. Além disso, há, também, uma desqualificação do próprio presidente, de sua imagem como pessoa, a partir da nominalização um ser tão incompetente e irresponsável. Na cenografia de uma polêmica, a desqualificação do oponente e do seu discurso é uma estratégia discursiva que energiza ainda mais a polêmica pública. Trata-se tipicamente do argumento *ad hominem*: não basta desqualificar apenas o discurso do adversário, mas a sua própria imagem ou do grupo que representa também parece precisar ser afetada pelo descrédito atribuído.

Dessa forma, nesses *posts*, os internautas acentuam a polêmica entre a vida e a economia na discussão acerca do isolamento social como medida preventiva à *Covid-19*. Especialmente no segundo e no terceiro *posts*, argumenta-se do lugar da pessoa, colocando a vida como valor superior à economia numa hierarquização de valores. O ativista Raull Santiago enceta um tom de lamentação, mencionando, sobretudo, as pessoas mais pobres como as vítimas potenciais da atitude delirante e descontrolada. No *post* do *influencer digital* João Paulo Gadêlha, destaca-se a essência do povo brasileiro, focalizando predicados como bondade, honestidade e disposição. Há, ainda no *post*, em sua finalização, um enunciado (a

história não o perdoará) considerado como potencialmente intertextual, porque aponta para diversos outros textos que insinuam ou ameaçam cobranças a agentes políticos pela história.

Por outro lado, nos dois últimos *posts*, os internautas mencionam o pronunciamento do presidente para construir avaliações positivas a este respeito. Mesmo que não discutam o mérito da polêmica do isolamento social, os dois deputados (Flávio Bolsonaro e Bia Kicis) corroboram sem exceções com a orientação do presidente e reforçam a sensatez e a responsabilidade do seu pronunciamento. Quase um argumento *ad populum* (?). Os elogios e as felicitações a Bolsonaro pelo pronunciamento público demarcam o posicionamento favorável dos deputados para que se abandone o conceito de terra arrasada, com proibição de transporte, fechamento do comércio e confinamento em massa, conforme mencionou o presidente.

Considerações finais

Este capítulo pretendeu demonstrar como categorias de análise da Linguística Textual (a intertextualidade e a referenciação) podem contribuir para a análise de textos da modalidade argumentativa polêmica. Para tanto, realizou uma interface entre a Linguística Textual e a Análise do Discurso, especialmente com os estudos sobre argumentação numa vertente discursiva. Assim, situou a polêmica no quadro da argumentação como sendo uma modalidade argumentativa que pode ser observada no nível do texto, já que todo texto possui uma dimensão argumentativa que lhe é constitutiva.

Quanto à referenciação, as análises evidenciaram a importância relevada das escolhas lexicais para a construção e manutenção da polêmica, ou seja, compreender o funcionamento argumentativo de um texto inserido no quadro da polêmica implica considerar esses processos referenciais responsáveis pela construção do texto. Ora, as escolhas de vocabulário não são, por assim dizer, aleatórias num texto, mas refletem posicionamentos,

pontos de vista de seu locutor e direcionam a orientação argumentativa do texto para que o leitor possa compreendê-lo como pretendido pelo autor.

A respeito da intertextualidade, princípio fundamental da textualidade e inerente, pois, em graus variados, a todos os textos, as análises ilustram a sua relevância para a constituição da polêmica. Se, por um lado, todo texto que instaura uma polêmica é intertextual, porque já dialoga com outros textos que lhe antecederam, por outro, ele atiza a produção de muitos outros textos relativos ao tema polemizado. Esse processo é fundamental para a energização ou para a atualização da polêmica nos espaços públicos, de modo que, pode-se dizer, a intertextualidade possui dupla função: instaura e atualiza a polêmica.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar*. Cotia: Atiliê Editorial, 2006.

ADAM, J. M. *Eléments de linguistique textuelle*. Liège: Mardaga, 1990.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*. v. 01. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

_____. *Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares*. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.

_____. *L'Argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2012.

_____. *Apologia da polêmica*. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante et alii. São Paulo: Contexto, 2017.

BRITO, M. A. P.; BARROS, J. M. *A intertextualidade como marca constitutiva da modalidade argumentativa polêmica*. Trabalho de Conclusão de Curso: UNILAB, 2019.

CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. In: *ReVEL*, edição especial, vol. 14, n. 12, p. 106-124, 2016.

_____. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. et alii. Coerência e referenciação. In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. *Linguística Textual e Ensino*. São Paulo: Contexto, 2017.

_____.; FARIA, M. DA G. S.; CARVALHO, A. P. L. Sobre intertextualidades estritas e amplas. *Revista de Letras*, v. 2, n. 36, 13 fev. 2018.

CIULLA, A. S. *Os processos de referência e suas funções discursivas – o universo dos contos*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. 203 f.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: Diálogos possíveis*. 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SILVA, A. A.; BRITO, M. A. P. FARIAS, M. G. P. A complexidade textual na dinâmica argumentativa. *Revista Investigações*. No prelo 2020.

5

Linguagem, direito e ideologia: o discurso contra a cultura da vaquejada sob as vozes bakhtinianas

*Lucas Andrade de Moraes
Erika de Sá Marinho Albuquerque*

Introdução

O círculo de Bakhtin, ao estudar o processo linguístico-discursivo, inseriu a ideia de que a língua serviria igualmente a todas as classes sociais, porém, nas manifestações comunicativas, as classes dominantes buscavam inserir a sua ideologia, com a função de ocultar as reais relações entre as classes, não existindo palavra neutra, imparcial e muito menos um discurso sem ideologia, uma vez que o próprio signo é ideológico.

Nessa perspectiva, a ideologia, na visão bakhtiniana, abrange todas as manifestações científicas, portanto as ciências jurídicas, ainda que se promova o discurso da imparcialidade, estão impregnadas pela formação de discursos ideológicos.

Os discursos e os diálogos produzidos nesse campo do conhecimento, se constituem um terreno fértil para se perceber a força de centralização linguístico-ideológica, marcadas pela atuação das ideologias emergentes, subalternas, dominadas, que conflitam para resistir e superar as ideologias das forças dominantes, ou seja, o discurso do capitalismo (econômico/mercado) *versus* o social (sociedade/meio ambiente).

Foi, então, adotado como *corpus* de análise o gênero discursivo¹ sentença jurídica/judicial, materializado pelo Relatório

¹ Os gêneros do discurso, para Bakhtin, são “tipos relativamente estáveis de enunciados, elaborados por campos específicos do emprego da língua” (BAKHTIN,

de Voto do Ministro Marcos Aurélio na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983, que versa sobre a (in)constitucionalidade da prática da vaquejada, ao conflitar dois direitos fundamentais: meio ambiente (artigo 225, § 1º, inciso VII, CF/88) e a manifestação cultural (artigo 215, CF/88).

O problema da pesquisa é compreender como a ideologia se faz presente no discurso jurídico-ambiental contra a prática da vaquejada. E, para tanto, essa investigação tem como objetivo analisar as marcas ideológicas em discursos jurídicos contra a cultura da vaquejada.

O direito e a ideologia

Importa observar, em um primeiro momento, a indissociabilidade entre ideologia e linguagem, sendo a palavra um hábil instrumento capaz de concretizar o exercício de um processo linguístico-discursivo de carga ideológica que reflete o contexto social, político, religioso ou econômico do ambiente sociodiscursivo.

A relação linguagem-ideologia nos remete a uma visão mais ampla acerca do conteúdo do produto ideológico posto no discurso, não se limitando apenas ao seu caráter abstrato, a sua realidade natural, mas trazendo em si uma forte carga de realidade que envolve externamente os interlocutores, uma realidade que se materializam em outros entes.

Observa-se ainda que tudo o que existe, todo corpo físico possui a sua realidade própria, natural, isenta de ideologias; e sem se desvincular dessa realidade, poderá se transformar em um signo

2016, p. 158), classificados em gêneros primários (inúmeras modalidade de diálogos e comunicações realizadas nas atividades do dia a dia), gêneros secundários (gêneros literários propriamente ditos, as pesquisas científicas e os gêneros publicísticos) e enunciado como unidade dialógica. Os enunciados produzidos refletem as condições e finalidades de cada campo da atividade humana, pelo seu conteúdo (temático), estilo da linguagem, recursos lexicais, fraseológicos, gramaticais e a construção composicional (BAKHTIN, 2016).

quando passamos a perceber uma imagem ou um objeto de maneira simbólica ou artística (VOLÓCHINOV, 2017).

Na obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (VOLÓCHINOV, 2017) é feita uma referência à existência de objetos que, enquanto meios de produção, estão isentos de significação, concentrando a sua existência na sua finalidade inicial, ser objeto de produção. Entretanto, ao atribuímos um sentido a este instrumento de produção, estamos concedendo um caráter ideológico a ele, transformando-o em signo ideológico.

Volóchinov ressalta ainda a existência de instrumentos que, inicialmente sem significação, transformam-se em signos ideológicos, como é o caso da foice e do martelo que são símbolos que representam a classe trabalhadora — o trabalho agrícola e o trabalho industrial, respectivamente. Entretanto, o emblema é mais conhecido por ter sido incorporado à bandeira vermelha da União Soviética, bem como a cada uma de suas repúblicas constituintes, ou ainda produtos de consumo como o pão e o vinho que podem estar associados a signos ideológicos do cristianismo, logo, qualquer objeto da natureza pode se tornar signo, adquirindo uma significação que vai além a sua existência particular (VOLÓCHINOV, 2017).

Com essa primeira abordagem, podemos compreender que tudo que é ideológico, possui uma acepção signíca e é dentro de cada ideologia que encontramos uma multiplicidade de elementos que a compõem, como no caso dos símbolos religiosos, de imagens artísticas ou ainda as normas jurídicas e que, dependendo de cada um desses elementos, seguiremos uma orientação diferente, refletirá numa realidade diferente, seja na pintura, na arte, na música, na orientação política ou jurídica, dada a existência de um movimento extremamente objetivo envolvendo a ideologia e a realidade vivenciada.

Conforme entendimento marxista, o estudo da ideologia é desenvolvido em uma abordagem bastante mecanicista, quando colocada a questão da ideologia diretamente associada à consciência, dotada de subjetividade, ou ainda a um pacote pronto,

como uma ideia pronta, já formada e interiorizada em cada indivíduo, não se compreende a ideologia como fruto de um processo dialógico (MIOTELLO, 2005).

O círculo bakhtiniano constrói um entendimento acerca da ideologia como resultado da constante dialeticidade; reconstrói a ideologia oficial, a ideologia como decorrente de algo pronto e acabado, colocando-a ao lado da ideologia do cotidiano, conscientizando o que se pode, e o que não se pode; considera a influência de todo um contexto, realidades instáveis em um processo global de interações de relações intersubjetivas, em uma relação dialética, formando o contexto ideológico.

Nas palavras de Volóchinov quanto à maneira de se compreender o signo, dentro de uma percepção de idealismo e psicologismo, compreendemos:

O que o idealismo e o psicologismo ignoram é que a própria compreensão pode ser realizada apenas em algum material *sígnico*, por exemplo, no discurso interior). Eles desconsideram que um signo se opõe a outro signo e que a própria consciência pode se realizar e se tornar um fato efetivo, apenas encarnada em um material *sígnico*. Porque a compreensão de um signo ocorre na relação deste com os outros signos já conhecidos; em outras palavras, a compreensão responde ao signo e o faz também com signos. Essa cadeia da criação e da compreensão ideológica, que vai de um signo a outro e depois para um novo signo, é única e ininterrupta: sempre passamos de um elo *sígnico*, e portanto material, a outro elo também *sígnico* (VOLÓCHINOV, 2017, p. 95).

Observa-se que é apenas dentro de uma relação intersubjetiva, promovendo uma comunicação entre as consciências individuais, em uma relação de dialética cotidiana que se formam os signos. Esta consciência carrega em si o conteúdo ideológico resultante de todo um processo de interação social.

Ocorre que, situando a ideologia nas consciências, cria-se uma realidade de consciência ideológica o que resulta numa percepção errônea acerca da criação ideológica, já que ela é vista como

integrante da consciência individual e esta passa a ser considerada de forma dissociada da sua realidade.

O surgimento do signo depende da relação interindividual, considerando sujeitos sociais, capazes de integrar uma sociedade, deste modo “tudo o que é ideológico possui uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo. Onde não há signo também não há ideologia” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 91), por isso nas palavras de Volóchinov:

A ideologia não pode ser deduzida a partir da consciência, como fazem o idealismo e o positivismo psicológico. A consciência se forma e se realiza no material *sígnico* criado no processo da comunicação social de uma coletividade organizada. A consciência individual se nutre dos signos, cresce a partir deles, reflete em si a lógica e as suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação *sígnica* de uma coletividade (VOLÓCHINOV, 2017, p. 98).

A concretização do signo se desenvolve dentro do processo de comunicação social, em um processo dialógico, sendo a linguagem a forma de expressão mais clara, mediante a representatividade do signo/palavra, sendo ela a realização concreta do fenômeno ideológico, deixando claro o seu caráter *sígnico*, que no entendimento de Volóchinov:

[...] não se esgota nisso. A palavra não é apenas o mais representativo e puro dos signos, mas também um signo neutro. Todos os demais materiais *sígnicos* são especializados em campos particulares da criação ideológica. Cada campo possui seu próprio material ideológico e forma seus próprios signos e símbolos específicos inaplicáveis a outros campos. Nesse caso, o signo é criado por uma função ideológica específica e é inseparável dela. Já a palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Ela pode assumir qualquer função ideológica: científica, estética moral, religiosa (VOLOCHINOV, 2017, p. 99).

Podendo, assim, compreender a palavra como a melhor representação do signo, já que pode assumir qualquer função ideológica, dentre elas a ideologia jurídica, ressaltando o seu uso nas relações de poder. Nenhum dos âmbitos até então citados, seja político, econômico, social religioso ou jurídico está imune à ação da ideologia. “Assim, a ideologia para o ‘Círculo de Bakhtin’ abrange todas as manifestações superestruturais, englobando a arte, a filosofia, a ciência, o direito, a religião, a ética, a política” (CARVALHO, 2018, p. 72).

A linguagem verbal está relacionada com todos os âmbitos de atuação humana deixando claro seu caráter dinâmico na interação social por meio das palavras. Nessa perspectiva, podemos situar a fala como produtora de ação, no uso prático real dos atos de fala, sendo o maior campo de atuação da palavra, a comunicação cotidiana (VOLÓCHINOV, 2017).

Por isso, a ideologia jurídica transmitida no âmbito da magistratura, vem, em um primeiro momento, como reflexo de normas garantidoras da coercitividade estatal, como mecanismo de manutenção da ordem, amparado pelo direito, pois a busca pela instrumentalidade do direito é a pretensão de se estabelecer a “objetividade” e “neutralidade”, que buscam assegurar a “imparcialidade” do magistrado (BARROSO, 2009; PACHECO, 2012).

Na atividade da magistratura surge uma confusão entre a “neutralidade” e a “imparcialidade”, porém trata-se de termos e conceitos distintos, sendo o primeiro um conceito amplo e outro um conceito específico. Assim,

É importante dizer que imparcialidade não se confunde com neutralidade ou passividade. O juiz, no processo contemporâneo, é sujeito ativo do processo, e tem o dever de zelar pela justa composição do litígio. Ao magistrado cabe esclarecer pontos obscuros, advertir as partes de suas condutas, requisitar provas e diligências, e interpretar as normas e as especificidades de cada caso concreto, tudo com o objetivo de prestar adequadamente a tutela jurisdicional (DONIZETTI, 2012, p. 88).

A imparcialidade está ligada ao aspecto comportamental, ou seja, o dever de postura do juiz no âmbito de suas atividades jurisdicionais, sem declinar do seu dever de ofício para o favorecimento de qualquer das partes na relação processual. Enquanto que a neutralidade, um conceito amplo, é a busca da atuação sem o comprometimento “ideológico” no processo, levantando, abarcando conceitos específicos como imparcialidade, isenção, impessoalidade, etc. O que se levanta o contraponto pela “impossibilidade” de se alcançar essa neutralidade, tendo em vista os valores, história e a própria linguagem empregada pelo magistrado.

Nesse sentido, vale ressaltar que não há uma neutralidade ideológica, em especial no campo das fundamentações das decisões judiciais, embora este posicionamento ideológico não possa se sobrepor ao conhecimento científico ou jurídico utilizado pelo magistrado na análise dos fatos ao proferir a sua decisão. Assim, nenhum posicionamento jurídico acerca dos fatos apreciados por um juiz nem a fundamentação da sentença estarão livres do seu conteúdo ideológico (PACHECO, 2012).

Não podemos limitar a decisão a um conteúdo jurídico, científico ou unicamente ideológico, todo posicionamento adotado pelo juiz no ato de decidir carrega a sua bagagem histórica, a sua visão é reflexo do conteúdo das memórias individuais e coletivas vivenciadas durante todo o curso de sua vida (HALBWACHS, 2015), posto que a consciência individual se nutre de signos que são possibilitados pelo processo dialógico das interações (comunicativas) sociais.

A linguagem verbal, notadamente sua variante tratada como linguagem jurídica, cuja terminologia especializada melhor se presta à produção e à circulação dos conhecimentos subsidiários ao labor na área, é instrumento imprescindível aos operadores do Direito. A eles compete a função de acionar os mecanismos de controle das relações intersubjetivas, com vistas a assegurar a viabilidade do convívio pacífico entre os cidadãos.

Diante desse contexto, podemos verificar que o operador do direito, o magistrado, irá atuar com o papel ativo, interpretando normas que deverá aplicar relacionadas a outros signos constantes em uma lide processual pertinente ao caso concreto que lhe é apresentado, ou seja, a decisão jurídica é a compressão dos signos apresentados ao magistrado, que a estes responde com outros signos, criando assim uma cadeia de compreensão ideológica.

Nesse particular, entende Dinamarco que o fator indicativo do critério de justiça aceito por determinada sociedade, em seu tempo está relacionado às disposições contidas no ordenamento jurídico vigente. Logo, serão “justas” as medidas que, em determinada época e em determinado espaço territorial, forem reconhecidas pelo ordenamento jurídico positivado como adequadas às situações fáticas levadas a juízo (DINAMARCO, 1996).

Assim, sendo a jurisdição, atividade desinteressada do conflito, tendo por fundamento colocar em prática a vontade concreta da lei dirigida aos sujeitos do processo, na teoria da ciência jurídica é preceituado que a figura do magistrado deva procurar se manter equidistante dos sujeitos processuais (autor, réu, testemunhas, advogados, etc), pois o seu compromisso é com a manutenção da ordem jurídica, fundada na realização “justa” do direito, não devendo ter, portanto, interesse direto ou imediato na relação jurídica material controvertida, apresentando uma performance que exprima uma postura “imparcial” diante da causa no tribunal ou juízo.

Linguagem jurídica, dialogismo e ideologia no pensamento do círculo de Bakhtin

O estudiosos do Círculo de Bakhtin não tratam a ideologia como algo pronto e acabado, pois a ideologia não se sustentaria, haja vista sua característica de dependência a uma relação dialógica viva, concreta, e muito menos identificar a ideologia como integrante da consciência totalmente interiorizada, posto ser

essencial a dialogicidade para construção ideológica. Como bem afirma Miotello, discorrendo acerca da ideologia:

Bakhtin e seus companheiros do Círculo não trabalham, portanto, a questão da ideologia como algo pronto e já dado, ou vivendo apenas na consciência individual do homem, mas inserem essa questão no conjunto de todas as outras discussões filosóficas, que eles tratam de forma concreta e dialética, como a questão da constituição dos signos, ou a questão da constituição da subjetividade. Bakhtin mesmo alerta que não aceita ser medíocre dialeticamente, e, por isso vai construir o conceito no movimento, sempre se dando entre a instabilidade e a estabilidade, e não na estabilização que vem pela aceitação da primazia do sistema e da estrutura; vai construir o conceito na concretude do acontecimento, e não na perspectiva idealista (MIOTELLO, 2005, p.168)

Nesse sentido, Miotello (2005) defende a coexistência, de um lado, de uma ideologia oficial, entendida como a ideologia dominante, desinteressada pelas contraposições entre as classes sociais, o que legitimaria o poder de uma classe dominante, promovendo a manutenção de uma relação de controle, seja político, econômico ou social; e de outro lado, a ideologia do cotidiano, produzida dentro de relações interindividuais, considerando todo o contexto social, relativamente instável. .

Conforme entendimento de Volóchinov, a comunicação cotidiana permite o contato com as mais diversas ideologias, emergentes das mais variadas interações que ocorrem no dia-a-dia. Nesse processo dialógico, dada a amplitude de possibilidades da comunicação, campo no qual se desenvolve, a palavra é dotada da capacidade de assumir toda e qualquer função ideológica.

A linguagem jurídica é uma espécie de interação, seja verbal ou escrita, que representa o elemento cogente na construção do direito enquanto teoria e prática, por isso é um âmbito ideal para a materialização de um fenômeno ideológico. Observa-se, então, que grande parte da produção ideológica se expressa por meio do

signo/palavra², sendo presença habitual nos processos interativos e contato entre os sujeitos sociais, nas relações políticas, religiosas ou ainda na aplicação da ordem jurídica.

Logo, não há como separar realidade e linguagem, seja seu contexto político, religioso, econômico ou jurídico, assumirá um papel específico no curso da atividade jurídica exercida pelos seus participantes, conforme a vontade e ideologia dos interlocutores, de modo que a ideologia jurídica abarca uma visão de mundo, de valores e crenças de determinadas classes sociais (geralmente do pensamento da elite), por intermédio dos atores “jurídicos”, como os membros da magistratura, das demais profissões jurídicas ou do ensino jurídico.

A linguagem jurídica surge como forma de expressão da ideologia jurídica, transmitindo o direito ou as suas normas, como mecanismo de “esclarecimento” sem afastar-se do seu papel de controle social, para o fim de manutenção da ordem de interesse dessa classe social (FREITAS, 2005).

Podemos mencionar ainda que, no momento em que ressaltamos a imparcialidade do juiz ou a sua infalibilidade, estamos reproduzindo a transmissão de uma ideologia jurídica cujo maior objetivo é a manutenção da ordem no estado atual em que esteja. Assim, ainda que possua uma função social legítima, a linguagem jurídica pode servir também para a manutenção do discurso de uma classe dominante, pautado na sua própria ideologia, já que as formulações ideológicas estão sempre presentes em toda prática jurisdicional amparada no discurso da segurança jurídica e na aplicação da justiça aos fatos levados a juízo.

A ideologia em um gênero discursivo jurídico contra a cultura da vaquejada

Pela ótica do Círculo de Bakhtin, o signo se constitui como em uma arena de batalhas sociais entre classes distintas, na qual está

² Embora exista a possibilidade de realizar rito, gesto ou processo comunicativo que não fazem o uso da palavra, e ainda assim haver uma produção ideológica.

em disputa a autoridade sobre o sentido, com vistas à garantia de dominação social, o exercício do poder por meio da linguagem. Nesse sentido, perscrutar as palavras utilizadas em um enunciado é o passo inicial para se estudar a ideologia, uma vez que a escolha de uma palavra, em detrimento de outra, modifica o sentido ideológico do enunciado e forma determinado discurso.

O direito, atividade social materializada em processos comunicativos, é estruturado pela linguagem e gera como produtos discursos jurídicos (legislativos, judiciais e doutrinários). Assim, todo direito “[...] tem por condição de existência a de ser formulável numa linguagem, imposta pelo postulado da alteridade” (FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 32).

A par disso, essa pesquisa busca uma compreensão da relação existente entre ideologia, práticas sociais e discurso jurídico, mapeando a mobilização dos sentidos discursivos, que se supõe ligados à ideologia dominante, no âmbito jurídico ambiental. Para tanto, o *corpus* de análise escolhido foi o gênero discursivo sentença judicial, materializado pelo Relatório de Voto do Ministro Marcos Aurélio na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983.

O teor da ação é o pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 15.299, de 8 de janeiro de 2013, do Estado do Ceará, que regulamentou a vaquejada como prática desportiva e cultura. A existência da prática social da vaquejada põe em conflito dois direitos fundamentais: de um lado o meio ambiente (artigo 225, § 1º, inciso VII, CF/88), e, de outro, a manifestação cultural (artigo 215, CF/88), em que ambos refletem:

O direito ambiental, [que] apesar das aparências, não é em si um avanço predominantemente democrático, uma mudança de paradigma ou uma forma de coibir os interesses dos poderosos, no caso, os poluidores, mas, ao contrário, constrói alternativas intimamente comprometidas com as vozes dominantes nos processos econômicos, políticos e sociais envolvidos no drama desenvolvimentista. O discurso da dogmática jurídica acerca do meio ambiente escamoteia as profundas contradições sociais que geram problemas ambientais, sendo atualmente um campo jurídico-

discursivo em que o domínio ideológico se manifesta em grau muito significativo (SUDATTI, 2007, p. 16).

No campo jurídico-discursivo da ADI nº 4.983 surgem duas teses em discurso sobre a vaquejada: uma contrária à prática, que acusa a exposição dos animais a maus-tratos e crueldade; outra favorável, que defende a prática, por versar patrimônio cultural do povo nordestino, ser fonte de empregos e servir de estímulo ao turismo e ao desenvolvimento da economia local.

O relator do caso, o Ministro Marcos Aurélio (STF, 2015), apresenta marcas linguística-ideológicas do discurso ambiental contra a vaquejada, destacando três visões (teses) de conflitos sobre a existência da vaquejada: a) tratamento cruel e desumano às espécies animais; b) parte da cultura da região; e c) a preservação do meio ambiente.

A primeira visão discursiva é a existência (ou não) de tratamento cruel aos animais envolvidos na prática de vaquejada. Os defensores da prática da vaquejada defendem a não existência de risco à saúde dos animais pelo uso de ferramentas e tratamentos adequados, que minimizam o sofrimento. Para o discurso jurídico:

O argumento em defesa da constitucionalidade da norma, no sentido de a disciplina da **prática permitir que seja realizada sem ameaça à saúde dos animais, não subsiste**. Tendo em vista a forma como desenvolvida, a **intolerável crueldade** com os bovinos mostra-se inerente à vaquejada. A atividade de perseguir animal que está em movimento, em alta velocidade, puxá-lo pelo rabo e derrubá-lo, sem os quais não mereceria o rótulo de vaquejada, **configura maus-tratos. Inexiste a mínima possibilidade de o boi não sofrer violência física e mental** quando submetido a esse tratamento (STF, 2015, p. 6, grifo nosso).

Podemos pensar o caráter ideológico do discurso acima assentado na questão da preservação da dignidade animal, surgindo sob o prisma da “não ameaça” e da “ameaça” humana, por meio de palavras como “crueldade”, “maus-tratos” e

“violência física e mental”. É construído o discurso com base na realidade social e na ideologia dos movimentos de defesa dos animais em questionar se a prática contra o animal é necessária, ou seja, com a ideologia pregada pelo “senciocentrismo”³ e “biocentrismo”⁴ (FELIPE, 2009; SILVA, 2012).

Na segunda visão, a corrente defensora da vaquejada utiliza em seu discurso a ideologia do sistema capitalista, vincula a atividade ao patrimônio histórico e cultural do povo nordestino e lhe atribui significativa importância para o desenvolvimento econômico da região, conferindo-lhe caráter de espetáculo esportivo.

A entonação dessa defesa da prática da vaquejada é marcada pela ideologia defendida no antropocentrismo, que justifica os sofrimentos dos animais, em uma prática identitária nordestina, pela importância econômica e cultural do que se produz a partir deles. É como se a defesa de tal prática coincidissem com a defesa da dignidade do povo. Em contraponto, a voz que se ergue contra a prática da vaquejada, busca colocar a impossibilidade da coexistência da prática e de seu valor cultural, bem como a conduta humana de crueldade, tortura e maus-tratos e a proteção à natureza:

A par de **questões morais relacionadas ao entretenimento às custas do sofrimento dos animais**, bem mais sérias se comparadas às que envolvem **experiências científicas e médicas**, a **crueldade** intrínseca à vaquejada não permite a **prevalência do valor cultural** como resultado desejado pelo sistema de direitos fundamentais da Carta de 1988. O sentido da expressão “**crueldade**” constante da parte final do inciso VII do § 1º do artigo 225 do Diploma Maior alcança, sem

³ Corrente ambientalista que atribui consideração moral a seres sencientes, ou seja, a todo ser capaz de sentir dor e sofrer, sendo este universo ainda restrito do homem e dos animais superiores (FELIPE, 2009; SILVA, 2012).

⁴ Corrente que “confere valor moral aos animais individuais. Tem raízes na ética do bem estar animal, que parte do antropocentrismo, alargando a base moral” (SILVA, 2012, p. 17), admitindo, quando inevitável, a destruição de outros seres vivos. .

sombra de dúvida, a **tortura e os maus-tratos** infringidos aos bovinos durante a prática impugnada, revelando-se **intolerável**, a mais não poder, a conduta humana autorizada pela norma estadual atacada. No âmbito de composição dos interesses fundamentais envolvidos neste processo, há de **sobressair a pretensão de proteção ao meio ambiente** (STF, 2015, p. 6, grifo nosso).

A terceira visão destaca o conflito entre o direito ao meio ambiente e o direito à cultura, havendo a necessidade de ponderação e imposição de limites jurídicos para o (re)estabelecimento do equilíbrio ambiental.

Os precedentes apontam a óptica adotada pelo Tribunal considerado o conflito entre normas de direitos fundamentais – mesmo presente manifestação cultural, verificada situação a implicar **inequívoca crueldade contra animais**, há de se interpretar, no âmbito da **ponderação de direitos, normas e fatos** de forma mais favorável à proteção ao meio ambiente, demonstrando-se **preocupação maior com a manutenção, em prol dos cidadãos de hoje e de amanhã, das condições ecologicamente equilibradas para uma vida mais saudável e segura** (STF, 2015, p. 5, grifo nosso).

Assim, o equilíbrio ambiental pressupõe o “bem estar” do homem, do animal e dos recursos ambientais. E a partir desse discurso contra a vaquejada, é mostrada a dissidência entre a lei que prega uma ideologia capitalista, com foco na valoração econômica do bem ambiental e na lucratividade gerada por essa prática; e a jurisprudência em defesa de uma ideologia do “ecocentrismo”⁵ (SILVA, 2012), na qual o ecossistema e suas interações se sobressaem aos lucros e interesses individuais.

Isso denota que no discurso jurídico ambiental em análise, a posição contrária à vaquejada é pautada por uma visão que

⁵ Corrente que se opõe ao antropocentrismo, tendo por base os ecossistemas, conferindo valor moral às entidades ambientais não individuais. O ambiente não é dissociado das atividades humanas, assim, o ser humano não é visto como ente separado, mas como um integrante do sistema holístico ecológico (SILVA, 2012).

privilegia a coletividade (presente e futura) em detrimento de interesses individuais (econômicos), impondo limites jurídicos às manifestações culturais quando se conflita com o meio ambiente.

Considerações finais

O direito, enquanto produto das relações sociais, é uma ciência eminentemente comunicativa e por isso a linguagem se torna um elemento indispensável à sua projeção. A linguagem, enquanto processo dinâmico, e o signo, enquanto difusor de uma ideologia, têm colocado em xeque a ideia de que o direito é imparcial e desprovido de decisões perpassadas por ideologias, posto que não existe neutralidade nas palavras.

A concretização do direito é realizada por gêneros discursivos (petição inicial, contestação, sentença etc), pelo poder conferido aos órgãos e a quem fala em nome das instituições, de modo que os enunciados das normas e decisões proferidas têm poder coercitivo nas relações sociais, (trans)formando os comportamentos de indivíduos e organizações.

O cenário ambiental no mundo jurídico, embora tenha uma aparência de campo de formação “pró-ambiente” ou sustentável, se constitui uma verdadeira arena de conflitos ideológicos de interesses antagônicos, pois de um lado há o interesse do mercado (capital/poluidores/empresas/economia) e do outro há o interesse social (meio ambiente/sustentabilidade/sociedade), por isso o discurso ambiental é marcado por profundas contradições sociais e ideológicas.

Para a pesquisa foi escolhido o discurso do Relator Ministro Marcos Aurélio na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983 sobre a vaquejada, por trazer visões de discursos com defesas de ideologias distintas, uma baseada no interesse da coletividade e no bem estar humano e animal e outra centrada no discurso desenvolvimentista e econômico.

No discurso jurídico ambiental contra a vaquejada, é possível encontrar a formação ideológica nos signos, palavras ou

enunciados escolhidos pelo Ministro Marcos Aurélio em sua decisão e ainda perceber “as outras vozes em sua fala”, marca característica do dialogismo bakhtiniano. O nosso discurso (fala) nunca é só nosso, há mais discursos (vozes) por traz da nossa fala.

Nesse sentido, foi possível perceber, nas três perspectivas de análise do discurso contra a vaquejada, a ideologia do “senciocentrismo” e do “biocentrismo”, presentes nas vozes dos movimentos em defesa dos animais e do meio ambiente, quando se abordava sobre o tratamento cruel e desumano às espécies animais; Assim como a presença da ideologia do “ecocentrismo”, quando se fala da prática da vaquejada como parte da cultura da região nordestina e a necessidade da preservação do meio ambiente.

Referências

- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARROSO, L. R. *Interpretação e aplicação da constituição*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARVALHO, M. H. C. Ideologia e linguagem: Contribuições de Bakhtin à construção do conhecimento nas ciências humanas e sociais. *Ágora Filosófica*. Ano18, n.1, jan./jun. 2018.
- DINAMARCO, C. R. *A Instrumentalidade do Processo*, 12ª Edição, Malheiros Editores LTDA, São Paulo/SP:1996.
- DONIZETTI, E. *Curso didático de direito processual civil*. 16. ed. especialmente de acordo com as leis nº 12.424/2011 e 12.431/2011. São Paulo: Atlas, 2012.
- FELIPE, S. T. Antropocentrismo, Senciocentrismo, Ecocentrismo, Biocentrismo. Agência de Notícias de Direitos Animais. São Paulo, 03 set. 2009. *Revista Páginas de Filosofia*, v. 1, n. 1, jan-jul/2009.
- FERRAZ JÚNIOR, T. S. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 1994.

FREITAS, L. M. *Marxismo, Direito e a problemática da ideologia jurídica*. Artigo apresentado ao 4º colóquio Marx e Engels. CEMARX / UNICAMP. Novembro de 2005. GT 2: Marxismo e Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m2c4.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

HALBWACHS, M. *A memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2015.

MIOTELLO, V. *Ideologia*. São Paulo: Contexto, 2005.

PACHECO, P. *Uma crítica retórica ao juspositivismo e ao ontologismo axiológico no direito: em torno da cientificidade, da abertura ao dissenso e da metodologia na teoria jurídica*. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Departamento de Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, J. M. Do Senciocentrismo ao Holismo Ético: perspectivas sobre o valor da biosfera. In: BARBOSA, A.et. al. (Eds). *Gravitações Bioéticas*. Centro de Bioética da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

SUDATTI, A. B. *Dogmática Jurídica e Ideologia: o discurso ambiental sob as vozes de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.983 Ceará*. Relatório do Relator Ministro Marco Aurélio. DJU 12/08/2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/vaquejada-stf-marco-aurelio.pdf>. Aceso em: 10 nov. 2018.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin) *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: editora 34. 2017.

6

Pelo tempo, no espaço e com a língua: Toponímia, Identidade e ensino de História para/sobre o Alto Oeste potiguar

Anderson Dantas da Silva Brito

Introdução – para apresentar e justificar

Este texto nasce do interesse em apresentar uma proposta de alicerce identitário para a região do Alto Oeste Potiguar¹ utilizando a atual *toponímia* dos seus municípios como um elemento fundante. O diálogo que aqui propomos desenvolve aplicações teórico-metodológicas do/no Ensino de História ao considerar uma pertinência analítica para as denominações de cada espacialidade municipal além da etimologia dos nomes, percorrendo os atuais itinerários que alicerçam cada significado a partir das abordagens da identidade histórica em micro-tempos e micro-espacos – com marcos referenciais nas emancipações políticas e nos municípios que compõem a região, a partir de seus respectivos topônimos.

¹ Apesar do não reconhecimento oficial, por parte do IBGE, do Alto Oeste Potiguar como uma região do Estado do Rio Grande do Norte, a definição é utilizada pela administração da espacialidade interna objetivando múltiplas aplicabilidades e interesses. A sua atual constituição geo-histórica que fomentará as nossas discussões apresenta-se composta por 37 municípios: Água Nova; Alexandria; Almino Afonso; Antônio Martins; Coronel João Pessoa; Doutor Severiano; Encanto; Francisco Dantas; Frutuoso Gomes; Itaú; João Dias; José da Penha; Lucrécia; Luís Gomes; Major Sales; Marcelino Vieira; Martins; Olho D'Água do Borges; Paraná; Patu; Pau dos Ferros; Pilões; Portalegre; Rafael Fernandes; Rafael Godeiro; Riacho da Cruz; Riacho de Santana; Rodolfo Fernandes; São Francisco do Oeste; São Miguel; Serrinha dos Pintos; Severiano Melo; Taboleiro Grande; Tenente Ananias; Umarizal; Venha-Ver; Viçosa. (ALVES; DANTAS; SOUZA, 2018, p. 6)

Nesse sentido, a necessidade de compreensão da toponímia como fio condutor torna-se evidente para melhor visibilizarmos o porquê da pertinência histórica para tal proposição:

Deste modo, seria possível analisar a instituição imaginária de uma sociedade através dos nomes que batizam seus espaços uma vez que entendemos que, ao tratar da análise dos nomes dos espaços, a toponímia passa a fazer parte da *Onomástica* – campo da *Linguística* responsável pelo estudo dos nomes, corporificada pela história, indo muito além das restrições dos estudos dos nomes apenas pela significação etimológica. (BRITO, 2012, p. 19)

Faz-se ainda relevante para esta discussão demarcar/justificar a escolha apenas pelas atuais denominações desses municípios, mesmo sabendo que muitos deles passaram por alterações ao longo de suas constituições históricas e definições geopolíticas. A predileção pelo enfoque nos topônimos utilizados no tempo presente, nesta oportunidade, decorre da possibilidade de abordarmos questões de partida, ou norteadoras, que mais se aproximam dos sujeitos inscritos nas gerações mais novas, considerando a opção por um trabalho a ser direcionado para crianças e adolescentes que sejam estudantes do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais). Assim, credenciamos a escolha dos objetos aqui analisados pelo interesse de convergência para profissionais atuantes no ensino destinado a esse público. Para uma outra oportunidade, colocaremos em pauta alguns percursos históricos que denominamos de *imaginários toponímicos*, como uma espécie de *magma* – na abordagem de Castoriadis (1982) –, que recobre elementos diversos de identificação, mas que de alguma forma se ligam uns aos outros constituindo um imaginário maior.

Esse reconhecimento identitário fundamentado na História de um espaço, a partir de um embasamento nominativo, encontra-se com a compreensão com que Dick (1996) nos ampara para melhor percebermos a existência de elementos específicos de aproximação ou de distanciamento em torno das denominações, que se apresentam enquanto peças que podem compor um mosaico

imaginário de cada sociedade, ao tempo que podem igualmente ser reconhecidas pela singularidade das partes que lhes compreende:

Sabe-se que a toponímia [...] é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro, de modo que, da distribuição conjunta, se infira um modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos. (DICK, 1996, p. 12)

A possibilidade de utilização da toponímia no ensino de História pode ser alicerçada no que se denomina *identidade histórica* enquanto uma competência interna que orienta a vida prática, que permite, por exemplo, a identificação com as denominações dos municípios e cria oportunidades, proporcionadas por esse ensino arvorado nas temporalidades e viabilizado a partir da linguística nominativa, de favorecer um maior protagonismo dos estudantes em suas espacialidades locais.

Nesse sentido, a identidade histórica pode fornecer aos topônimos uma vida com sentido temporal de continuidade entre o passado, o presente e o futuro. De tal compreensão emerge o trabalho de desenvolvimento da consciência histórica, realizado muito por via das práticas de narração histórica. Além disso, Rüsen (2001) afirma que o agrupamento das três dimensões temporais (passado, presente, futuro), pela narrativa histórica, auxilia na composição do quadro de referências de orientação cultural da existência humana. Quadro este que inclui dados como os nomes das espacialidades – neste caso, municipais – e que abarcam diferentes dimensões identitárias construídas ao longo da vida.

E assim, seguindo a perspectiva de iniciar e continuar um trabalho escolar de ensino de História problematizando a intimidade dos sujeitos estudantes com a onomástica das espacialidades que lhe são próprias, seguimos Jörn Rüsen quando teoriza que a identidade histórica,

consiste na ampliação do horizonte nas experiências do tempo e nas intenções acerca do tempo, no qual os sujeitos agentes se asseguram da permanência de si mesmos na evolução do tempo. O ponto extremo dessa consolidação de identidade é a 'humanidade', como supra-sumo dos pontos comuns em sociedade, com respeito à qual diversos sujeitos agentes, no processo de determinação de suas próprias identidades, determinam as dos outros de forma tal que estes se reconhecem nelas. Esse critério de sentido, 'humanidade', fornece o parâmetro para se constatar a consolidação da identidade em que desembocam o progresso contínuo do conhecimento mediante a pesquisa histórica e a ampliação contínua das perspectivas mediante a reflexão histórica sobre referenciais. (RÜSEN, 2001, p. 126)

Conforme essa perspectiva de *ensino* que prioriza uma *identidade histórica*, o fio condutor do estudo que propomos, a partir das nomações que formam o *magma* Alto Oeste Potiguar, encaminha-se para um encontro entre o micro-tempo e o micro-espaço, relativos ao que a criança ou adolescente compreende como o seu tempo sobre a existência do município, conforme o que conhece sobre o topônimo, e ao mesmo tempo para o reconhecimento das denominações quando das emancipações políticas e atualidade do tempo histórico.

Assim, os poderes de identificação e de produção do conhecimento podem favorecer aos professores-pesquisadores do tempo, do espaço e da língua, para produzirem interpretações sobre os mais diversos olhares ao utilizarem as nomações das espacialidades municipais. Nesse entrecruzamento de saberes, a micro-análise se faz possível porque uma produção em maior escala temporal e espacial tem uma maior proporcionalidade para ser questionada e ao mesmo tempo poder faltar com respostas mais íntimas ou mais profundas sobre as problemáticas levantadas, que são próximas dos sujeitos históricos que percebem e sentem tais distanciamentos para com os objetos de conhecimento desde a fase escolar de formação inicial.

Ainda num encontro entre um micro-tempo e um micro-espço e percorrido por uma microanálise, observamos que numa localização temporal mais íntima e restrita e com uma espacialização mais local preconiza-se um olhar às avessas para com o que se tem como predominante desde muito tempo na História – a dominação eurocêntrica da produção do conhecimento escolar, sistematizado com um predomínio de largas escalas temporais e espaciais como representação majoritária nos currículos, nos livros didáticos e assim transferidas/reproduzidas nas respectivas aulas.

Ademais, para a utilização do corpus documental que venha a estar disponível – historiografia local; documentos de emancipação; placas de ruas etc – no diálogo com as problemáticas relativas às Histórias dos municípios do Alto Oeste Potiguar na vida dos estudantes, podemos fazer uso do que Pesavento (2000, p. 232) nos aponta para a relação entre a *micro-história* e o *local*, afirmando que a primeira busca ver no segundo “[...] uma porta de entrada ou janela para resgatar o universal e se propõe, como linha de frente a atacar, exatamente o resgate desta articulação entre o todo e a parte. Entende, basicamente, que é no nível micro que se surpreendem melhor os fenômenos mais gerais.” Outrossim, as histórias dos municípios poderão através das taxionomias dos seus nomes se aproximarem de outras tessituras do tempo e de outras circunscrições espaciais, denotando que as toponímias fundantes dialogam com a sua interioridade ao tempo que se constituíram com outras relações exteriores de identidades históricas.

Delineando alguns caminhos para a constituição inicial de identidades históricas locais/regionais

Múltiplas são as possibilidades de ocupação da linguagem através da História local. E para esta afirmação, corroboramos com Cascudo (1968, p. 35) quando chama a tenção para as capacidades de desenvolvimento de olhares para os nomes de uma espacialidade: “todos esses topônimos têm uma história, trágica,

cômica, sentimental, impondo a curiosa alcunha.” Se pensarmos enquanto estratégias de aprendizagem, Schmidt e Cainelli (2009) destacam a condição de inserir o estudante na espacialidade da qual é parte, elaborando a historicidade e a identidade dele; estimulando atitudes investigativas, com base no cotidiano do estudante, ajudando-o a analisar a realidade que o envolve em diferentes níveis – econômico, político, social e cultural; o espaço menor torna possível àqueles sujeitos a visão de continuidade e diferença com as evidências de mudanças, conflitos e permanências e; a história local pode instrumentalizá-lo para uma história da pluralidade que se une para compor uma referência regional, onde todos os sujeitos da história tem voz através de cada um dos topônimos pertinentes a uma espacialidade maior que pode vir a ter esse reconhecimento – o Alto Oeste Potiguar.

Para a proposta que estamos sugerindo para o que podemos entender como um pilar fundante de uma espacialidade regional do Rio Grande do Norte, pensamos que a dinâmica necessária para a edificação da denominação de um *espaço* perpassa todo um conjunto de motivações alicerçadas no *imaginário social* presente no momento em que o nome é instituído. Conforme Dick (1990, p. 22), “[...] os topônimos são, pois, verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população.” Sob este olhar, ao pronunciarmos um determinado nome de uma delimitação geopolítica, estaremos indo muito além do simples ato de pronunciamento da palavra – Alto Oeste (Potiguar) ou da restrição ao seu significado etimológico. Na abordagem deste olhar, os nomes de cada um dos municípios serão apresentados como enunciação, referência, inscrição espacial e, sobretudo, como possibilidade de se compreender o *imaginário social* de um *espaço* a partir das relações históricas que os instituíram.

Nessa tessitura discursiva de uma espacialidade, composta pelas tramas dos nomes de seus municípios, na qual se entrelaçam os fios de suas histórias, recorreremos à referenciais da obra da linguista Maria Vicentina Dick – *A motivação toponímica e a realidade*

brasileira (1990) e *A Dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo – 1554-1897* (1996), marcos teórico-metodológicos para a *toponímia* no Brasil que ganham importância singular e profunda à medida que aproximam estes estudos de Linguística do campo do ensino de História. Esta interface entre História e Linguística se fez necessária, tendo em vista as relações substanciais entre as áreas que entendemos não serem limitadas apenas ao significado ou à história de cada topônimo, mas que interagem sobretudo no ensino.

O modelo taxionômico proposto por Dick (1990; 1996) vem a colaborar com o processo aqui indicado de desnaturalização etimológica das toponímias dos municípios do Alto Oeste Potiguar para fazer valer sua compreensão como uma construção histórica plasmada por tensões, interesses de diferentes ordens, em conformidade com as elites ou não-elites que empreenderam as toponimizadas sobre os espaços no decorrer de suas existências emancipadas. Com a publicação de *A motivação toponímica e a realidade brasileira* (1990), Dick propôs um modelo classificatório para o estudo dos nomes. Assim, na Toponímia enquanto campo da Onomástica, que se responsabiliza pelo estudo dos nomes próprios dos lugares, se utilizaria uma classificação para as significações simbólicas dos nomes variando entre os caracteres histórico, geográfico e antropológico.

Fomos buscar na obra de Dick (1990; 1996) as *classificações toponímicas* que compõem parte do que denominamos de *imaginários toponímicos* (BRITO, 2012), as quais apresentaremos agrupadas por congruências de perfil. Num primeiro grupo, tem-se taxionomias relacionados à natureza física com evidência para elementos geográficos e/ou geológicos, quais sejam: Meteorotopônimos – referente aos fenômenos atmosféricos; Astrotopônimos – referentes aos nomes dos corpos celestes; Cardinotopônimos – referentes às posições geográficas em geral; Dimensiotopônimos – referentes a características de acidente geográfico; Litotopônimos – de índole mineral, relativos à constituição do solo; Hidrotopônimos – referentes aos acidentes

hidrográficos; Geomorfotopônimos – referentes às formas topográficas e às formações litorâneas.

Ainda para taxionomias físicas, reunimos aquelas relativas a unidades básicas estruturantes de campos do conhecimento e da referenciação dele: Cromotopônimos – referentes às cores; Morfotopônimos – referentes aos sentidos e formas geométricas; Cronotopônimos – referentes às indicações cronológicas; Dirrematotopônimos – constituídos de frases ou enunciados linguísticos; Numerotopônimos – referentes aos adjetivos e numerais; Fitotopônimos – referentes aos nomes de vegetais; Zootopônimos – de índole animal; Somatotopônimos – referentes às relações metafóricas das partes do corpo (humano ou animal).

O segundo agrupamento concentra taxionomias de natureza antropocultural mais relativas a organizações sociais humanas, numa perspectiva mais física, das edificações e com um caráter mais organizacional e cultural dos sujeitos históricos que é composta por: Corotopônimos – referentes aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes; Poliotopônimos – constituídos pelos vocábulos aldeia, vila, povoação, arraial; Hodotopônimos – referentes às vias de comunicação rural ou urbana; Ecotopônimos – referentes às habitações de modo geral. Já no quarto e último bloco da classificação que propomos tem-se: Antropotopônimos – referentes aos nomes próprios e individuais; Axiotopônimos – referentes aos títulos e às dignidades; Sociotopônimos – referentes às atividades profissionais ou a pontos de encontros; Historio-sociotopônimos – referentes aos movimentos histórico-sociais e aos seus membros; Etnotopônimos – referentes aos elementos étnicos isolados; Ergotopônimos – referentes aos elementos da cultura; Animotopônimos (ou Nootopônimos) – referentes à vida psíquica e à cultura espiritual; e Hierotopônimos – referentes aos nomes sagrados (Hagiotopônimo, quando há referência aos santos e santas do hagiológico romano; e Mitotopônimo quando há referência a entes mitológicos).

Para um diálogo com a Filosofia, que nos concede um aviamento epistemológico que destaca detalhes singulares da peça

regional que estamos a desenhar, com vistas a apresentar uma versão de reconhecimento identitário, consideramos o desenrolar de um fio sólido por parte de Castoriadis (1982), que é capaz de personalizar o exterior do que apresentaremos como Temporalidades e Classificações Toponímicas dos municípios do Alto Oeste Potiguar (Quadro 1), ao tempo que igualmente propõe um acabamento multifacetado e que pode ser firme quando fomentado juntamente com as linhas de Dick. Com essa costura, o croqui proposto por Castoriadis se traduzirá numa outra oportunidade no feixe de remissões que é uma diversidade de imaginários toponímicos que se aproximam através de suas representações. Assim, neste quadro a ser exposto, abordaremos

[...] o problema das significações imaginárias sociais no terreno mais extenso e mais familiar: o das significações na linguagem. A significação é aqui o co-pertencer de um termo e daquilo a que ele *remete*, progressivamente, direta ou indiretamente. Ela é um feixe de *remissões* a partir e em torno de um termo. Assim, uma palavra *remete* a seus significados linguísticos canônicos, quer sejam 'próprios' ou 'figurados', e a cada um deles à maneira da designação identitária. (CASTORIADIS, 1982, p. 390)

O quadro 1 que apresentaremos logo a seguir traduz as análises de identificação de cada uma das atuais tramas nominadoras dos 37 municípios do tecido geo-histórico Alto Oeste Potiguar – municípios; datas de criação (emancipações políticas) e as classificações toponímicas. Foi orientado teórica e metodologicamente pelos estudos sobre toponímia que compõem a obra de Dick e por uma historiografia potiguar específica que percorreu o século XX e adentrou os estudos de História e Espaços no mundo acadêmico quando do século XXI.

Quadro 1: Temporalidades e classificações toponímicas dos municípios do Alto Oeste Potiguar

Municípios	Data de criação	Classificação Toponímica
1. <i>Portalegre</i>	8/12/1761	Poliotoponímico
2. <i>Maioridade*</i> ; <i>Imperatriz**</i> / atual – <i>Martins***</i>	*10/11/1841 (emancipação) **30/10/1847 ***7/7/1890	Historio- sociotoponímico Antropotoponímico
3. <i>Pau dos Ferros</i>	4/11/1856	Fitotoponímico / Ergotoponímico
4. <i>São Miguel</i>	11/12/1876	Hagiotoponímico
5. <i>Luís Gomes</i>	5/7/1890	Antropotoponímico
6. <i>Patu</i>	25/9/1890	Geomorfotoponímico
7. <i>João Pessoa*</i> / atual – <i>Alexandria**</i>	*7/11/1930 (emancipação) **24/10/1936	Antropotoponímico
8. <i>Almino Afonso</i>	24/11/1953	Antropotoponímico
9. <i>Marcelino Vieira</i>	24/11/1953	Antropotoponímico
10. <i>Itaú</i>	11/12/1953	Antropotoponímico
11. <i>Umarizal</i>	27/11/1958	Fitotoponímico
12. <i>José da Penha</i>	31/12/1958	Antropotoponímico
13. <i>Riacho da Cruz</i>	9/5/1962	Hidrotoponímico / Ergotoponímico
14. <i>Rodolfo Fernandes</i>	9/5/1962	Antropotoponímico
15. <i>Doutor Severiano</i>	10/5/1962	Antropotoponímico
16. <i>Riacho de Santana</i>	10/5/1962	Hidrotoponímico / Hagiotoponímico
17. <i>Tenente Ananias</i>	10/5/1962	Antropotoponímico
18. <i>Encanto</i>	20/3/1963	Geomorfotoponímico
19. <i>Antônio Martins</i>	26/3/1963	Antropotoponímico
20. <i>Francisco Dantas</i>	26/3/1963	Antropotoponímico
21. <i>Paraná</i>	26/3/1963	Hidrotoponímico
22. <i>João Dias</i>	19/8/1963	Antropotoponímico

23. <i>Pilões</i>	19/8/1963	Litotoponímico
24. <i>Rafael Fernandes</i>	21/10/1963	Antropotoponímico
25. <i>São Francisco do Oeste</i>	22/10/1963	Hagiotoponímico / Corotoponímico
26. <i>Severiano Melo</i>	3/12/1963	Antropotoponímico
27. <i>Olho D'água do Borges</i>	17/12/1963	Hidrotoponímico / Antropotoponímico
28. <i>Coronel João Pessoa</i>	19/12/1963	Antropotoponímico
29. <i>Rafael Godeiro</i>	19/12/1963	Antropotoponímico
30. <i>Fruituoso Gomes</i>	20/12/1963	Antropotoponímico
31. <i>Taboleiro Grande</i>	26/12/1963	Geomorfotoponímico
32. <i>Água Nova</i>	27/12/1963	Hidrotoponímico / Cronotoponímico
33. <i>Lucrecia</i>	27/12/1963	Antropotoponímico
34. <i>Viçosa</i>	28/12/1963	Corotoponímico
35. <i>Major Sales</i>	26/6/1992	Antropotoponímico
36. <i>Venha-Ver</i>	26/6/1992	Dirrematoponímico
37. <i>Serrinha dos Pintos</i>	30/10/1993	Geomorfotoponímico /

Fontes: Elaborado com base em DANTAS (1922); CASCUDO (1968); DICK (1996); BRITO (2012).

As informações históricas e as classificações presentes no quadro 1 sintetizam, ao mesmo tempo, a cronologia oficial da existência política dessas especialidades, a partir da representação municipal, e os reconhecimentos toponímicos a que posteriormente os ligaremos em imaginários que se encontram nos interesses envolvidos. Pela singularidade de cada um dos topônimos ou pelo enfeixamento coletivo deles, a constituição identitária da regionalidade sobre a qual nos debruçamos foi sendo sedimentada com o reconhecimento emancipado de cada espacialidade quanto de sua formatação política, contudo poderia já existir anteriormente quando se fez município. Isso tematizará outro estudo, que empreenderemos para a compreensão da constituição

nominativa e singular dos imaginários que se encontraram no tempo, no espaço e na linguística.

Contudo, mesmo não visualizando ainda todos os referenciais pertencentes à taxionomia de Dick nas espacialidades relativas aos municípios do Alto Oeste Potiguar, achamos pertinente inaugurar a discussão, o que aqui se faz com o conjunto das possibilidades de reconhecimento nominativo apresentado pela autora, uma vez que, além de ela mesma sempre chamar a atenção para o não esgotamento da classificação, entendemos também, pelo olhar da dinamicidade da História, que cada uma pode mudar no decorrer do tempo, haja vista a inexistência de legislação que torne obrigatória a fixidez das denominações.

Assim, é prioritariamente para a criança no percurso escolar do Ensino Fundamental, nos anos iniciais, que entendemos ser profícua a inserção da discussão desta temática, considerando muito pertinente a esta fase de sua formação uma abordagem de *espaço biográfico*, conforme a orientação da Base Nacional Comum Curricular (2017), quando preconiza ensinamentos para aprendizagens que relacionem os conteúdos inscritos nos currículos escolares às experiências dos estudantes em seus lugares de vivência:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). Essa abordagem privilegia o trabalho de campo, as entrevistas, a observação, o desenvolvimento de análises e de argumentações, de modo a potencializar descobertas e estimular o pensamento criativo e crítico. É nessa fase que os alunos começam a desenvolver procedimentos de investigação em Ciências Humanas, como a pesquisa sobre diferentes fontes documentais, a observação e o registro – de paisagens, fatos, acontecimentos e depoimentos – e o estabelecimento de comparações. Esses procedimentos são fundamentais para que compreendam a si mesmos e àqueles que estão em seu entorno, suas histórias de vida e as diferenças dos

grupos sociais com os quais se relacionam. O processo de aprendizagem deve levar em conta, de forma progressiva, a escola, a comunidade, o Estado e o país. É importante também que os alunos percebam as relações com o ambiente e a ação dos seres humanos com o mundo que os cerca, refletindo sobre os significados dessas relações. (BRASIL, 2017, p. 353)

Posteriormente, quando da chegada da criança/adolescente nos anos finais do Ensino Fundamental, período em que vivencia todo um conjunto de mudanças biológicas, psicológicas, sociais e emocionais, a discussão de nossa temática pode ser ampliada para dar conta da sua dinamicidade, certa vez que já é possível reconhecer esses sujeitos escolares como “[...] atores inseridos em um mundo em constante movimento de objetos e populações e com exigência de constante comunicação.” (BRASIL, 2017, p. 353).

Outrossim, considerando as especificidades de cada etapa de formação escolar no Ensino Fundamental e os respectivos direcionamentos para competências e habilidades, o exercício associativo de alguns símbolos aos nomes dos municípios da região recai diretamente no que entende Castoriadis sobre a relevância histórica da linguagem em relação à possíveis imaginários formadores e formados por termos distintos e ao mesmo tempo idênticos, no caso do Alto Oeste Potiguar, que podem vir a ser cingidos para uma mesma feição regionalista:

É essencial que a linguagem forneça sempre a possibilidade de tratar as significações que ela acompanha como um conjunto formado por termos determinados, rigorosamente cingíveis, cada um idêntico a si e distinto de todos os outros, separáveis e separados. E é essencial que forneça sempre a possibilidade de que novos termos venham a emergir, que as relações entre termos existentes sejam redefinidas, portanto, também que os termos existentes, inseparáveis de suas relações, o sejam [...]. (CASTORIADIS, 1982, p. 398)

Nesse sentido, cingíveis através da História que interliga cada um dos topônimos analisados para classificação no tempo

percorrido desde 1761 até 1993, foram essas temporalidades igualmente utilizados tanto para a *microanálise* (REVEL, 1998) de cada contexto que permitiu a singularidade de determinado topônimo como para chegar ao século XXI e um professor-pesquisador de História, Geografia ou Língua Portuguesa buscar encontrar nos seus estudantes possíveis existências de *consciências históricas* (CERRI, 2011) já presentes na vida deles e anteriormente (re)conhecidas aos momentos escolares dedicados à esta problematização e protagonismo.

Para não concluir

Devemos considerar que na composição do *magna* denominador que corresponde às feições nominativas do Alto Oeste Potiguar há uma diversidade de classificações toponímicas que precisam ser pensadas a partir de aproximações/enfeixamentos para que se façam compreender quais os imaginários toponímicos que denotam a relevância desse possível pilar identitário da respectiva espacialidade regional.

Ademais, no pilar da instituição imaginária da sociedade e da espacialidade do Alto Oeste Potiguar existem marcas de dominação presentes no “estilo” que se apresenta como protagonista do todo, mas, há também, detalhes compostos pelas representações minoritárias. Apesar dessas disparidades, consideramos que não há uma classificação toponímica mais relevante que outra, sobressaindo-se algumas primeiramente por um critério quantitativo, até porque encontramos denominações que apareceram uma única vez, mas que são muito representativas no que tangem às histórias que contam nominando. Nessa perspectiva, os antropotopônimos dominantes não são maiores ou melhores do que os fitotopônimos ou os corotopônimos – para exemplificar.

Posteriormente, quando considerarmos a aglutinação dessas classificações oriundas das denominações dos municípios que compreendem o Alto Oeste Potiguar em imaginários toponímicos,

igualmente magmas endógenos da instituição de sua sociedade, não evidenciaremos apenas o que se aproxima nos significados dos topônimos, mas também o que denota o multiculturalismo oriundo das especificidades do nome que carrega cada município. Nesse sentido, há o que une e está visibilizado na classificação e no imaginário que aproxima cada representação, assim como também o que se sobressai pela diferença ou por seu caráter único.

Por fim, para não concluir e ser este um ato inicial e fundamental para o desenrolar de outros estudos, entendemos que pelo tempo, no espaço e com a língua, as toponímias que nomeiam os municípios do Alto Oeste Potiguar podem sim ser alicerces fundantes para a constituição de sua identidade histórica regional e que, pelo ensino de História, ainda no Ensino Fundamental, existem inúmeras possibilidades a serem desbravadas para perceber cada minúcia que compõe esse todo que é também parte de cada sujeito, cuja consciência plena requer tempo próprio para um reconhecimento que, na maior parte das vezes, só se dá por meio da sua chegada ao meio escolar.

É, portanto, nesse contexto que a identificação e a análise dos imaginários toponímicos podem se fazer sobremaneira importantes, favorecer a compreensão de representações, de classificações nas quais, em última análise, inscrevem-se os próprios sujeitos e que (se) estabelecem (em) relevantes diálogos com outros nomes, outras motivações, outros sujeitos, em contextos similares de construção histórica.

Referências

ALVES, L.S. F.; DANTAS, J. R. Q.; SOUZA, G. S. Dinâmicas urbano-regionais em territórios de fronteira interna. Mercator, Fortaleza, v. 17, e17003, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>

BRITO, A. D. da S. Em nomes dos interesses: imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República. 2012. 264f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16961/1/AndersonDSB_DISSERT.pdf

CASCUDO, L. da C. *Nomes da Terra: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*. Natal: Empresa Typographica Natalense Ltd., 1922.

DICK, M. V. de P. do A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

PESAVENTO, Sandra J. Esta história que chamam micro. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN S. R. F.; SCHMIDT, B. B. e XAVIER, R. C L. (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: _____ (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

7

Um lugar chamado Cachimbo Eterno: identidades e argumentos em discursos e memórias de moradoras de Luís Gomes/RN

*Wilca Maria de Oliveira
Leonardo Mendes Álvares
Gilton Sampaio de Souza*

Introdução

Este é um recorte das pesquisas relacionadas à construção da Tese de doutoramento de Wilca Maria de Oliveira, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – PPGL/UERN, inscrita mais especificamente na linha de pesquisa Discurso, Memória e Identidade. A pesquisa da Tese tem por objetivo analisar, em discursos, relações entre memória e identidade, temática que vem despertando interesse de vários autores, nas últimas décadas, percebida como de substantivo valor para a compreensão de aspectos sociais constituintes dos indivíduos.

O estudo sobre as relações entre a memória e a identidade está compreendido no assoalho da relação intrínseca do homem com esse fenômeno que é a memória. Guardar memórias individualmente e preservá-las inscrevendo-as também num acervo coletivo, pelo hábito de compartilhá-las com outrem é um traço constitutivo da identidade, inerente ao ser humano, à sua existência. Assim, para grande parte das pessoas, em muitas culturas, as narrativas de vida naturalizaram-se como hábito. Contudo, mesmo quando externalizada, compartilhada com um acervo coletivo, ou mesmo tornada comunitária, a memória tem

pertencimento e é sempre de seu proprietário o direito de escolha sobre o que pode, deve ou quer oferecer nas suas narrativas.

Neste trabalho deteremo-nos à análise de alguns excertos das memórias cedidas por três das colaboradoras cujas entrevistas documentadas em videograções integram o *corpus* da pesquisa de Doutorado supramencionada, objetivando a compreensão das relações estabelecidas entre tais memórias e a constituição das identidades das colaboradoras. As entrevistas, classificadas como compreensivas (KAUFMANN, 2013), foram realizadas em fevereiro de 2020, nas residências das entrevistadas, e tiveram como mote as memórias de suas vivências nas ruas atualmente chamadas Mãe Regina e Raimundo Libâneo – Município de Luís Gomes-RN¹ –, sobretudo no período em que o mesmo lugar era conhecido como Cachimbo Eterno.

Interessa-nos, portanto, tratar da memória vinculada a uma das mais sublimes necessidades do ser humano, encontrar-se, reconhecer-se, identificar-se em meio a outras pessoas, sejam familiares, amigos, antepassados; reconhecer-se também como participante da história – da sua própria e das histórias dos outros. Como diz Bauman (2005, p.17), “é o sentido de pertencimento”. Eu pertencço a determinada família, eu me encontro representado nas histórias contadas nos livros de História, nas narrativas orais, na placa de uma rua, em um museu, numa fábrica de tintas, ou nos romances e poesias. E esse pertencimento normalmente inclui também a relação com um lugar, que pode ser uma comunidade de países, um espaço físico mais íntimo, mas também pode ser uma pessoa, uma árvore, um sonho.

Essa percepção mais ampla de lugar, como sendo onde estão fincadas as raízes de quem somos, onde podemos ser quem somos, alinha-se à proposição de Tuan (2013, p. 168), na qual afirma que “lugar é segurança, aconchego, carinho, é refúgio”. O lugar,

¹ Município integrante da região do Alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, 446Km distante da capital Natal, foi emancipado do município de Pau dos Ferros em 1890 e tem 9.610 habitantes, segundo o último censo populacional (IBGE, 2010). Disponível em: pt.m.wikipedia.org/wiki/Luís_Gomes; acessado em 22/04/2020.

conceituado para além de uma espacialidade física, tem ampla relação com a(s) memória(s) e com a(s) identidade(s), uma vez que se estabelece importante para alguém por meio das vivências que enseja, torna-se parte dos acontecimentos, inscreve-se nos discursos e nas memórias. Tanto mais recorrentes os vínculos de sentidos entre um lugar e os acontecimentos, mais valioso este lugar se torna, mais vivo nas memórias. O lugar se torna um ente discursivo, presente, recorrente, permanente; e essa “permanência é um elemento importante na ideia de lugar. As coisas são resistentes e confiáveis de modo diferente dos seres humanos com suas fraquezas biológicas e mudanças de humor” (TUAN, 2013, p. 171).

Mas nesse caminho, pensando a memória humana como algo que determina e é determinada por vivências, indagamos: como argumentos presentes em discursos e memórias mediam/revelam as relações entre um lugar e as identidades de quem o vivencia? E para subsidiar essa nossa tentativa de estabelecer uma compreensão que responda a tal indagação, recorreremos às contribuições teóricas da Nova Retórica (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996), sobretudo no tocante aos valores, hierarquias e lugares da argumentação, bem como de Bauman (2005), Dostoiévski (2009), Delgado (2010) e Candau (2016).

Sobre o aspecto metodológico, ressaltamos que o *corpus* documental aqui exposto para análise, conforme já dissemos, integra outro mais amplo, o qual subsidia a construção de uma Tese doutoral. Ressaltamos ainda que a compreensão aqui evocada para *corpus* documental, alinhada ao pensamento de Severino (2012), ultrapassa o conceito mais tradicional, dicionarizado, incluindo na definição de documentos não apenas impressos, mas também fotografias, gravações etc. Para o autor, o aspecto mais relevante na caracterização de documentos para uma pesquisa é seu conteúdo, a matéria-prima nunca analisada “a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (SEVERINO, 2012, p. 123). Assim, para nossa pesquisa, sob centralidade focal e complementadas por outros registros, figuram narrativas registradas oralmente, compondo nosso

acervo e tratadas com o mesmo rigor de escrutínio e a mesma importância de qualquer outro documento notarial.

Isso posto, importa dizermos que questões relativas à veracidade dos acontecimentos ou ainda a possíveis contradições eventualmente percebidas nas memórias de uma mesma colaboradora, ou naquelas apresentadas por mais de uma delas sobre as interações sociais vivenciadas por ambas no mesmo lugar e na mesma faixa temporal, não serão objeto do presente estudo. A memória narrada é patrimônio exclusivo do narrador, ou compartilhado com as pessoas que detêm parte ou a totalidade das informações oferecidas. Afinal, como adverte Bakhtin (2007, p. 59), “o ser que se autorrevela não pode ser forçado nem tolhido. Ele é livre e por essa razão não oferece nenhuma garantia”.

Para além disso, é preciso compreender que uma memória não contempla um acontecimento em estado puro, mas um registro dele, inclusive porque “qualquer palavra, dita ou pensada, exprime um ponto de vista a respeito de vários acontecimentos da realidade objetiva, em diferentes situações” (VOLOCHINOV, 2013, p. 196).

Nas memórias individuais, o desejo de saber/afirmar quem somos, ou a que lugar pertencemos.

O desejo de saber/afirmar quem somos, de resgatar as próprias origens, faz parte das perguntas que muitos de nós carregamos. Ocultas ou expostas, essas inquietações existem porque suas respostas nos dão identidades. Ao saber quem somos ou a qual comunidade, tribo, povo, lugar, pertencemos, encontramos respostas para outras indagações próprias do existir humano: Se pertencço a tal lugar, a tal grupo, sou um deles? O que há de meu ou de nosso em mim? Não raro, essas inquietações humanas despertam em nós um desejo de refazer caminhos, de saber como ou porque nossos lugares surgem, como se constituíram, quais os discursos que co-textualizam seus nomes.

A anseios como esses tentamos responder ao empreender a pesquisa que deu origem a este artigo. Nosso objetivo é compreender

os discursos, e neles, os argumentos que foram utilizados nos processos de destoponimização do Cachimbo Eterno, um lugar pertencente ao município de Luís Gomes-RN, habitado “antigamente, por pessoas muito pobres que cultivavam o habito de fumar cachimbos, sentadas ou acoradas diante de suas casas. Era a rua dos negros fumadores de cachimbo. Daí para Rua do Cachimbo Eterno foi um pulo” (JORGE, 2015, p. 29). Embora o topônimo Cachimbo ainda permaneça ativo no imaginário social do município, ainda circule entre os munícipes quando se referem ao lugar, chamando “a rua do cachimbo”, “o cachimbo eterno” ou simplesmente “o cachimbo”, o lugar sofreu ao longo das últimas décadas, dois processos de destoponimização, aos quais há reações de bastante satisfação e outras de nostalgia, de ruptura de vínculo afetivo e esgarçamento de memórias, contornados pela sumária rejeição aos novos topônimos, com os quais não há identificação.

Ao tratar de topônimos e destoponimização, por exemplo, buscamos a contribuição da toponímia para as análises que ora empreendemos, como campo epistemológico dedicado ao estudo da importância dos nomes atribuídos aos lugares para as relações que as pessoas estabelecem com estes. Com o amparo da toponímia,

seria possível analisar a instituição imaginária de uma sociedade através dos nomes que batizam seus espaços, uma vez que entendemos que, ao tratar da análise dos nomes dos espaços, a toponímia passa a fazer parte da Onomástica – campo da Linguística responsável pelo estudo dos nomes, corporificada pela história, indo muito além das restrições dos estudos dos nomes apenas pela significação etimológica. (BRITO, 2012, p. 19)

Como se pode ver, nessa perspectiva, mais que significação e origem, o nome de um lugar ganha sentidos, vivacidade, torna-se traço constitutivo do lugar e adquire importância nas relações afetivas que as pessoas mantêm com ele, podendo ser determinante para o sentimento de pertencimento, dentre outros que buscamos compreender.

Para consubstanciar essa compreensão, apresentaremos excertos das entrevistas de três colaboradoras de nossa pesquisa, aqui identificadas pelos pseudônimos Arrebol, Aurora e Ventania. Recorremos às suas memórias com o intuito de escrutinar as relações entre suas vivências no Cachimbo Eterno, os estigmas associados a este topônimo e suas identidades. Observamos que as memórias generosamente partilhadas compreendem não somente momentos de convivências sociais, mas revelam intimidades dos interiores dos lares e dos interiores de si mesmas. Algo semelhante ao que Dostoiévski expõe em sua obra *O Homem do Subsolo* (2015), em que trata a intimidade da memória como a essência de quem somos, trabalhando com as profundezas dos desejos íntimos. Assim vista, a memória é um acervo de lembranças que diz sobre quem é o narrador.

Numa conversa que o narrador trava consigo mesmo, ele diz: “devo prevenir-vos de que meu amigo, é uma pessoa coletiva” (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 34). Nesse entendimento, quando falamos de memória e a relacionamos com a identidade, estamos conscientes de que se trata de “uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente” (DELGADO, 2010, p. 09), que é produzida e também produz pessoas múltiplas, às vezes controversas. De forma mais poética, Ecléa Bosi (2016, p. 39) diz, “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”. Ela defende que a memória é um patrimônio subjetivo que retrata apenas uma pequena parte dos acontecimentos de toda uma existência, e que, dependendo do narrador, tais fragmentos podem contribuir para a afirmação de sua identidade ou avivar outras.

Ao passo que não é possível separar o indivíduo de suas memórias, é também difícil para algumas pessoas atravessar a neblina, ou a névoa sob a qual, por vezes, decidem escondê-las. Pensando assim, é compressível que alguém lute contra suas memórias, que tente apagá-las, separando os acontecimentos, afastando imagens guardadas conjuntamente a outras, enlaçadas pelos acontecimentos, seccionadas discursivamente por preferências, por hierarquização de valores. A rejeição em lembrar

pode nos conduzir a acreditar verdadeiramente que algo não aconteceu no passado, em atendimento a interesses do presente.

Por exemplo, Arrebol, que nascera em 1930, fala com orgulho da casa em que mora, construída na década de 1970, por seu esposo já falecido:

Excerto 1

Foi João quem fez essa casa. A primeira da rua com banheiro e eletricidade.

Mas quando lhe perguntamos sobre o nome do lugar em que está edificada sua casa, conhecido como Cachimbo Eterno), ela foi enfática:

Excerto 2

Eu sempre disse que moro na rua Mãe Regina. Nunca morei no Cachimbo. Não gosto desse nome. (grifo nosso)

Tal qual Arrebol que, ao falar sobre sua casa, deixa escapar um dilema vivido entre a afeição pelo lugar constituído da porta para dentro, cenário das vivências familiares íntimas; e o lugar estigmatizado vivenciado da porta para fora, Zygmunt Bauman (2005) revela quão difícil pode ser lidar com as identidades que habitam nossas memórias ao relatar a dificuldade que teve para escolher qual identidade preferia expor em um momento emblemático de sua vida profissional, a ocasião do recebimento do título de doutor *Honoris Causa* que lhe fora oferecido pela Universidade de Praga, na República Checa, Leste Europeu:

Quando chegou a minha vez de receber essa honraria, pediram-me que escolhesse entre os hinos da Grã Bretanha e da Polônia... Bem, não foi fácil encontrar a resposta.

A Grã Bretanha foi o país que escolhi e pelo qual fui escolhido para lecionar, já que eu não poderia permanecer na Polônia, país em que nasci, pois tinham tirado meu direito de ensinar. Mas lá na Grã Bretanha eu era um estrangeiro, um recém chegado – não fazia muito tempo – um refugiado de outro país, um estranho. Depois disso

naturalizei-me britânico, mas, uma vez recém chegado, será possível abandonar essa condição um dia? Eu não tinha a intenção de que me confundissem com um inglês, e meus alunos e colegas jamais tiveram dúvida de que eu era um estrangeiro, mais exatamente um polonês (BAUMAN, 2005, p. 15).

O autor relata que aquela pergunta o arremessou ao interior de si, numa análise que envolvia questões pessoais e profissionais complexas e que exigia uma resposta rápida. Questionou-se sobre qual hino refletiria de fato sua identidade ou seu sentimento de pertencimento. Pensou que, se pedisse o hino polonês, seria um ato de fingimento, posto que já contava mais de três décadas privado de sua cidadania polonesa.

Não havia e havia ao mesmo tempo, sentimentos de pertencimento e não pertencimento aos dois países. Havia transitado por vários países, construído relações de afeto, sofrido rejeição e tudo isso dificultava a escolha. Até que uma voz soprou-lhe sabiamente:

Porque não o hino europeu? Europeu sem dúvida eu era, nunca tinha deixado de ser. Tocar o hino europeu [..], tirava da pauta uma identidade definida em termos de nacionalidade. O tipo de identidade que me foi negado e tornado inacessível". Eu cito esse pequeno episódio porque este reúne, resumidamente, a maioria dos dilemas inquietantes e das escolhas obsedantes que tendem a fazer da identidade um tema de graves preocupações e agitadas controvérsias (BAUMAN, 2005, p. 16).

Disso constatamos que a necessidade de autoidentificação pode se transformar em uma jornada que beira o impossível, mas também pode ser algo surpreendentemente fabuloso. Dependendo de como se busca ou ainda sob quais aspectos ambicionamos tal caminho. Não há apenas uma identidade para um indivíduo, mas várias, daí a dificuldade.

Entre os jovens, ou os mais jovens, é mais comum a inquietude ou a necessidade de se encaixar ou se reconhecer, pertencer ou de deixar

de pertencer a um grupo familiar ou a uma determinada sociedade. Isto por que, “a identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia” (GALEANO, 2002, p. 100). A identidade acompanha o ser humano, vive em construção, exhibe-se na carteira de Identidade e, ao mesmo tempo, na forma como me identifico. Passado e presente se entrelaçando, conscientemente ou não.

Cabe ressaltar que essa permanente construção do ser no agora, transpassado por memórias, situa-se na ordem do discurso. Somos no mundo através do que dizemos, de nós, dos outros e do mundo. Nesse agir e retomar por meio do discurso, emergem sempre nossas lembranças e, para Candau (2016, p. 71), o que existe em nossas lembranças é uma mistura de realidade com ficção. Duas ou mais pessoas enxergam e traduzem o mesmo acontecimento de forma diferente. Ainda que um narrador descreva de forma vívida um determinado acontecimento, essa narrativa nunca será igual à de outro que participou também do fato, viu, viveu e ouviu. Com efeito. Nenhuma narrativa é igual à outra, ainda que lembranças coincidam com as datas do calendário, do ano, da década aproximada.

Cada pessoa vive situações distintas em um mesmo espaço. Isso não significa que haja verdade no relato de memória de apenas uma dessas pessoas ou, que no de nenhuma delas. São experiências únicas, particulares, as quais não podem, nem precisam, ser submetidas ao crivo de uma verdade. Na feira do domingo, se perguntarmos aos seus frequentadores sobre a certeza do dia da semana, todos hão de concordar, é domingo. É uma convenção, portanto admitida como verdade absoluta. Entretanto, no campo das lembranças, memórias e recordações de um entrevistado acerca daquela mesma feira de domingo, este relata a feira que ele vivenciou. É uma memória pontuada pelas coisas com as quais o entrevistado se identificou, que o afetaram. Outras pessoas que tenham ido à mesma feira, naquele mesmo domingo, não necessariamente nos oferecerão relatos iguais, ainda que lhes façamos as mesmas perguntas.

Durante as entrevistas compreensivas sobre o processo de destoponimização do espaço conhecido como Cachimbo Eterno, quando solicitamos que nos relatasse sobre as suas memórias daquele lugar, Aurora disse:

Excerto 3

Eu recordo que fui moradora daqui quando criança. Eu nasci aqui, brinquei e cresci sabendo que aqui era a Rua do Cachimbo. Tinha a história do Cachimbo pegando fogo. E, às vezes, a gente estava na escola e chegava outra pessoa e dizia assim: “Eita, corre que o Cachimbo tá pegando fogo!”. ‘Era’ as mulheres brigando. E a gente corria para saber, justamente, quem eram as moradoras que estavam brigando. Eu acho que tem alguma coisa relacionada ao cachimbo, porque aqui as pessoas fumavam muito cachimbo. E a gente tem na memória que vários moradores daqui fumavam cachimbo, minha avó, meu avô fumava cachimbo. Minha avó Basa era daqui e fumava cachimbo.

Esse excerto é oriundo do início da entrevista concedida por Aurora, um relato sereno e firme, apesar das diversas e intensas emoções reveladas. Ela nasceu e viveu parte de sua vida ali e recorda fatos que explicam o antigo topônimo do lugar e como as pessoas que ali habitam/habitaram se relacionam ou se relacionavam com ele, inclusive sua avó.

Dona Basa é um nome muito recorrente nas histórias orais de Luís Gomes e, tendo sido ela das primeiras moradoras, e cachimbeiras, do Cachimbo Eterno, não havia muito como as memórias de Aurora, de suas vivências de infância naquele lugar, não passarem pela figura de Dona Basa. Já em sua apresentação Aurora diz:

Excerto 4

Eu sou neta de Dona Basa, uma das moradoras mais ‘antiga’ de Luís Gomes. Morreu com 105 anos. Era conhecida como uma das melhores cozinheiras. Minha avó foi cozinheira, professora. Minha avó foi tudo aqui em Luís Gomes.

Era mãe de leite². Minha avó é descendente de escravo. Quando ela chegou aqui, esse povo... Ela disse: "Olhe, esse povo mais rico que mora aqui, 'é tudo' meus filhos. Que antigamente mãe de leite era quem 'dava de mamar'.

A narrativa de Aurora sobre sua avó encontra ecos em outras memórias inscritas no patrimônio oral da história do município, que reconhecem Dona Basa como mulher de grande valor para a sociedade luisgomense porque, além de ter vivido mais de um século, desempenhou naquele lugar atividades edificantes: foi cozinheira, professora e ama de leite. E "a presença da ama de leite na historiografia da infância brasileira no século XIX foi relativamente significativa, pois muitas mulheres negras precisavam sobreviver com o fim da escravidão para criar seus próprios filhos" (GUTIERRES, 2013, p. 14). Aurora acrescenta que

Excerto 5

[...] o pessoal dava o leite da vaca, para ela dar para os filhos dela porque ela tinha oito e ela ia amamentar os filhos deles. Então minha avó passou por esse processo aqui em Luís Gomes [...]. Quando tinha os filhos os seios ficaram fartos de leite, mas os comerciantes, os homens ricos, as famílias ricas da cidade, 'trocava' o leite materno.

Aurora se refere às mulheres da classe social mais abastada da cidade que, ao terem suas crianças, não dispendo de leite próprio, recorriam a Dona Basa para amamentá-las. Como Dona Basa tinha oito filhos, ao trocar seu leite materno por leite de vaca, ela garantia a transformação do alimento que nutriria um filho em alimento suficiente para todos eles.

Nos dias atuais é de amplo conhecimento que o leite materno é o melhor alimento para as crianças em idade de lactação. E, segundo Aurora, naquela época, mesmo num pequeno município

² Ama de leite ou mãe de leite é o nome atribuído à mulher que amamenta criança alheia, encargo comumente dado a escravas, muitas vezes, forçadas a deixar de amamentar seus próprios filhos para que não faltasse leite aos filhos de seus senhores. Após a abolição a prática continuou existindo como atividade de ganho, negras vendiam seu leite ou trocavam por outros alimentos para si e suas famílias.

distante dos grandes centros, sua avó e as pessoas que negociavam o leite com ela já tinham esse conhecimento.

Excerto 6

*Eles sabiam que o leite materno era melhor. Eles já tinham essa consciência. Naquela época eles já tinham essa consciência. Vovó tinha muito leite, então era chamada. Quando tinha uma criança doente, desnutrida, ela era chamada... [para amamentar]. Então vovó foi moradora antiga dessa rua. Acho que uma das primeiras [...], nós moramos aqui, nesta rua. **Eu costumo dizer que aqui foi a rua do sofrimento.** (grifo nosso)*

Aqui nos cabe desconstruir o que pode ser lido como um aparente afastamento do tema e esclarecer que esse trecho das memórias de Aurora, cuja personagem em evidência é na verdade sua avó, tem sua presença justificada nessa análise por ser a avó de Aurora um dos elos simbólicos entre suas próprias vivências naquele lugar e a formação da sua identidade. Para Aurora, as memórias de suas vivências no Cachimbo Eterno coincidem quase que precisamente com as memórias de suas vivências em companhia de sua avó, Dona Basa; bem como fica notória em seu discurso a importância das vivências partilhadas com sua avó naquele lugar de periferia para a formação da sua consciência de mulher negra, empoderada e militante em prol da igualdade de direitos sociais.

Quando a colaboradora encerra o relato de sua memória sobre a atividade de ama de leite exercida por sua avó relacionando a rua a um valor de sofrimento, a nossa inquietação em aprofundar os motivos desta afirmação foi imediata, o que provocamos perguntando onde ficava a casa em que ela viveu³, ao que ela respondeu:

Excerto 7

Ali, onde tinha uma igreja Assembleia de Deus, era depois. E a saída da gente daqui foi muito triste, porque os filhos da minha avó [eram] todos alcoólatras,

³ Dentre as colaboradoras da pesquisa, Aurora é a única que não reside mais na antiga Rua do Cachimbo Eterno. Sua entrevista foi registrada na residência de Arrebol.

inclusive meu pai. E, meu avô era cego. Aí, numa cachaça do meu pai com um tio meu, eles queimaram a casa, queimaram com a gente dentro [...] Foi aí. Minha avó tirou e a gente ficou ali naquela garagem de 'Seu' Antônio Aquino. A gente ficou um mês.

O olhar que Aurora lança ao lugar apontado enquanto fala é impossível de descrever, não encontramos palavras que comportem tal carga dramática. Contudo não havia em sua voz nenhum traço de amargura. A inferência que fizemos da leitura de seu semblante ao nos relatar tal sofrimento foi de que ela estivesse consciente de que o episódio passou; deixou marcas indeléveis, mas a fortaleceu. Na sequência de suas memórias, é novamente a avó quem age para dar fim ao sofrimento.

Excerto 8

[...] a gente ficou vivendo assim, acho que um mês, de doações. As pessoas iam doavam comida... A minha mãe não tinha saúde, era doente, tinha um peito que era muito inchado. E a gente ficou ali, naquela garagem. E eu me lembro de uma pessoa que disse assim: "O cachimbo pegou fogo", na época [...]. Aí a gente saiu daqui, fomos morar de aluguel. Porque a casa da gente mesmo pegou fogo e minha avó vendeu o chão.

A expressão "o Cachimbo pegou fogo", tantas vezes usada conotativamente, para se referir a brigas entre vizinhos ou entre parentes, comuns ao cotidiano do lugar; naquela situação ganhara sentido literal e soava como um escárnio. Mas Aurora lembra, com o semblante carregado de orgulho e de admiração, que aquela era uma história de sobrevivência, norteada por uma resiliência matriarcal que sua avó legou à sua prole.

Excerto 9

Tem a parte boa. E minha avó, acho que foi minha melhor psicóloga, porque minha avó nunca deixou a gente se abater. Nunca deixou a gente se abater. Minha avó ensinou a gente ler, para quando a gente chegar na escola já 'sabe' ler, para professor nenhum, nem menino branco nenhum – ela dizia – passar na nossa frente. Minha avó nunca permitiu que a gente sentasse na segunda

cadeira [da fileira]. Tinha que ser na primeira. No primeiro dia de aula, ela ia com a gente e ela chegava e sentava na primeira cadeira: “é a sua cadeira”.

Ressalte-se que estamos seguindo o fluxo narrativo de Aurora, mas cientes de que o encadeamento na apresentação das memórias não corresponde obrigatoriamente ao encadeamento cronológico dos acontecimentos. Por exemplo, o excerto acima e outros que seguem nos levam de volta a uma infância mais tenra. O tempo, cronológico ou não, pertence ao narrador, que recorda ou se sente mais confortável em narrar os acontecimentos vividos, assistidos ou recontados em sua própria lógica de entendimento, respeitando a ordem emitida pela memória.

De fato, o ato de memória que se dá a ver nas narrativas de vida ou nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especialmente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido como supunha Maget, mas o que fica do vivido. (CANDAU, 2016. P. 71)

Para Candau (2016), o respeito ao tempo é muito importante, pois permite ao narrador um distanciamento. Em outras palavras, o passar dos anos ou das décadas permite o amadurecimento da pessoa, permite que ela veja suas memórias com mais ou com menos afetação. E isso interfere na narrativa, na forma como a história será contada. Permitindo ou ocultando detalhes. Reconstruindo ou elucidando a apresentação que faz de si e dos outros.

Esse excerto 7 reforça a conexão da qual já falamos entre a condição de vida experimentada por Dona Basa e materializada no Cachimbo Eterno e a influência disso sobre seu comportamento perante seus descendentes, sua preocupação em construí-los para outra condição de vida. Consciente das dificuldades concernentes à condição que a cor da pele conferia aos seus descendentes, naquela época ela já os ensinava a não se deixarem tratar diferentemente por tal condição. Ao ensinar a Aurora e a todos os seus filhos, netos e bisnetos, que eles tinham os mesmos direitos que os outros seres humanos, ela os preparava para o

enfrentamento de um dos maiores flagelos da humanidade, o preconceito e toda a carga de dificuldades que sofreriam pelo simples fato de terem nascidos negros.

Sabendo da necessidade de compensar tantas outras desvantagens que a sociedade lhes impunha, Dona Basa exigia de seus descendentes que ocupassem a melhor posição dentre as cadeiras dispostas na sala de aula, a da frente, a que fica mais perto do professor e, por conseguinte, é o melhor lugar para se ouvir as explicações, para não perderem o aprendizado. E o empoderamento continuava para além dos muros da escola:

Excerto 10

Minha avó ensinou isso a gente. Naquela época, tinha o Coral, que só tinha menino da classe média-alta, mas a gente tinha que estar lá, porque minha avó queria a inclusão da gente. E a gente estava lá. Nem que passasse a noite todinha nua para ela lavar roupa, para no outro dia a roupa 'tá' lavada, passada, para a gente ir para as reuniões, para fazer parte do Coral Infantil, porque quem não fizesse parte desse Coral não era da sociedade e nós éramos da sociedade.

Aqui observamos o seguinte raciocínio, não bastava frequentar o mesmo colégio, não bastava sentar na cadeira da frente. Para enfrentar a vida de dificuldades que cercava os mais pobres e os negros, era preciso circular, fazer parte da vida cultural destinada aos descendentes daquele mesmo povo com o qual a avó negociou seu precioso leite, o mesmo povo que se servia de seus dotes culinários e da bravura de seu espírito de luta e resistência.

Excerto 11

Ela nunca deixou a gente ficar atrás, devido à cor da gente, pela cor da pele. Minha avó sempre botou na cabeça da gente que nós 'era' igual a qualquer pessoa, e assim eu cresci, e assim eu sou. (grifo nosso)

Nesse sentido, participar do Coral Infantil não era um capricho, mas uma necessidade. E não importava se para atendê-la seria preciso lavar a única roupa adequada durante a noite para

poder usá-la novamente no dia seguinte, se isso custaria mais trabalho diário. O Coral era o sedimento no qual se apoiava o argumento de que pretos, pardos e brancos podem compartilhar o mesmo espaço, devem ser tratados igualmente e de que, se não houvesse esse tratamento, seus descendentes não deixassem por menos, tomassem seus lugares na primeira fila.

Como anteriormente dito, cada indivíduo processa e guarda memórias singulares de um mesmo acontecimento. Alguns podem esquecer partes ou por inteiro, outros recordam na íntegra, mas todos estarão, em alguma medida, apresentando leituras dele e não o próprio acontecimento, influenciadas por outros acontecimentos que o sucederam, pelo tempo, pelos itens de recordação que puderem ser guardados e revistos como: fotografias, objetos pessoais, roupas, cartas, casas, músicas, perfumes, dentre outras muitas situações que podem ajudar a preservar uma memória por um tempo imensurável.

Vejamos o que a colaboradora Ventania guardou em sua memória sobre sua infância vivida na mesma época que Aurora, no mesmo Cachimbo Eterno:

Excerto 12

Feliz. Eu era muito feliz. Vivia correndo no meio da rua, caçando... Cada correia da sandália era um prego. Mas feliz da vida. Tinha delas [sandálias], que parecia uma roçadeira, tinha só 'uma banda'. Vivia eu e meus amigos todos... a gente vivia correndo, brincando da Manja, de Terezinha de Jesus. Era uma infância belíssima, não era como essa infância de hoje. Nós 'ia' deixar o almoço na roça. E, no caminho, aqui, acolá, dava vontade da gente tirar um pedacinho do filé, sabe? – que naquele tempo era toucinho. Ave Maria! Quem comesse um pedaço de carne era rico. Era toucinho. Mas eu era a mais esperta 'de tudo'. Eu dividia, 'num sabe'? Eu tirava só um 'taco' e colocava lá [no] fundinho. Por que ia contado, dois para cada um. E eu sempre fui arteira. Então era assim. (grifo nosso)

Ventania traz um sorriso permanente impresso no rosto, uma expressão facial de alegria, os olhos brilhantes e causa uma impressão, ao vê-la discorrer sobre seu passado no Cachimbo

Eterno, de que ela pode alçar voo a qualquer momento. É o que se costuma chamar de uma pessoa leve, orgulhosa da cor negra de sua pele, orgulhosa de seus ancestrais, assim como das peraltices que fez na época a que suas lembranças a fazem retornar.

Pela proximidade da época, é provável que ela tenha dividido o mesmo espaço e o mesmo tempo histórico o qual Aurora nos relatou, contudo seu relato é todo permeado de felicidade. Não pela ausência de dificuldades em suas vivências, mas pela forma idílica como estas entraram em suas memórias e compuseram sua(s) identidade(s). Ainda que suas sandálias não fossem as melhores, ela as descreve com poesia. A mesma poesia está presente nas brincadeiras de criança, nas cantigas de roda, e nas travessuras de afanar um pedaço do “filé” do almoço de algum irmão. Ao utilizar a palavra “filé” para se reportar a um pedaço de gordura, Ventania demonstra que pertence ao grupo das pessoas que sempre veem o copo mais cheio, e que acreditam que a vida, por mais difícil que seja, pode ser sublimada.

Quando assim a descrevemos, entretanto, não estamos hierarquizando, sob qualquer aspecto, as lembranças de Aurora e as de Ventania, sobretudo porque não cabe em nossos propósitos acadêmicos aqui materializados. Interessam-nos valores e hierarquias de valores que possam estar presentes nas argumentações por elas estruturadas, presentes nas entrevistas que nos concederam.

O que observamos na distinção entre as memórias é a forma como, na construção das identidades de ambas as colaboradoras, forjou-se um espírito de luta e de resistência, ainda que tenham trilhado caminhos diferentes, ainda que tenham sofrido, devido às peles negras de ambas, tratamento diferenciado, ou sido submetidas ao preconceito tão comum em nosso país desde o período colonial.

Excerto 13

[...] naquele tempo, tinha bastante manga, caju... Noite de São João?! Menina, era uma época... A época mais feliz da nossa vida. Todas as casas ‘tinha’ bastante pamonha, milho cozinhado, canjica... E nós ficávamos nas fogueiras. Não tinha uma casa, Wilca, dessa rua, que não fizesse fogueira. E todos os

vizinhos 'compartilhava'. Não tinha mesa – 'pra' você ter ideia –, era na esteira. Ninguém tinha calçada, era chão puro. E cada um trazia uma esteira, e cada um trazia uma 'arupemba' e cuia, que não tinha alguidar. Não era como hoje: travessa, essas coisas... Não, era tudo aí. Outros já 'trazia os milho' nos sacos. Os espetos 'era' só uns 'pedacinho' de ferro, vara. E a agente ficava comendo milho assado, uns cozinhado, canjica, bastante pamonha... E andando, brincando. A gente tinha tanto do padrinho, que era três horas dando a bênção. 'Padim' de fogueira. Os vizinhos 'tudo', sabe? Eu 'mesmo' já começava da primeira casa: A bênção padrinho?! A bênção, madrinha?! (risos), E já ficava com a mão [estendida], porque até na última casa era 'padim'.

As memórias sobre um tempo no qual as pessoas de todo o Cachimbo Eterno se confraternizavam, compartilhavam tudo o que tinham, especialmente a alimentação, é uma das marcas na fala de Ventania. Ela sempre se reporta ao sentimento de união. Apesar da palavra “união” não aparecer, ela é muito bem representada em todas as falas, como no excerto seguinte:

Excerto 14

Era amigável. Apesar de que, 'pra' você ter ideia [de] como nós 'era' tão amigável, que ninguém, ninguém, nem de outras ruas e nem do meu setor, se formou em nada, apesar de nós não 'perder' um dia de aula. Porque, se perdesse, apanhava. Então, nós 'ia' mesmo era pra brincar, se divertir e merendar. Então ninguém, naquela época, se formou em nada, como hoje o pessoal se forma. Ninguém. Eu vim terminar os estudos já mãe de família [...], porque na época a gente só levava o tempo em brincar. Era amigável. E as nossas brincadeiras era... ninguém... 'num' tinha esse negócio de bater, de 'tirar uma' com um, era brincadeira mesmo. Olhava um pro outro [e] todo mundo começava a rir, e um ia rindo, o outro ia rindo. Perguntava: de quê? Voltava todo mundo rindo. E nessa brincadeira, escondia o lápis de um, de outro... Era uma infância... Nossa! Eu gostaria se... que fosse naquele tempo... que a gente pudesse filmar, como hoje, pra você ver como nós 'era' feliz. Todo mundo: uns de pé descalço, outros de cabelo assanhado, todo mundo sujo, ninguém tinha... Era muito 'bom' nossa vida.

O Cachimbo Eterno vivenciado por Ventania em sua infância, claramente não é o “lugar de sofrimento” onde foi vivida a infância

de Aurora. Apesar dos também muito poucos recursos da família de Ventania que, ao mudar-se para o Cachimbo, morou por certo tempo num único vão erguido em taipa e fechado com uma porta escorada com uma lata cheia de pedras, as memórias de Ventania revelam um Cachimbo Eterno de uma fartura nascida da comunhão, da fraternidade simbolizada nas bênçãos dos vários padrinhos aos filhos de seus vizinhos, com quem partilhavam o pouco que tinham com alegria. Havia amizade, coleguismo, camaradagem, parceria. As condições precárias de vida e as carências lhes irmanavam de tal maneira que os fazia fortes, animados por uma esperança conjunta.

Outro aspecto marcante em memórias de infância que se distingue fortemente entre Ventania e Aurora advém das perspectivas por que tomam suas relações com a escola. Se para uma, desde a infância, ir à escola era algo sério, solene, um ato político, a ocupação de um espaço social privilegiado e, ao mesmo tempo, a busca por conhecimento, compreendido como elemento de transformação de seu destino; para a outra sequer havia uma coincidência precisa de sentido entre ir à escola e frequentar as aulas. Para Ventania, ir à escola era uma obrigação, suavizada pelas brincadeiras nos trajetos de idas e voltas e pelos sabores da merenda. Há que se ressaltar que os resultados das trajetórias de formação de ambas são coerentes com esta visão orientada ou permitida na infância.

Outro destaque relevante da fala de Ventania é sua referência ao Cachimbo como um “setor”, uma unidade territorial vista com maior amplitude e autonomia que uma rua pertencente ao bairro, à cidade, é um lugar propriamente, com dinâmica social própria.

O lugar das vivências e os lugares da argumentação

A apreensão do lugar se estabelece como significativo, pois, notadamente distinta nos discursos das três colaboradoras, é reveladora de como as vivências nele, constituíram, não só as memórias das três informantes, mas suas identidades. Pensando as

hierarquias de valores apresentadas nas argumentações presentes em cada um dos três discursos a partir de lugares da quantidade, podemos observar vieses bastante diferentes.

Arrebol, a mais idosa das três e única dentre elas cujo fenótipo não inclui pele negra, que já adulta, casada e constituindo sua família, chegou para morar no Cachimbo Eterno, vinda da zona rural e buscando na zona urbana um terreno acessível para as posses de seu esposo, encontrou ali um lugar estigmatizado como reduto de pobres, predominantemente negros, e cachimbeiros. É, claramente, a partir desse estigma que se estabelece sua relação com o lugar, o qual demarcou, como já dissemos, em dois: o seu lar, o interior de se sua casa, guardada na memória com valores positivos hierarquizados por lugares de ordem precedente, “a primeira da rua a ter banheiro e eletricidade”, “a que, desde a construção, nunca foi de taipa”; e a rua, com a qual ela escolhe não guardar relações na memória, anteriores à mudança do topônimo Cachimbo Eterno para Mãe Regina.

Essa absoluta rejeição fica evidente ao dizer “Eu sempre disse que moro na rua Mãe Regina. Nunca morei no Cachimbo. Não gosto desse nome”, mesmo sabendo que, entre a data revelada de sua chegada àquele lugar e a referida mudança de topônimo, passaram-se algumas décadas e que, mesmo na atualidade, os dois topônimos ainda são concorrentes ativos no imaginário social luisgomense.

Aurora, que chega a definir o Cachimbo Eterno como “a rua do sofrimento”, traz na identidade revelada em seu discurso as marcas da estigmatização sumariamente rejeitada por Arrebol. No entanto, a absorção do olhar social de sua avó, que parecia fazer uma leitura da condição suburbana daquele lugar como denotativa de faltas, de ausências, de carências, num contraponto com a região mais central da cidade, esta sendo o lugar das abundâncias, trouxera-lhe mais motivação do que traumas. Problematicado numa perspectiva hierárquica entre o lugar com mais e o lugar com menos, o Cachimbo tornou-se o lugar (mais social que geográfico) a deixar, forjou a mulher negra militante, politicamente engajada

que Aurora é hoje, fazendo jus à memória de sua avó, perpetuada parcialmente em si mesma.

Já para Ventania a percepção do Cachimbo como um “setor”, não como apenas uma rua, revela a autonomia por ela conferida àquele que se constituiu o seu universo, palavra a que recorremos por acreditar que melhor comporta a amplitude por ela conferida ao lugar em suas memórias. O posicionamento de Ventania é intransitivo: “Feliz. Eu era muito feliz”. A relação evocada é de um valor absoluto e, apesar de tão abstrato quanto a rejeição de Arrebol e o sofrimento de Aurora, diametralmente oposto do ponto de vista semântico. A maneira como se recorda do Cachimbo remete a uma percepção que o separa do restante da cidade, como dois lugares quase estanques, entre os quais o trânsito se dava somente pela necessidade de frequentar a escola.

Ventania guarda na memória e somatizou na identidade um Cachimbo ensimesmado, onde as carências irmanavam e fortaleciam laços capazes de produzir fartura, mesmo que os insumos fossem poucos. Era um lugar farto do que realmente lhe importava e de onde não fazia questão de sair, pois fora dali o ambiente era outro, menos prazeroso, menos afetivo. O valor atribuído no discurso de Ventania sobre o Cachimbo ancora-se num lugar da quantidade, pela fartura – era onde, de tudo o que importava, havia muito a compartilhar; mas também num lugar da essência, lá era bom. Talvez isso justifique sua clara falta de preocupação em ocupar espaços fora dali, valorizados fora dali, alcançados, por exemplo, por via da educação formal, o que fica evidente na maneira como se lembra de sua fase escolar e na justificativa apresentada pela falta de prosseguimento nos estudos: “nós ‘era’ tão amigável que ninguém, ninguém, nem de outras ruas e nem do meu setor, se formou em nada – apesar de [não] perder um dia de aula, porque, se perdesse, apanhava”.

A visão saudosista de Ventania sobre sua infância no Cachimbo eterno, os valores e lugares evocados no retorno a essas memórias, explica em muito o ar leve e, por vezes, pueril como se expressa, chega a nos lembrar conceitos e valores românticos como

o *fugere urbem* ou o mito do bom selvagem, o que ganha síntese clara na fala com que encerra um dos momentos de sua entrevista: “Era uma infância... Nossa, eu gostaria de que fosse naquele tempo... a gente pudesse filmar, como hoje, para você ver como ‘nós era’ feliz! Todo mundo de pé descalço, de cabelo assanhado. Todo mundo sujo, ninguém tinha... Era muito ‘bom’ nossa vida”.

Considerações finais

Consideremos, de antemão, que as considerações aqui postas são ditas finais apenas por encaminhamento metodológico, tendo em vista que nos é claro que o tema é fértil e inesgotável, especialmente numa produção de curto fôlego como esta, e que, como alertamos de início, este texto é parte de outro mais complexo, cuja produção ainda segue em desenvolvimento.

Isso posto, a análise a que nos propusemos, demonstrou que há, de fato, relações de interdependência entre memórias, sobretudo aquelas oriundas de vivências em lugares (TUAN, 2013), e a (re)construção de identidade(s). Observadas as memórias de vivências no Cachimbo Eterno, Luís Gomes-RN, a que tivemos acesso, restou bastante claro que a maneira como cada uma das colaboradoras interagiu como o lugar resultou em traços de suas identidades refletidos em seus discursos.

Também restou perceptível como na construção de tais discursos houve uma hierarquização dos valores evocados em suas argumentações, demarcada a partir de lugares, especialmente lugares da quantidade.

Podemos considerar ainda que pessoas que comportam memórias cujo conteúdo lhes é excessivamente sensível, ou por demais difícil de ser discursivizado – como foi o caso de Arrebol –, por vezes preferem não falar sobre o assunto ou sobre determinado período, como subterfúgio para se protegerem. O caminho da descoberta de quem somos não constitui tarefa fácil, há pessoas que preferem esquecer ou acreditar que esqueceram determinadas

lembranças. Mas há também os que não conseguem, de modo algum, livrar-se do que na memória preservou.

Assim, o que percebemos ao final desta análise é que, apesar do processo de (des/re)toponimização por meio do qual aquele lugar foi desmembrado e teve atribuídos os novos nomes de Rua Mãe Regina e Rua Raimundo Libâneo, no imaginário social de Luís Gomes o Cachimbo ainda é eterno. E se na memória de Arrebol o Cachimbo precisava ser apagado, pois era o lugar da fumaça que lhe fedia; Se para Aurora foi lugar de fogo, onde seu lar foi queimado, destruído; para Ventania era lugar de fogo brando, brasa viva, que assava milho, clareava as noites e aquecia os corações. As vivências fazem do espaço um lugar, erigem valores, constituem identidades.

Referências

BAKHTIN, M. Por uma metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, M. *Notas sobre literatura cultura e ciências humanas*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2007.

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRITO, A. D. da S. *Em nomes dos interesses: imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República*. 2012, 264f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CANDAU, J. *Memória e Identidade*. 1ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

- DOSTOIÉVSKI, F. *Memórias do Subsolo*. 6ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.
- DELGADO, L. A. N. *História Oral: memória, tempo, identidades*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- GALEANO, E. *O livro dos Abraços*. 9ª edição. Porto Alegre: LPM, 2002.
- GUTIERRES, D. V. G. *No colo da ama de leite: a prática cultural da amamentação e dos cuidados das crianças na Província do Grão-Pará no século XIX*. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará – UFPA. 2013.
- KAUFMANN, J. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.
- NEPOMUCENO, E. *Ser como Somos: entrevista com Eduardo Galeano*. Revista Memorial da América Latina. nº 52. 1º Semestre. Fundação Memorial. ISSN 0103-6777. Secretaria do Estado da Cultura. São Paulo. 2015
- PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortês, 2012.
- VOLOCHINOV, V. N. A palavra e sua função social. In: VOLOCHINOV, V. N. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.
- TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.

8

Ocultos naqueles quintais, cultos, rezas, rituais: as identidades quase secretas dos terreiros de Umbanda de Pau dos Ferros-RN

Leonardo Mendes Álvares

Introdução

Este texto é uma peça discursiva do mosaico cultural para cuja montagem vimos contribuindo no decurso da pesquisa que subsidia nosso curso de doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – PPGL/UERN, inscrita mais especificamente na linha de pesquisa Discurso, Memória e Identidade. A pesquisa desenvolve-se tendo como eixo teórico-metodológico central os postulados da Nova Retórica (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996), naturalmente com inúmeras contribuições teóricas, das quais se pode destacar Bakhtin (2007); e metodológicas, como Kaufmann (2013).

O objetivo principal é o de compreender os discursos que compõem as identidades das comunidades de terreiros da cidade de Pau dos Ferros-RN¹, o que vimos fazendo por meio de uma abordagem qualitativa de análise, cujos indícios têm se

¹ Pau dos Ferros é a principal cidade da microrregião do Alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, situado no Nordeste brasileiro. Localiza-se 389 quilômetros distante da capital Natal, registra, conforme o último censo, uma população de 27.745 habitantes (IBGE, 2010) e destaca-se como polo de produção científica, congregando pesquisadores dos Estados do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco em três Programas de Mestrado acadêmico e o único de Doutorado num raio regional bastante abrangente.

materializado em um *corpus* composto por 14 (quatorze) entrevistas a membros de 4 (quatro) comunidades de terreiros em atividade no município, bem como em notas de um diário de campo, registradas a partir de vivências orientadas por princípios da observação participante.

Desse *corpus*, selecionamos para a análise ora empreendida excertos das entrevistas concedidas pel(a/o)s líderes dos terreiros, dos quais podemos obter traços reveladores das identidades de tais instituições, observando o que há de peculiar a cada uma delas e o que pode caracterizar a(s) comunidade(s) de Umbanda do município.

Antes daqueles, outros quintais

Num país miscigenado como é o Brasil, cuja formação do povo, conforme a história oficial ainda reproduzida em muitas escolas, dá-se pelo “encontro” de três matrizes étnico-culturais, os diversos sincretismos culturais e religiosos deveriam ser percebidos com muita naturalidade. Mas o que se observa nas convivências sociais estabelecidas, desde as mais cosmopolitas megalópoles brasileiras aos mais bucólicos rincões deste país, é o contrário disso. O mais comum no comportamento social brasileiro é um uma rejeição quase que naturalizada àquilo com que não se tenha identificação. E esse comportamento torna-se tanto mais evidente quanto mais seja caro ao indivíduo o *valor* em questão.

Ressalve-se que referimo-nos a *valor* sob a perspectiva argumentativa, conforme proposto por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 84 – 85), para quem “os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações. [...] Recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”. Ainda de acordo com eles, se “inseridos num sistema de crenças, que se pretende valorizar aos olhos de todos, alguns valores podem ser tratados como fatos ou verdades” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 85).

Nessa perspectiva de compreensão, todo e qualquer discurso tem natureza argumentativa. Ou, de acordo com Álvares e Freitas (2018, p.13), o que revela “um olhar mais acurado, que se volte a qualquer dos períodos da história humana, registrada em livros dos mais variados campos do conhecimento, é que se argumenta desde sempre, sobre e para tudo”.

E sabendo que argumentar implica necessariamente a assunção de um posicionamento, ressalve-se que não compactuamos com a perpetuação dessa versão propositadamente “equivocada” da formação do que hoje se compreende ser o povo brasileiro a partir de três matrizes étnico-culturais. Faz-se a cada dia mais imperativo esclarecer que, ao chegar às terras hoje tratadas como brasileiras, os invasores portugueses, injustamente chamados de descobridores, não encontraram aqui um único povo, mas vários povos nativos, com culturas e, portanto, línguas, religiosidades, hábitos alimentares e organizações sociais distintas. É imperativo que essa mesma reparação seja feita aos africanos, habitantes de um continente imenso, organizados em sociedades complexas, também com grande diversidade cultural, mas habitualmente ainda tratados em muitos livros escolares sob o rótulo singularizante de “o negro”.

A maneira reducionista, simplificadora, de referência aos africanos expatriados e aos povos nativos, utilizada nos materiais didáticos, serve desde muitos anos ao propósito de naturalizar e perpetuar a dominação cultural eurocêntrica, por via da qual os herdeiros dos privilégios cortesãos continuam se beneficiando da usurpação de territórios, patrimônios, conhecimentos, da força de trabalho e dos bens culturais pertencentes aos inúmeros povos por eles dizimados e/ou escravizados. Essa redução, feita por via do apagamento da diversidade inscrita nos agrupamentos dominados, expropriados de todas as suas riquezas, com vistas a fazer com esses povos pareçam ter importância menor que a dos invasores, embora seja, talvez, a mais institucionalizada das estratégias de perpetuação da dominação exercida pelo grupo usurpador, não é a única.

Sobre a diversidade dos componentes envolvidos na formação do que hoje compreendemos ser o povo brasileiro, é preciso ressaltar sempre que, tal qual a multiplicidade dos nativos nossos ancestrais,

a africanidade dessas composições é multiétnica e referendada no território cultural brasileiro. O pertencimento é reafirmado como resultante de um hibridismo cultural, transposto para o campo das práticas ritualísticas e sentimentos de pertença, alicerçado numa memória individual e coletiva das diversas matrizes que compuseram a tradição. (SOARES, 2015, p.120 – 121)

Entretanto, no cotidiano há diversas práticas socialmente naturalizadas, cujo mote é o de desmerecer traços culturais que resgatem as origens africanas e/ou ameríndias de nosso povo. Indubitavelmente, dentre os mais recorrentes alvos dessa depreciação figuram as práticas religiosas de matrizes africanas e/ou ameríndias. É corriqueiro, ainda hoje, praticantes de religiosidades de terreiros – como são tratadas coletivamente as diversas vertentes religiosas de matrizes africanas e ameríndias – sofrerem racismo religioso, sendo discriminados por traços identitários, como vestimentas, comportamentos, hábitos linguísticos ou alimentares. Esses atos racistas vão de insultos a agressões físicas e isso faz com que, muitas vezes, membros de terreiros busquem ocultar as suas práticas religiosas, como forma de fugir dos constrangimentos públicos.

No tocante a isso, atravessamos um momento histórico bastante controverso: após acumular significativas evoluções, conquistadas em pouco mais de uma década, sobretudo pela obtenção de instrumentos jurídicos que podem, a médio e longo prazo, auxiliar na reparação de incalculáveis perdas sofridas ao longo últimos séculos – como é o caso da lei 11.645/08, a qual torna obrigatório o ensino de História da África, Cultura Afrobrasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino públicos e privados de todo o país; vemos, nos últimos cinco anos, um processo de célere

involução, promovida por um crescente movimento de incitação ao ódio contra as heranças culturais de matrizes africanas e ameríndias, que não raro tem levado à violência física praticada contra religiosos de terreiros e/ou contra os próprios terreiros, resultando em mortes de pessoas e destruição de elementos e espaços sagrados.

Contudo, é preciso esclarecer que, conforme registra inclusive a história oficial, esse movimento é cíclico em nossa sociedade, em nossa frágil democracia. Todas as vezes que um grupo mais centralizador consegue assumir o poder político, a estratégia de manutenção do controle deste poder perpassa a tentativa de uniformização das ideias, dos comportamentos, das crenças... uma espécie de eugenia proposta pela conversão, ou imposta pela força, se necessário. Há quase um século, na década de 1930, o Estado deu início a um processo de perseguição aos cultos afro-brasileiros, alegando que estes perturbavam a ordem e os bons costumes da sociedade brasileira e, mesmo após a redemocratização ocorrida na década de 50, esses cultos continuaram marginalizados até a atualidade (NEGRÃO, 1996). Ainda na segunda metade do século XX, os praticantes de cultos de terreiros eram obrigados a prestar satisfações de suas atividades religiosas ao Estado e a polícia, que não raro ainda invadia e destruía terreiros e prendia sacerdotes, por interesses políticos ocultos sob a capa de certos livros sagrados.

A resistência tornou-se assim um valor cultivado e cultuado nos terreiros. E, se em muitos momentos resistir requeria um exercício constante de enfrentamento, em outros consiste em ocultar(-se), aprendizados obtidos da fonte sagrada dos conhecimentos praticados e ensinados nos terreiros, a natureza. Afinal, a forma mais inteligente de lutar envolve tirar o melhor proveito das armas que se tem em cada momento – se o inimigo é um rinoceronte e você também, enfrentá-lo pode ser a melhor saída; contudo, se você é uma gazela, talvez seja melhor correr; se for um camaleão, camuflar-se.

Tornar-se socialmente invisível foi uma estratégia de sobrevivência adotada por muitos terreiros, desde muito tempo,

para garantia da sobrevivência física às violências praticadas pelos dominantes e também da sobrevivência dos cacos das diversas culturas africanas e ameríndias esfaceladas pela sanha de usurpação dos dominadores europeus. Tal estratégia materializou-se sob muitas formas, dentre as quais, o sincretismo, registrado por olhares românticos, que em nada refletem as violências de que decorreram conversões de negros e índios ao cristianismo. Assim como é representada também de forma romanceada, cercada de paixões avassaladoras, uma miscigenação genética que na verdade resultou, em larga maioria, de violentos estupros praticados contra negras e índias.

Contudo, tanto as religiosidades ameríndias, quanto as africanas, confrontadas com o catolicismo português, diferentemente deste último, estavam fundadas sobre costumes inclusivos, de absorção, além de terem práticas tradicionalistas e ancestralistas. Por isso, uma vez internalizado um costume, ainda que compulsoriamente incrustado à tradição, ele não é mais abolido, passa a servir de testemunho dos sofrimentos vividos pelos ancestrais da comunidade, ao longo da construção daquela tradição, para que esta nunca se afaste da consciência de suas origens. De um processo dessa natureza resultou a Umbanda, religião brasileira, nascida do sincretismo de culturas africanas, ameríndias e cristã católica, a partir da diáspora produzida pelo tráfico humano de africanos para as Américas, realizado pelos invasores portugueses, com fins escravagistas.

Sobre o “surgimento” da Umbanda, faz-se mister registrar que tratar deste tema não é tratar de um processo, mas de dois: o surgimento de fato, o processo sócio-religioso de sincretismos iniciados juntamente como o tráfico de africanos para o Brasil, dos quais resulta uma religião afro-ameríndia perpassada por incrustações cristãs; e um evento adotado para servir de marco de fundação da religião numa narrativa eurocêntrica vestida de verde e amarelo. Esta narrativa dá conta de uma Umbanda propositadamente “embranquecida”

nascida no Rio de Janeiro do contato do candomblé com o kardecismo, profundamente influenciada pela moralidade cristã já incorporada pelos espíritas, [que] veio, em oposição ao candomblé como religião de populações negras, a se firmar como religião para todos, sem limites de raça, cor, geografia, origem social. Enquanto o candomblé continuava como expressão de uma sociedade de molde estamental, escravocrata na origem, a umbanda espalhou-se como a religião brasileira para a sociedade de classes, industrializada, urbanizada, de intensa mobilidade geográfica e social. A umbanda, ao se fazer como religião independente, adotou o uso da língua portuguesa, abandonou o sacrifício ritual de sangue e a iniciação sacerdotal com reclusão e mortificação, deixou de lado o oráculo do candomblé (especialmente o jogo de búzios) que dá ao chefe do grupo de culto a prerrogativa de decifração do destino e dos males e oportunidades da pessoa; incorporou do kardecismo a noção básica da caridade, que deslocou o eixo do culto para a prática da cura através da intervenção dos espíritos desencarnados ou encantados, no rito do transe, reduzindo a importância dos orixás e minando a estrutura rígida da autoridade centrada na mãe ou pai-de-santo que caracteriza o candomblé. (PRANDI, 1990, p. 18)

Além da Umbanda e do candomblé, decorrentes desse mesmo processo sincrético, originaram-se outras religiões brasileiras identificadas com as matrizes africanas e ameríndias, dentre as quais figuram, por exemplo, o Batuque, a Jurema e o Catimbó. Todas essas vertentes religiosas têm, entre outras coincidências, o espaço sagrado denominado de terreiro, em alusão à memória de ancestrais que viveram o cativeiro da escravidão e que tinham eventualmente nos terreiros das casas grandes das fazendas alguns poucos momentos de liberdade vigiada, nos quais podiam reunir seus cacos culturais, restaurando momentaneamente o sentimento de comunidade, com os irmãos de fé e com o sagrado. A narrativa eurocêntrica criada para o surgimento da Umbanda que a coloca quase como dissidente do Kardecismo, busca afastá-la dessa sua ancestralidade negra.

Nos quintais de Pau dos Ferros-RN: identidade(s), fé; e terreiros?

De acordo com o protocolo metodológico que orienta a nossa pesquisa, o primeiro passo consistia em identificar os terreiros existentes no município de Pau dos Ferros-RN, localizá-los e realizar um primeiro contato com seus/suas líderes, verificando a viabilidade de tê-(las/los) como informantes. Cumprir esse primeiro passo, sobretudo localizar o primeiro terreiro contatado, talvez tenha sido a fase mais angustiante de todo o trabalho e já trouxe duas revelações significativas: a primeira de ordem mais geográfica, ou socioeconômica; a segunda de ordem mais propriamente identitária.

Ao primeiro olhar, os terreiros eram invisíveis na cidade. Foram necessários vários contatos com munícipes de diferentes idades, relacionados a atividades sociais também diversas, até que encontrássemos uma pessoa vinculada a um dos tais grupos religiosos, por meio de quem chegamos à primeira líder, a qual nos indicou como encontrar as/os demais. A partir daí, empreendemos as visitas *in loco* e observamos que as localizações dos terreiros em atividade na cidade, replicando uma tendência muito comum no Brasil, assentam-se, prioritariamente, nas áreas limítrofes do núcleo urbano, nas periferias, à exceção de um, que à época estava instalado, provisoriamente, num imóvel cedido em empréstimo, num bairro mais central, mas fora fundado também num bairro periférico, para o qual já retornou.

Realidades semelhantes são encontramos nos trabalhos de pesquisadores dedicados a estudos correlatos, assentados em diversas cidades brasileiras. Analisando a cidade de São Paulo, por exemplo, Franco (2010) afirma que no Brasil o quadro de invisibilidade social, e conseqüentemente urbanística, em que se inscrevem os terreiros estaria relacionado ao fato de que, até o começo do século XX, as religiões afro-brasileiras sequer foram reconhecidas como religião, sendo consideradas práticas de curandeirismo ou expressões folclóricas. Disso decorreriam ações de repressão, perseguição, discriminação, preconceito e

intolerância, por parte do Estado, de religiosos de crenças divergentes e da sociedade em geral.

Sob o aspecto mais identitário, observamos que todos os quatro terreiros funcionam em edificações alocadas nos quintais das moradias de seus sacerdotes ou de algum familiar destes, ocultos por trás de residências, e não contam com nenhuma representação s3gnica que, vista da rua, identifique que naquele lugar há um templo religioso, nenhuma placa, nenhum objeto sagrado pertinente aos cultos ali praticados, nada. E, mesmo oralmente, n3o h3 nomes institucionais que circulem nas comunidades, nelas os terreiros s3o referidos como “a casa de...” seus/suas l3deres. Essa tamb3m 3 uma caracter3stica que nossos estudos t3m mostrado recorrentes.

Quase nunca o terreiro 3 um edif3cio constru3do especifica e exclusivamente para esse fim. Na maioria dos casos 3 a adapta3o ou o aproveitamento de um espa3o na casa do pai ou da m3e de santo: uma constru3o no jardim, a amplia3o de uma garagem, a adapta3o de um quarto. O terreiro 3 pois, em geral a casa de seu chefe, n3o tanto porque ele mora no terreiro mas porque transformou sua casa em terreiro. (BRUMANA e MART3NEZ, 1991, p. 119)

Tal condi3o identit3ria das quatro institui3o3es, desvelada j3 no primeiro contato, viria a se desdobrar em aspectos bastante significativos, aos quais acessamos pelas entrevistas concedidas por seus/suas l3deres.

Dos quatro terreiros, o primeiro que visitamos 3 conduzido por uma m3e de santo a quem trataremos por S1 (sacerdotisa 1); o segundo tem 3 frente de seus ritos tamb3m uma m3e de santo, S2; o terceiro 3 gerido, em parceria, por uma m3e de santo e um pai de santo – seu filho biol3gico –, aqui tratados, respectivamente, por S3 e S4; e o quarto 3 liderado por um pai de santo, S5. Todos os sacerdotes e sacerdotisas acima mencionados s3o naturais de Pau dos Ferros, s3o tamb3m fundadores ou fundadoras dos terreiros de que est3o 3 frente e respondem civil e religiosamente por eles.

O primeiro aspecto que nos despertou a atenção é o equilíbrio quanto ao gênero, no exercício do sacerdócio à frente dos terreiros, e na associação entre a imagem do sacerdote e a da instituição perante a comunidade, uma vez que duas das casas são conduzidas apenas por mulheres, uma apenas por um homem, e a que é conduzida conjuntamente por mãe e filho, na comunidade, tem identidade ligada à imagem do filho. Portanto, na fase de localização das casas, antes de acessar suas peculiaridades, as referências que recebemos foram de dois terreiros conduzidos por mulheres e dois conduzidos por homens.

Esse traço de gênero faz-se relevante porque, conforme já dissemos anteriormente, a Umbanda é uma religião sincrética, com origens em culturas bastante distintas, também quanto às relações entre poder sócio-religioso e gênero. A fidelidade às matrizes africanas fez do Candomblé – outra vertente religiosa de terreiro, como já citamos –, por exemplo, uma religião predominantemente matriarcal; nos cultos de Jurema, mais fortemente ligados a matrizes ameríndias, não se observa entre sacerdotes/sacerdotisas uma clara predominância de gênero; já a matriz cristã é eminentemente patriarcal. Na Umbanda de pau dos Ferros, esse aspecto parece mais alinhado à sua matriz ameríndia, mais democrática quanto a isso.

Ressaltemos, contudo, que embora resulte de um sincretismo de matrizes bastante distintas e de identidades muito marcantes, a Umbanda não se tornou “uma mistura heterogênea”, na qual se possa reconhecer os fragmentos originários a todo o tempo; é “uma mistura homogênea”, na qual os fragmentos foram rearranjados, ressignificados, formando um novo conjunto, dotado de identidade própria, na qual é possível perceber nuances de predominância desta ou daquela matriz, mais evidentes neste ou naquele rito, nas atitudes deste ou daquele sacerdote, na rotina deste ou daquele terreiro. Pistas como essas foram determinantes para as revelações a que chegamos.

Ainda tratando dos nomes dos terreiros, determinantes para a constituição de suas identidades, nas entrevistas feitas às/aos cinco

sacerdotisas/sacerdotes, perguntamos: *Como chama a casa? / Qual o nome ele/ela colocaria numa placa à frente da casa? Como as pessoas na comunidade conhecem e se referem à casa?* As respostas compõem o quadro síntese abaixo.

Quadro Síntese 1

	Como chama a casa? / Qual o nome ele/ela colocaria numa placa à frente da casa?	Como as pessoas na comunidade conhecem e se referem à casa?
S1	<i>É... logo no início, é... eu fui batizar, eu batizei, aliás, o terreiro com o nome dos meus orixás, 'né'?! que é... que é Casa de Ogum e Iemanjá.</i>	<i>[...] 'pra' começo, eu ainda tava começando, era solta, chegaram conhecer como se como se fosse o terreiro de Omolu, [por] que, na realidade, eu não sabia o meu Orixá. De começo, 'né'?! Agora que eu vim conhecer meu Orixá verdadeiro, não sabia. Aí era Omolu e Iansã. E as pessoas conheciam como Omolu e Iansã.</i>
S2	<i>Olhe, antigamente ele era "Centro de Pai Oxalá". Eu queria muito que fosse a mesma coisa, continuasse a mesma coisa [...]</i>	<i>Assim... 'vamo pra' casa de Mãe S2! 'Vamo pro' centro! [...] Porque aqui é chamado o centro, não é batizado 'pra' o pessoal por terreiro, é o centro.</i>
S3	<i>Eu chamo meu tempinho de... meu... meu... minha casinha de oração Santa Bárbara. Eu chamo minha casinha de oração, 'né'? [...] Eu chamo meu tempozinho de oração. Não chamo terreiro... Chamo meu tempozinho de oração.</i>	<i>Realmente, muita gente quando vem, de Rafael Fernandes, [de] Portalegre², fala assim: "Fulano me falou que tem S4, tem S3, lá no bairro São Geraldo, que, quando chegaram do Ceará, fizeram um quartinho de oração no muro. [...] 'Procura' assim.</i>

² Rafael Fernandes e Portalegre estão situadas a curtas distâncias de Pau dos Ferros e, como ocorre com várias outras cidades, é constante o trânsito de seus munícipes para esta, considerada uma cidade polo, referência para toda a região do Alto Oeste em diversos segmentos de atividades sociais, econômicas, culturais etc.

<p>S4</p>	<p><i>Assim... como é... é... eu sou de Congo, 'né'?! , o meu preto[-velho] é Congo, então, lá na documentação, é Casa de Oração Rei de Congo. A regente é Santa Bárbara. [...] Por devoção a São Francisco, seria Casa de Oração São Francisco. Por devoção a São Francisco. É porque é assim... de início, eu pensei, 'né'?! , mas aí... o... o... o... aquilo veio imediato, 'né'?! , Congo, 'né'?! Rei de Congo. Casa de Oração Rei de Congo, 'né'?! , no registro.</i></p>	<p><i>É... S4 Curador. É... caridade. S4 Curador. "Vai lá em S4 'pra' ele rezar!". [Por]que eu sempre rezo também em criança. Isso desde a minha juventude. Hoje que eu parei mais depois que... é... é... assumimos, 'né'?... então... mas eu sempre rezo. Então aqui eu sou conhecido como "o curador". Rezo em crianças, rezo em adultos, 'né'?</i></p>
<p>S5</p>	<p><i>Santuário Santo. É uma casa... é uma casa bendita, casa de nossa mãe Iemanjá... Centro de Umbanda Iemanjá. Bom, eu... eu... eu falei assim, Aladá³ Santo, mas aqui, é... é... são três nomes, 'né'? que chama. Na minha... no meu 'bifocal', Aladá Santo; mas aqui se chama Seara, Seara Santa, 'né'? [...] Terreiro, 'né'? Isso aí.</i></p>	<p><i>Vá lá no Centro de... de S5 que ele lhe atende e você... Ou 'chama' o terreiro...</i></p>

Elaborado pelo autor.

Dos excertos acima, destacados das respostas fornecidas, fica notório que em todos os casos há uma incongruência entre a denominação adotada/pretendida pelas mães e pelos pais de santo e aquelas correntes nas comunidades. Constatamos, durante nossa própria incursão pelas comunidades à procura dos terreiros, que todos são publicamente referidos pelo termo “casa” seguido dos nomes de seus fundadores. As indicações eram sempre “a casa de

³ Aladá é o nome de um reino pré-colonial africano, localizado no sul do território da atual República do Benim. Na entrevista é utilizado para designar um espaço sagrado de matriz africana.

Sx”, em referência ao local de moradia dos sacerdotes, o que muito provavelmente se deve à própria condição arquitetônica dos templos – de que já tratamos –, sempre ocultos nos quintais das residências. Fica notória também a falta de identificação, por parte dos sacerdotes, com o termo “terreiro”, que não é mencionado em nenhum dos nomes pretendidos ou atribuídos para as instituições religiosas.

S1 se refere ao templo que dirige como “o terreiro”, explica que o “batizou” em homenagem aos orixás que reconhece como seus regentes, mas opta pelo termo “casa” para nomeá-lo publicamente, Casa de Ogum e Iemanjá. S2 também adota como referência para o nome institucional um orixá do qual é devota, mas opta pelo termo “centro” para a composição do nome, Centro de Pai Oxalá.

O caso do terreiro dirigido conjuntamente por S3 e S4, talvez exatamente pela dupla gestão, é bem peculiar, pois entrevistados individualmente, eles mostram não ter um consenso a respeito do nome da casa. No tocante à designação de seu espaço sagrado, S4 foi mais estável em tratar como “casa de oração”, enquanto S3 alternava o uso entre “casa de oração” e “templo de oração”; já no tocante ao ente espiritual homenageado, para S3 era Santa Bárbara, enquanto S4 tinha o caboclo Rei de Congo como referência oficial, documentado no registro, e Santa Bárbara identificada como regente da casa, mas alega que gostaria de tornar público o nome Casa de Oração São Francisco, por causa de uma devoção pessoal.

A designação feita de seu terreiro por S5 parece revelar um processo, ainda embrionário, de construção das identidades religiosas do próprio sacerdote e, por conseguinte da instituição que conduz. Ao responder sobre o nome que atribuiu ou gostaria de atribuir ao terreiro, fica clara uma excessiva preocupação em demarcar a natureza sacra do espaço: “Santuário Santo. É uma casa... é uma casa bendita”. Após reformularmos a pergunta, à busca por um nome, surge “Centro de Umbanda Iemanjá” e, ao tentarmos confirmar se o termo “centro” integraria o nome, aparece uma referência múltipla, como que ofertada à nossa escolha: “são

três nomes, ‘né’? [...] Aladá Santo; mas aqui se chama Seara, Seara Santa, ‘né’? [...] Terreiro, ‘né’? Isso aí”.

Esse excesso, ou talvez falta, de definição acerca do tratamento dispensado ao espaço sagrado dirigido por S5, que talvez possa refletir um momento de ressignificação de sua própria identidade, ficou evidente ainda no momento da entrevista. Entretanto, não nos caberia questioná-lo. Como esclarece Bakhtin,

O ser que se autorrevela não pode ser forçado nem tolhido. Ele é livre e por essa razão não oferece nenhuma garantia. Por isso o conhecimento aqui não nos pode dar nada nem garantir, por exemplo, a imortalidade como fato estabelecido com precisão e dotado de importância prática para nossa vida. (BAKHTIN, 2007, p. 59)

Considerando os nomes pretendidos pelos fundadores para seus terreiros, podemos observar que o termo “terreiro” não aparece nas opções mencionadas por nenhum deles para ser exposto publicamente como identificação de seu espaço litúrgico. Entretanto, o terreiro de S5, apesar da (con)fusão de referências demonstrada na entrevista, acaba por revelar forte identificação com signos muito típicos das raízes mais profundas da religião que professa, sendo o único dos quatro a registrar no nome Casa de Umbanda Iemanjá essa vinculação.

Duas casas (de S1 e S2) teriam nomes estruturados pelas designações mais genéricas “casa” e “centro”, seguidas por nomes de orixás, o que lhes vincula às matrizes culturais afrodescendentes, ao mesmo tempo em que lhes aproxima mais de referências kardecistas⁴, cujos espaços litúrgicos são comumente

⁴ kardecismo refere-se à doutrina espiritualista codificada por Allan Kardec, pseudônimo adotado por Hippolyte-Léon Denizard Rivail, também conhecida como Doutrina Espírita ou Espiritismo. Tal termo popularizou-se em razão de muitas vezes se considerar necessário distinguir a Doutrina Espírita codificada por Kardec de outras de outras concepções que se apropriam do título Espiritismo e espírita, expressões que foram generalizadas e, aos poucos vem sendo usadas em lugar de espiritualismo e espiritualista, relativos ao movimento conhecido como Espiritualismo Moderno.

chamados de “centro espírita”, “casa espírita” ou “casa de caridade”. Já o terreiro de S3 e S4 é o que revela maior identificação com o catolicismo, predominando entre os dois dirigentes a opção por tornar público o termo “casa de oração”, seguido de uma referência a um santo católico, Santa Bárbara ou São Francisco, sendo o único dos espaços religiosos pesquisados cujo nome não revelaria nenhum signo típico que vinculasse publicamente sua identidade à Umbanda.

As duas mães de santo mais idosas, S2 e S3, refutam em suas falas a designação de “terreiro” para seus templos. Perguntadas por que evitam o termo, se lhes provoca algum desconforto, S2 diz:

Excerto 1

Eu acho que um terreiro é... como se rolasse tudo; sobre o espiritismo, rolasse tudo. Porque, quando fala “terreiro”, você tem o direito de fazer: colocar tambor; você tem o direito de... pessoas que gostam de praticar maldade... Eu acho que um “centro” é a palavra certa. Por quê? Porque aqui nós temos o direito de ‘ser feliz’, igualzinho às pessoas que participam de outra religião.

Já S3 responde:

Excerto 2

‘Pra’ mim, é desconfortável. ‘Pra’ mim, é desconfortável, porque, se fosse ‘pra’ trás, eu não te... não teria coragem de estar aqui. Agora, é com muito orgulho, muito orgulho, e gratidão que eu estou aqui, de frente ‘pra’ o senhor, Doutor. Eu cheguei a entrar em depressão. ‘Pra’ atrás... anos atrás, ‘né’?!, porque essa religião era muito discriminada. Não respeitava[m] o espiritismo, não respeitava[m]... quando sa... o dom, médium, ‘né’?!, chamavam de macumbeiro. Aí eu peguei aquele preconceito que “macumbeiro é quem pratica o mal”. Aí eu dizia: Meu Deus, macumbeiro?! E fiquei com aquele preconceito. E, graças a meu bom Jesus de Nazaré, meu pai Oxalá, eu joguei ‘pra’ fora o preconceito... E sou muito feliz! Muito feliz!

Fica evidente que, para ambas, o termo “terreiro” está envolto por preconceitos, carregado de um valor negativo, o qual elas buscam afastar de seu cotidiano. Isso é especialmente relevante,

pois sendo, ambas, sacerdotisas, matriarcas, que (se) estabelecem referências para um grupo – na perspectiva da Nova Retórica, perante um auditório –, estão sempre, declarada ou tacitamente, atribuindo e hierarquizando valores na interlocução com seus auditórios, compostos por sujeitos que tenderão a replicá-los. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 22), é “preferível definir o auditório como o conjunto daqueles que *o orador quer influenciar com sua argumentação* (grifo do autor)”.

O valor negativo absorvido pelo termo “terreiro”, na compreensão de S3, que o evita preferindo chamar seu espaço sagrado de “templo de oração” ou “casa de oração” confirma o que surge velado em seu discurso. Embora ela afirme ter superado o preconceito internalizado relativo à sua prática religiosa, revela um desconforto em lidar com o signo. Esse diálogo controverso entre vozes presentes no discurso polifônico, que nos chega como seu, pode ser assim explicado:

O signo verbal não pode ter um único sentido, mas possui acentos ideológicos que seguem tendências diferentes, pois nunca consegue eliminar totalmente outras correntes ideológicas de dentro de si.

Vozes diversas ecoam nos signos e neles coexistem contradições ideológico-sociais entre o passado e o presente, entre as várias épocas do passado, entre vários grupos do presente, entre os futuros possíveis e contraditórios. (MIOTELLO, 2010, p.172)

Há um diálogo mantido entre o discurso dessas matriarcas e outros que elas certamente ouvem ao longo de anos, pontuados por discriminações diversas, numa cidade pequena, em que a religiosidade cristã católica é hegemônica. Aproximar a Umbanda que praticam de uma roupagem o mais alinhada possível à cultura dominante, representá-la da forma menos destoante possível daquela visão eurocêntrica que a afasta de suas raízes africanas e a aproxima do kardecismo, é também uma estratégia argumentativa, e mesmo de sobrevivência social.

O contraponto disso encontramos, ainda que perpassado por contradições, no discurso de S4, filho biológico de S3. Se em certos momentos da entrevista ele também apresenta posições que demarcam grande aproximação entre os ritos realizados em seu terreiro e a religiosidade católica, bem como o faz também ao tratar de sua própria identificação religiosa, revelando-se, por exemplo, “devoto do Sagrado Coração de Jesus”; em outros apresenta posições como a destacada a seguir, extraída da resposta sobre sua identificação (ou não) como o termo “terreiro” para designar a sua casa. A resposta apresenta-se em claro diálogo com os discursos de religiosos de outras vertentes:

Excerto 3

Pesquisador – Certo. É... Mas o termo “terreiro” ... é... como é que você se identifica com ele? ‘Pra’ você é um termo...

S4 – Hoje?

Pesquisador – confortável? Ou de alguma maneira você não se identifica com ele?

S4 – Não, ‘me identifico’. Até porque **hoje** eu gosto de provocar. Provocar no bom sentido, ‘né’? É... Já aconteceu, várias vezes, de eu ‘tá’ no mercado, de eu ‘tá’... [e alguém perguntar] “S4, quando é que eu posso ir lá?” Eu vou, abro a... eu digo: No meu terreiro? Sabe?

Eu gosto... é... eu... de... de... não é querer... é... aparecer, é... é porque... **lembrando, voltando ‘o’ que passou, ‘né’?! Pera aí! A gente...** [sussurrando] “S4, quando é que eu posso ir lá?” e eu digo “no meu terreiro?”, aí eu abro a boca. ‘Né’?! Então, assim... acontece de muitos... é... é... supermercado, às vezes eu vou comprar vela, às vezes eu vou com guia, com brajá, às vezes vou com um turbante[...]

Pesquisador – Então, ‘pra’ você, o termo “terreiro” ele traz essa noção de... de afirmação dessa identidade?

S4 – Justo! De afirmação.

Pesquisador – É... então você... você acha que... é... ‘pra’ você não é desconfortável, por exemplo...

S4 – De jeito nenhum!

Pesquisador – identificar sua casa como terreiro?

S4 – De jeito nenhum! **Hoje** eu tenho ma... **Hoje**, eu tenho org... o maior orgulho. **Hoje** eu tenho o maior... **Hoje**... eu não sei se é orgulho, não sei se é

*desejo, não sei se é vontade, eu não sei... eu não sei o que é, sabe? Sempre quando eu saio, que eu sinto, que eu vejo que alguém... ou uma, ou duas pessoas, estão me apontando, eu vou para perto, "Olá, minha linda! Tudo bem?". Já entro no assunto e já... Ta entendendo? É... que nem uma vez [risos] eu cheguei no mercado, 'né', aí a menina doida para falar comigo, do caixa, querendo falar e foi riscou o telefone e disse: [sussurrando] "Olha, é o meu telefone. Preciso falar contigo." Aí tinha uma senhora aí por trás de mim e foi e 'digo' "Aí, você trabalha, 'né'?" Aí eu fui e 'digo' é, meu anjo. Meu terreiro é lá no São Geraldo⁵. E aí, quando é que vai lá? E ela: "Menino, o povo 'tá' escutando". E eu fui e 'digo': Mas a senhora não me perguntou? Já... sabe? Eu **não tenho mais** esse... eu não tenho vergonha, eu não tenho medo, sabe? Eu não tenho medo de mostrar, eu não tenho medo de sair... **Hoje... Antes eu me preocupava muito com o que as pessoas achavam, 'pensava' [...]** (grifos nossos)*

Há no excerto clara necessidade de afirmação de uma identidade religiosa perante a comunidade local, numa perspectiva dialógica e argumentativa, demarcada pelo conhecimento prévio de um auditório do qual a reação esperada é a marginalização social do praticante de uma religiosidade de matriz afro-ameríndia, como é o caso da Umbanda. Esse conhecimento prévio do auditório fica evidente pelas diversas menções de S4 ao seu posicionamento no tempo presente e às memórias de um comportamento distinto, por ele adotado no passado, de não reação ao preconceito, o qual lhe parece atualmente inaceitável.

O excerto da entrevista de S4 concretiza, perante nosso olhar, o conceito de linguagem composta de signos ideológicos. Para Miotello,

Nesse sentido, a ideologia é o sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados. É então que se poderá falar do modo de pensar e de ser de um determinado indivíduo, ou de determinado grupo social organizado, de sua linha ideológica,

⁵ O Alto de São Geraldo é um bairro na periferia de Pau dos Ferros-RN.

pois que ele vai apresentar um núcleo central relativamente sólido e durável de sua orientação social, resultado de interações sociais ininterruptas, em que a todo momento se destrói e se reconstrói os significados do mundo e dos sujeitos. (MIOTELLO, 2010, p. 176)

A fala de S4 denota esse embate ideológico, cultural, em processo naquela comunidade. Há em Pau dos Ferros, no presente, um conjunto de terreiros de Umbanda enfrentando cotidianamente o desafio de sobreviver à opressão da hegemonia cultural que, ao longo de anos, marginaliza e praticamente invisibiliza a existência de tais grupos religiosos. O embate em que está imerso esse processo de constituição da(s) identidade(s) religiosas dos umbandistas de Pau dos Ferros revela-se tão intenso e tão profundo que atinge o ponto mais basilar dos grupos numa cultura de tradições ancestralistas: a identificação religiosa dos sacerdotes e sacerdotisas.

No quadro seguinte registramos trechos das entrevistas nos quais eles/elas respondem como explicariam para um leigo o que é um “terreiro” e sobre sua própria identificação religiosa.

Quadro Síntese 2

	O que é um terreiro?	Qual a identificação religiosa?
S1	<i>‘pra’ mim, é uma coisa muito importante, e que... obtém muita responsabilidade, ‘né’? [...] Terreiro, ‘pra’ mim hoje é tudo. Em questão de... família, porque as... as pessoas que passam por mim eu tenho como família, é minha família. [...] o meu terreiro é minha vida, na realidade. [...] ‘pra’ mim, é um canto de desenvolvimento, é uma religião que exige respeito, ‘né’?! [...] E o que a gente faz? Procura fazer o bem para as pessoas, trazer sempre o bem.</i>	<i>o meu terreiro é Umbanda... mesa branca...</i>

S2	<p><i>Eu acho que um terreiro é... como se rolasse tudo; sobre o espiritismo, rolasse tudo. Porque quando fala “terreiro” você tem o direito de fazer: colocar tambor; você tem o direito de... pessoas que gostam de praticar maldade... Eu acho que um “centro” é a palavra certa. Por quê? Porque aqui nós temos o direito de ‘ser feliz’, igualzinho às pessoas que participam de outra religião.</i></p>	<p><i>Eu, como espírita, gosto de ser cat... do ‘catolicismo’; gosto da crença, porque eu acho que não é nada demais o evangélico. Aonde vai a palavra de Deus, nós temos tudo para resolver. Entendeu?</i></p>
S3	<p><i>um terreiro é um dom de espiritualidade que Deus deixou, dos ‘antepassado’ que vêm... ‘indígeno’, ‘né’?!, que vem dos ‘escravo’, que vem... dos ‘querido’ antepassado... que hoje, já... a gente pode dizer... um terreiro... – a quem perguntar, ‘né’?!</i></p>	<p><i>Então eu decidi que... se tem a religião católica – que eu sou católica, graças a Deus –, mas, se tem a evangélica – várias evangélica, ‘né’? [...] Mas, no nosso Candomblé, ‘né’?!, eu acendendo minha luzinha [...] hoje eu decidi enfrentar, de cabeça erguida, sem vergonha, sem preconceito, minha espiritualidade. Sou umbandista com o maior orgulho.</i></p>
S4	<p><i>eu considero aqui uma casa de caridade, uma casa de... de orações, ‘né’... e a gente também vai muito pela oração, ‘né’... como eu lhe falei, sou devoto do Coração de Jesus, sou devoto de São Francisco, ‘né’... aí entramos, ‘né’... na espiritualidade, entramos na Umbanda[...]</i></p>	<p><i>Umbanda.</i></p>
S5	<p><i>[Ao tentar explicar o que seria um terreiro, S5 fez uma longa narrativa sobre como se dá um culto no seu terreiro, ao qual se refere por “centro espírita”]</i></p>	<p><i>a minha religião é espírita. [...] Eu... eu temo a Deus, sei que Deus existe, Deus é pai e Nossa Senhora é mãe. Mas eu sou espírita.</i></p>

Elaborado pelo autor.

Ao passo que S1 se refere à instituição que dirige utilizando com naturalidade o nome terreiro e associando a ele valores que lhe são caros, como “família”, “desenvolvimento” e a prática do “bem”, afirmando que seu terreiro é sua vida; ao referir-se à sua identificação religiosa, diz que é de Umbanda, mas especifica que é de “mesa branca”, termo corriqueiramente utilizado por praticantes do kardecismo para distanciar o tipo de trabalho mediúnico de mesa feito por eles daqueles realizados nos terreiros. Essa nomenclatura, adotada por praticantes de uma religião de matriz europeia, tem viés discriminatório e racista, que associa, não por acaso, a cor branca a sessões mediúnicas “voltadas à prática do bem” e guiadas por “espíritos de luz”, conforme classificação por eles determinada. Por analogia, nessa classificação exógena e racista, coube à cor preta rotular os trabalhos mediúnicos de mesa destinados a finalidades reprováveis e guiados por “espíritos de pouca luz”.

Na fala apresentada por S2, vemos a internalização do preconceito contra a matriz africana e a busca pela aproximação com religiões como o catolicismo, as doutrinas evangélicas e o kardecismo, esta última demarcada, sobretudo, na preferência pelo nome “centro”, típico da identificação de seus templos. A mãe de santo associa claramente o espaço designado como terreiro a valores como a ausência de limites, o que facultaria inclusive práticas destinadas a “fazer maldade”. Também deixa implícito o valor negativo que atribui à presença de tambores no espaço sagrado, instrumento litúrgico tipicamente inerente aos cultos afrodescendentes e ameríndios, mas indesejado no seu “centro”.

Analisados conjuntamente, os discursos de S3 e S4 demonstram mais uma (con) fusão de referências na identidade de seu terreiro. Para a definição do que seria um terreiro, a matriarca recorre às raízes ancestrais africanas e ameríndias, apresenta escravos e indígenas como seus antepassados, com quem se relaciona por via da espiritualidade, por ela compreendida como um “dom deixado por Deus”. No entanto, ao tratar de sua identificação religiosa, ela afirma ser “católica, graças a Deus”,

refere-se à sua ritualística no terreiro como “nosso Candomblé” e finaliza dizendo ser “umbandista com o maior orgulho”. Por sua vez, S4 faz uma caracterização de seu terreiro pela narrativa de uma ritualística muito amparada em signos católicos, apresentados inclusive em precedência à sua única menção à Umbanda: casa de caridade; casa de orações; devoção ao do Coração de Jesus; e devoção a São Francisco. Contudo, sobre sua identificação religiosa, responde objetiva e sucintamente que é umbandista.

S5, mesmo após tentarmos reformular a pergunta com a qual pretendíamos obter sua compreensão de terreiro, não a demonstrou em suas respostas, estruturadas como narrativas de como se dá um atendimento espiritual por ele realizado. Sobre sua identificação religiosa, definiu-se como espírita e acrescentou: “eu temo a Deus, sei que Deus existe, Deus é pai e Nossa Senhora é mãe. Mas eu sou espírita”; do que se pode depreender que sua concepção de Umbanda absorve as nomenclaturas católicas atribuídas a esses dois arquétipos, o grande pai e a grande mãe. Embora utilize o termo “espírita” para se definir, não vimos em sua fala outros indícios que sugiram uma busca por aproximação com o kardecismo, parece ser mesmo um uso indistinto do termo, uma não diferenciação entre espírita e espiritualista.

Algumas (in)conclusões

Sendo esta uma peça discursiva num mosaico cultural complexo, como prenunciamos, traz intrínseca uma autonomia apenas relativa, do ponto de vista do estabelecimento de sentidos. Não seria injusto dizer que goza de certa transitividade sintático-semântica que se complementarás em diálogo, inter ou intradiscursivo, com seu co-texto, com a Tese que a ampara. Também é preciso lhe dar um contexto, e

dar contextos a um texto é cotejá-lo com outros textos, recuperando parcialmente a cadeia infinita de enunciados a que o texto responde, a que se contrapõe, com quem concorda, com quem polemiza, que

vozes estão aí sem que se explicitem porque houve esquecimento da origem. (GERALDI, 2012, p. 33).

Com isso assumimos que é sabidamente que deixamos aqui contribuições parciais, embora não fragmentadas. Aliás, “parciais” aqui requer uma leitura ambivalente: são parciais pelos complementos dialógicos e dialéticos que requerem para a construção de sentidos mais amplos; mas também são sabidamente parciais pela natureza do “objeto” em análise, pelas escolhas de abordagem, que valorizam a intersubjetividade e tratam divergências e convergências com a clareza de que “qualquer palavra, dita ou pensada, exprime um ponto de vista a respeito de vários acontecimentos da realidade objetiva, em diferentes situações”. (VOLOCHINOV, 2013, p. 196).

É ainda em consonância com o mesmo autor que, mesmo tendo como objeto a instância mais ampla do discurso, como material edificante e revelador das identidades que investigamos, mesmo lidando com estes discursos a partir da perspectiva teórico-metodológica da Nova Retórica, dedicamo-nos à discussão de valores, hierarquias e relações entre orador e auditório a partir de certas palavras-signo. Entendemos, como ele, que

Quando dizíamos que as palavras são verdadeiras ou falsas, parciais ou imparciais, inteligentes ou estúpidas, profundas ou superficiais, não referimos nosso juízo sobre as próprias palavras, mas sobre a realidade objetiva que elas refletem e refratam enquanto palavras-signos. Por este motivo, uma mesma palavra nos lábios de pessoas de classes distintas reflete também pontos de vista distintos, mostra relações diferentes com a mesma realidade, com o mesmo fragmento de realidade que constitui o tema daquela palavra. (VOLOCHINOV, 2013, p. 197)

O que tais subjetividades nos revelam, até este momento, acerca das identidades dos terreiros de Umbanda de Pau dos Ferros, sobretudo por via dos discursos de seus líderes, é que, para além do sincretismo inerente à religião, do qual resultam

coincidências litúrgicas e dogmáticas entre esta e o Candomblé ou o catolicismo, por exemplo, há nas instituições pesquisadas outras aproximações com o catolicismo, bem como há tácita adesão a uma concepção da Umbanda tecida numa narrativa eurocêntrica que a apresenta como dissidente do kardecismo, traços que não são típicos da Umbanda de forma ampla, em espectro *lato*.

Os indícios até aqui perscrutados corroboram para o entendimento de que tais aproximações constituem um *hall* de acréscimos sincréticos que parecem resultar de internalizações e/ou de estratégias de superação das várias manifestações de racismo religioso sofrido pelos sacerdotes e pelas sacerdotisas com quem conversamos, nas convivências sociais experimentadas ao longo de suas vidas. Experiências estas colecionadas numa comunidade onde a cultura religiosa cristã católica é hegemônica e as denominações evangélicas compõem, em numeroso e crescente conjunto, a alternativa religiosa naturalizada para os não católicos.

Essa identidade endêmica encontrada na Umbanda de Pau dos Ferros, além de revelar confluências entre os quatro grupos visitados, revela também peculiaridades de cada um, atreladas diretamente à identidade de cada líder religioso que o conduz. Esses traços identitários, “estendidos” dos pais e das mães de santo para as instituições que dirigem, estão diretamente relacionados à maneira como cada um(a) deles/delas tem absorvido, rechaçado e/ou superado os preconceitos sociais com os quais lida cotidianamente.

Mas são relativos também às suas próprias compreensões acerca da religião que professam e dos signos sagrados a ela inerentes; e – talvez o mais importante – ao nível de consciência que têm de seu papel sociopolítico à frente de um agrupamento de pessoas em torno de culturas vitimadas historicamente por outras dominantes; empurradas para a marginalização, ou mesmo para a invisibilidade social; sobreviventes, por muita luta e resistência, nos quilombos culturais urbanos que se tornaram os terreiros.

Referências

ÁLVARES, L. M. e FREITAS, A. C. de. *Pesquisa qualitativa em linguagem: trajeto(s) metodológico(s) da observação participante*. João Pessoa: Ideia, 2018.

BAKHTIN, M. Por uma metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, M. *Notas sobre literatura cultura e ciências humanas*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 57 – 79.

BRUMANA, F. G.; MARTÍNEZ, E. G. *Marginalia sagrada*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1991.

FRANCO, D. F. C. *As Religiões Afro-brasileiras: Memória Identidade e Urbanismo*. São Paulo: PUC-CAMPINAS, 2010.

FRATERNIDADE LUZ ESPÍRITA. *Enciclopédia espírita online*. Disponível em: www.luzespirita.org.br/index.php?lisPage=enciclopedia&item=Kardecismo. Acessado em: 14/04/2020.

GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe – UFSCAR. *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões de metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012.

KAUFMANN, J. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4ª ed. 4ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

NEGRÃO, L. N. *Entre a cruz e a encruzilhada*. São Paulo, Edusp, 1996.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PRANDI, R. *Linhagem e legitimidade no candomblé paulista*. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 14, p. 18 – 31, 1990.

SOARES, C. C. M. *A memória na perspectiva das discussões sobre identidade em comunidade afro*. Revista África(s), v. 02, n. 04, p. 117-126, jul./dez. 2015

VOLOCHINOV, V. N. A palavra e sua função social. In: VOLOCHINOV, V. N. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

SOBRE OS AUTORES

Anderson Dantas da Silva Brito

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em História do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e História (UFRN). Professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

Agnaldo Almeida de Jesus

Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em Letras – Português pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Ananias Agostinho da Silva

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas (UERN). Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Camila Praxedes de Brito

Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestra em Ciências da Linguagem (UERN). Graduada em Letras (UERN). Professora da Rede de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte.

Erika de Sá Marinho Albuquerque

Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestra em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Especialista em Direito Processual Civil (UNICAP). Graduada em Direito (UNICAP). Servidora Pública na Procuradoria Federal (AGU, Sousa/PB).

Francisco Paulo da Silva

Pós-doutor pela Universidade de Coimbra (UC), no Centro de Estudos Sociais (CES). Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Francisco Vieira da Silva

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Ciências da Linguagem aplicadas à Educação à Distância (UFPB). Graduado em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Gilton Sampaio de Souza

Pós-Doutor em Estudos Comparados – Português/Francês pela Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara). Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Didática do Ensino Superior pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduado em Letras (UERN/Pau dos Ferros). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

José Moacir Soares da Costa Filho

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Linguística (UFPB). Graduado em Letras, Habilitação II (Língua Vernácula e Língua Inglesa) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Leonardo Mendes Álvares

Doutorando em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Leitura, Produção de Textos e Gramática (UFRN). Graduado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (UFRN). Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Lucas Andrade de Moraes

Doutorando em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pelo Centro Universitário de Patos (UNIFIP) e em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Paraíba (UFPB). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Letras – Língua Portuguesa pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Wilca Maria de Oliveira

Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestra em Ensino (UERN). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Vale do Salgado (FVS) e Novas Tecnologias para Educação pelo Centro

Universitário de Patos (UNIFIP). Graduada em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Rede Ensino do Estado do Rio Grande do Norte e da Rede Municipal de Ensino de Luís Gomes/RN.

DISCURSO(S) IDENTIDADE(S) ENSINO É UM E-BOOK QUE REÚNE, PARA ALÉM DE AUTORIA COLETIVA, UM CONSTRUTO PLURAL, SOB OS ASPECTOS TEMÁTICOS E TAMBÉM DAS ANCORAGENS TEÓRICAS E DAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS IMPLICADAS NAS PESQUISAS DAS QUAIS RESULTAM OS SEUS CAPÍTULOS. CONSTITUI-SE, ASSIM, UM “ESPAÇO” PARA DIÁLOGOS, MEDIADOS POR SEUS AUTORES, ENTRE TEÓRICOS DE VARIADAS VERTENTES NOS EIXOS TEMÁTICOS JÁ REFERIDOS DO TÍTULO, QUAIS SEJAM O(S) DISCURSO(S), A(S) IDENTIDADE(S) E O ENSINO.

OS ORGANIZADORES

